

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO - PPGCOM

THIAGO RAMOS DE MELO

**ENFRENTAMENTOS E TENSÕES: UMA ANÁLISE DE DISCURSOS  
DE CHARGES SOBRE O ATENTADO AO CHARLIE HEBDO**

TERESINA-PI  
2016

THIAGO RAMOS DE MELO

**ENFRENTAMENTOS E TENSÕES: UMA ANÁLISE DE DISCURSOS  
DE CHARGES SOBRE O ATENTADO AO CHARLIE HEBDO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, do Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Piauí, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Comunicação, sob a orientação do Prof. Dr. Francisco Laerte Juvêncio Magalhães.

TERESINA-PI  
2016

THIAGO RAMOS DE MELO

**ENFRENTAMENTOS E TENSÕES: UMA ANÁLISE DE DISCURSOS DE CHARGES  
SOBRE O ATENTADO AO CHARLIE HEBDO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, do Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Piauí, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Comunicação.

Dissertação aprovada em: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Francisco Laerte Juvêncio Magalhães – UFPI  
Presidente

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvana Maria Calixto de Lima – UESPI  
Examinadora Externa

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Regina Barros Rêgo Leal – UFPI  
Examinadora Interna

## RESUMO

Neste trabalho, analisamos como são construídas as representações acerca do atentado ao jornal satírico francês Charlie Hebdo nos discursos de charges de circulação nacional. O atentado, ocorrido do dia 7 de janeiro de 2015 quando dois homens armados invadiram a sede do semanário, matando 12 pessoas, gerou uma série de discussões orientadas por posicionamentos ideológicos divergentes acerca dos limites da Liberdade de Expressão e do respeito à religião Islâmica. Considera-se que as charges produzidas sobre o atentado não só captam pontos de tensões e enfrentamentos ideológicos em meio a este complexo contexto que envolve o ataque e as questões por ele suscitadas, como também contribuem para reforçar posicionamentos hegemônicos nos embates em nível discursivo. Diante disso, adotou-se como aporte teórico metodológico a proposta da Análise de Discurso Crítica (ADC), que busca prover bases científicas para uma reflexão crítica da vida social em termos políticos e morais, isto é, em termos de justiça social e poder (FAIRCLOUGH, 2003), com o objetivo de identificar como efeitos ideológicos podem estar servindo para reforçar/legitimar determinados posicionamentos. Autores como Chouliaraki e Fairclough (1999, 2001, 2003), Kress e Van Leeuwen (2006), Resende e Ramalho (2006, 2011), Magalhães (2003), Thompson (1995), Vilches (1984, 1997), entre outros, mostram-se fundamentais na composição desta pesquisa. Por fim, infere-se que as charges analisadas omitem-se, em sua maioria, de discussões mais aprofundadas que perpassam o tema, embora carreguem um potencial crítico para isso. Seus posicionamentos são, em grande parte, em concordância com o discurso da Liberdade de Expressão, reforçados e defendidos por grupos políticos e midiáticos, em favor da manutenção/perpetuação da estrutura dominante.

**Palavras-chave:** Atentado ao Charlie Hebdo. Charges. Discurso. Liberdade de Expressão. Religião Islâmica.

## ABSTRACT

This work analyzes how the representations about the attack of the French satirical newspaper Charlie Hebdo are built in the national circulation cartoon speeches. The attack, which took place on January 7th, 2015, when two armed men broke into the weekly newspaper headquarters, killing 12 people, generated a lot of discussions guided by divergent ideological positions about the limits of the Freedom of Expression and the respect for the Islamic religion. It is considered that the produced charges about the attack not only captures points of tensions and ideological clashes amid this complex context in which the attack and the issues were raised, but also contribute to strengthen hegemonic positions in clashes in discursive level. Hence, it was adopted as methodological theoretical support the proposal of Critical Discourse Analysis (CDA) which seeks to provide a scientific basis for a critical reflection of social life in political and moral terms, this is, in terms of social justice and power (FAIRCLOUGH, 2003), in order to identify how ideological effects may be serving to reinforce / legitimize certain positions. Authors like Chouliaraki and Fairclough (1999, 2001, 2003), Kress and Van Leeuwen (2006), Resende and Ramalho (2006, 2011), Magalhães (2003), Thompson (1995), Vilches (1984, 1997), among others, show up fundamental in the composition of our research. Finally, it is informed that the cartoon analyzed omit themselves, mostly, through deep further discussions that underlie the theme, although they bear a critical potential for this. Their positions are in large part in agreement with the discourse of freedom of expression, strengthened and are defended by politicians and media groups, in favor of maintaining / perpetuating the dominant structure.

**Keywords:** Attack on Charlie Hebdo; Cartoons; Discourse; Freedom of Expression; Islamic Religion.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, presença constante em todos os momentos.

Aos meus pais, Paulo e Dirce, pelas palavras de incentivo nos instantes difíceis do meu viver.

Ao meu irmão, Marcelo, pelas experiências compartilhadas nem sempre de forma harmoniosa.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Laerte Magalhães, pelos muitos ensinamentos dentro e fora da sala de aula ao longo destes anos.

Aos queridos e debochados amigos Ana Paula, Pedro Júlio, Thalyta Arrais, Hudson Silva, Rogério Narciso, Décio “Dex” Oliveira, Lívia Chaves e Amanda Vieira. Obrigado por todos os sorrisos.

Aos companheiros de Mestrado por todas as alegrias e angústias partilhadas ao longo desta jornada.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPI pelo conhecimento repassado e reflexões suscitadas.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que financiou esta pesquisa através de bolsa de estudos.

Também, a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste projeto, expresso minha gratidão!

## LISTA DE FIGURAS

Charge 1.....	100
Charge 2.....	104
Charge 3.....	107
Charge 4.....	109
Charge 5.....	111
Charge 6.....	114
Charge 7.....	116
Charge 8.....	118
Charge 9.....	120
Charge 10.....	122
Charge 11.....	123
Charge 12.....	127

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2 ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA</b> .....	13
2.1 Um Breve Histórico sobre a ADC.....	14
2.2 Bases Teórico- Metodológicas da Análise de Discurso Crítica .....	16
2.3 Discurso.....	20
2.4 Discurso e Prática Social.....	23
2.5 Significados do Discurso.....	27
2.5.1 Gênero: Ação e Interação .....	28
2.5.2 Discurso e Representações Sociais.....	30
2.5.3 Estilo: Identidade e Identificação.....	34
2.6 Ideologia.....	37
<b>3 CAMPOS SOCIAIS: FRONTEIRAS EM LITÍGIO</b> .....	45
3.1 Conceituando Campo Social .....	45
3.2 Pluralismo e Tensões no Campo Religioso.....	50
3.2.1 O Islã, o Islamismo e a Islamofobia .....	54
3.3 Campo Jornalístico: Algumas Características .....	59
3.3.1 Liberdade de expressão e liberdade de imprensa .....	64
3.4 Charlie Hebdo e uma Longa Tradição na Imprensa Satírica Francesa .....	68
3.4.1 A Islamofobia segundo o Charlie Hebdo .....	72
<b>4 A IMAGEM</b> .....	75
4.1 Imagem e Representação.....	77
4.2 Imagem e Multimodalidade .....	80
4.3 Caricatura, Cartum e Charge: Diferenças Conceituais.....	83
4.3.1 Caricatura .....	83

4.3.2 Cartum.....	84
4.3.3 Charge .....	85
<b>5 ENFRENTAMENTOS E TENSÕES NOS DISCURSOS DE CHARGES: A ANÁLISE .....</b>	<b>89</b>
5.1 O Humor Face à Maomé .....	89
5.2 “Três dias de Terror”.....	93
5.3 A Análise.....	96
5.3.1 Chargistas vs. Terroristas .....	99
5.3.2 Religiosidade.....	109
5.3.3 Liberdade de Expressão .....	116
5.3.4 Nacionalismo.....	121
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>128</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>131</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar como são construídas, nos discursos de charges de circulação nacional, as representações acerca do atentado ao jornal satírico francês Charlie Hebdo. O atentado aconteceu do dia 7 de janeiro de 2015, quando dois homens armados invadiram a sede do semanário, em Paris, matando 12 pessoas, incluindo dois agentes da polícia nacional francesa e uma parte da equipe do jornal, dentre eles os chargistas Stéphane “Charb”, Wolinski, Jean Cabu e Bernard Verlhac “Tignous”; e ferindo outras 11 pessoas.

Os executores do ataque, os irmãos Saïd e Chérif Kouachi, queriam vingar-se do jornal pelas charges que ridicularizavam o profeta Maomé e que geraram polêmica no mundo muçumano. Durante as execuções, os terroristas gritavam em árabe "*Allah Akbar*" (Deus é grande) e o "profeta foi vingado" enquanto saíam do prédio. Em protesto pelo atentado ao Charlie Hebdo, milhões de pessoas saíram às ruas em várias cidades da França e do mundo. Também, após o evento, chargistas de todos os continentes prestaram homenagens às vítimas através de charges.

Nesse contexto, coletamos no período de 07 a 22 de janeiro de 2015, época em que as charges ainda tratavam do tema, o total de 160 (cento e sessenta) charges veiculadas em jornais impressos brasileiros e disponíveis nos sites [www.chargeonline.com](http://www.chargeonline.com) e [www.folha.uol.com.br](http://www.folha.uol.com.br). Escolhemos como recorte espacial apenas as charges que foram produzidas no Brasil porque nos interessa aqui especialmente as representações do chargista brasileiro acerca do ataque.

As charges foram agrupadas nas seguintes temáticas: (1) Chargistas vs. Terroristas; (2) Religiosidade; (3) Liberdade de Expressão; e (4) Nacionalismo. O corpus da análise deste trabalho é constituído de 03 (três) charges de cada temática, totalizando 12 (doze). Essas temáticas foram escolhidas (e nomeadas) a partir de pontos de tensões observados entre as charges e o contexto do atentado, aparecendo como questões mais recorrentes em seus discursos.

No que diz respeito ao atentado, este gera uma série de discussões orientada por posicionamentos ideológicos divergentes de adesão ou rejeição à prática do humor produzidos pelo jornal Charlie Heddo e, especialmente, pelos chargistas mortos. Os efeitos de sentidos de adesão fundamentam-se na ideia de que o jornal e, portanto, os seus chargistas têm direito à ampla Liberdade de Expressão, que, ao adotar o tom cáustico, não fazem outra coisa senão exercer esse direito.

Os efeitos de sentido de rejeição, por sua vez, defendem a ideia de que a Liberdade de Expressão, por mais ampla que seja, não pode ignorar o direito que todos têm de preservar sua imagem, como também não pode agredir a religiosidade (neste caso, a religião Islâmica) e a dignidade de pessoas ou grupos sociais como faz o semanário francês. Portanto, a Liberdade de Expressão deve ter limite.

Um ponto de agravamento dessas tensões é que a população muçumana na França hoje é de 6,5 milhões de pessoas, o que corresponde a 10% da população do país, em grande parte imigrantes de ex-colônias francesas e que vivem nas periferias dos grandes centros urbanos do país. Esses muçumanos, a maioria de baixa renda, são constantemente marginalizados por serem imigrantes (xenofobia) e seguirem a religião islâmica (islamofobia).

Em outubro de 2012, uma pesquisa de opinião realizada pelo IFOP (Instituto Francês de Opinião Pública)<sup>1</sup> sobre a imagem da religião Islâmica na França constatou que 43% dos entrevistados, já na época<sup>2</sup>, consideravam que a religião islâmica representava um perigo para a identidade francesa. Apenas 17% afirmaram que sua presença enriquecia a cultura francesa, enquanto 40% dos entrevistados decidiu não opinar.

São também objetivos operacionais deste trabalho observar como os mecanismos de produção discursiva de humor ressignificam características referenciais dos campos cultural, jornalístico e religioso, e contribuem para construir seus dizeres acerca dessas questões que envolvem ou, no mínimo, estão no entorno da questão que resultou no atentado ao jornal francês *Charlie Hebdo*. Ainda, investigamos como elementos e vozes são agregados na constituição dos atores sociais representados nas charges e analisamos as estratégias ideológicas que constituem os discursos das charges acerca desse acontecimento e a própria charge como produção de sentidos, portanto, como matéria discursiva.

Consideramos que as charges aqui analisadas evidenciam as tensões e enfrentamentos ideológicos que perpassam o complexo contexto que envolve o ataque ao semanário francês *Charlie Hebdo* e as questões por ele suscitadas, atuando, como cita Flôres (2002, p. 10), como espelho imaginário de uma época e “permitindo-nos captar a dinâmica do encontro entre a população e os ‘dizeres e pensares’ coexistentes no seu entorno social”. E mais que isso, pelo seu posicionamento político, acreditamos que as charges contribuem também para reforçar posições nos embates hegemônicos em nível discursivo.

---

<sup>1</sup> <http://www.lefigaro.fr/assets/pdf/sondage-ipsos-islam-france.pdf>

<sup>2</sup> Com o atentado ao *Charlie Hebdo*, em janeiro de 2015, e a série atentados terroristas feitos pelo Estado Islâmico em novembro de 2015, em Paris e Saint-Denis, esses números provavelmente aumentaram.

Adotamos, deste modo, como aporte teórico-metodológico a proposta da Análise de Discurso Crítica (ADC), que busca prover bases científicas para uma reflexão crítica da vida social em termos políticos e morais, isto é, em termos de justiça social e poder (FAIRCLOUGH, 2003), com o objetivo de identificar como efeitos ideológicos possam estar servindo para reforçar/legitimar determinados posicionamentos. Autores como Chouliaraki e Fairclough (1999, 2001, 2003), Kress e Van Leeuwen (2006), Resende e Ramalho (2006, 2011), Magalhães (2003), Thompson (1995), Vilches (1984, 1997), entre outros, mostram-se fundamentais na composição da nossa pesquisa.

Quanto a estrutura, no primeiro capítulo discorremos sobre a proposta teórico-metodológica da Análise de Discurso Crítica, que assenta-se sobre três bases epistemológicas principais: primeiro, em uma visão científica de crítica social; segundo, no campo da pesquisa social crítica sobre a modernidade tardia; e, terceiro, na teoria e na análise linguística e semiótica, para o estudo das práticas sociais através de um mapeamento social dos textos (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Iniciamos com um percurso histórico sobre a ADC até chegarmos nos conceitos centrais, a saber: Discurso, Prática Social, Ideologia, Poder e Hegemonia.

No segundo capítulo, discutimos o conceito de campo social a partir de Bourdieu (1983, 1989, 1996) e Rodrigues (2004). Acreditamos que as discussões destes autores, embora trabalhando em perspectivas diferentes acerca dos campos sociais, ofereçam uma contribuição interessante para se perceber como o social organiza as (redes de) ordens do discurso nos vários campos nos quais se insere o tema desta pesquisa, como o campo religioso, jornalístico e cultural, no que tange as representações do atentado ao Charlie Hebdo nas charges.

Retomamos esta perspectiva sobre campos sociais para auxiliar na contextualização do atentado ao semanário satírico francês Charlie Hebdo, discorrendo sobre alguns dos pontos que norteiam esta complexa discussão, com ênfase nas tensões entre os campos, em especial o campo jornalístico, no qual discutimos algumas das questões que envolvem a Liberdade de Expressão e Liberdade de Imprensa; e do campo religioso, com atenção especial à religião Islâmica e a questão da Islamofobia, também suscitada no debate.

No terceiro capítulo, desenvolvemos uma breve discussão sobre o discurso imagético, procurando compreender como a materialidade visual é apropriada pela linguagem para se transformar em discurso (MAGALHÃES, 2003). Aproveitamos também para discutir como o elemento visual se relaciona com outros modos de comunicação, mais especificamente o texto

escrito. Tal compreensão se mostra relevante aqui já que os efeitos de sentidos nos discursos da charge se dão através do diálogo estabelecido entre linguagem verbal e visual, através do conceito de multimodalidade (KREES; VAN LEEUWEN, 2006). Ao final do capítulo, apontamos algumas características do discurso das charges, a partir de sua constituição imagético/textual e da diferenciação de outros gêneros do humor gráfico: a caricatura e o cartum.

Iniciamos o capítulo de análise discorrendo sobre o atentado ao semanário francês. Em seguida, desenvolvemos a análise discursiva com base nas reflexões feitas nos capítulos anteriores. Para compor o capítulo de análise, foram selecionadas 3 (três) charges de cada temática (1. Chargistas vs. Terroristas, 2. Religiosidade, 3. Liberdade de Expressão e 4. Nacionalismo), totalizando 12 (doze) charges analisadas. A proposta de abordagem desenvolvida pela ADC contempla duas etapas: a primeira é a interpretação, embasada na aplicação do arcabouço teórico-metodológico sobre o texto, a fim de observar os efeitos ideológicos desencadeados por eles; e a segunda etapa é a reflexão crítica sobre a análise, feita durante nossas considerações finais.

Por fim, constatamos que as charges analisadas omitem-se, em sua maioria, de discussões mais aprofundadas e que perpassam o tema, embora carreguem um potencial crítico para isso, em concordância com o discurso da Liberdade de Expressão. O discurso da Liberdade de Expressão, que neste caso postula-se a partir de um posicionamento contrário ao discurso islamofóbico, é reforçado e defendido por grupos políticos (até mesmo de posições contrárias) e midiáticos, isto é, a força hegemônica, em favor da manutenção/perpetuação da estrutura dominante.

## 2 ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

De acordo com Melo (2009), na década de 60 do século XX surgem novas propostas teóricas preocupadas com o funcionamento da linguagem em uso, introduzindo os componentes pragmáticos e a dimensão social como parte do estudo da língua, com o objetivo de combater a perspectiva estruturalista que até então vigorava.

Este momento marca o surgimento de diferentes práticas analíticas de caráter crítico e delineadas por subáreas da Linguística preocupadas em dialogar suas teses com teorias de outros campos, como as Ciências Sociais, a Psicologia Social, a História e a Filosofia, enquadrando-se sob o rótulo de Análise do Discurso (AD). A AD consiste, segundo o autor, em uma corrente que trata a língua em seu processo histórico, que atende a uma perspectiva não-imanentista e não-formal da linguagem e privilegia as condições de produção e recepção textual, bem como os efeitos de sentido.

Estes trabalhos teóricos preocupavam-se em responder a um determinado conjunto de pressupostos que autorizam a construção e a operacionalização do discurso como objeto de análise. “Essa vertente dos estudos discursivos enfocava a linguagem em seu uso concreto, como prática social, e contemplava a produção de sentido do discurso como resultante do processo de interação social” (MELO, 2009, p. 05).

Dentre estas várias perspectivas de AD hoje existentes, adotamos neste trabalho a Análise de Discurso Crítica (ADC) como proposta teórico-metodológica com o objetivo de analisar como são construídas nos discursos das charges as representações do atentado ao jornal francês Charlie Hebdo. Conforme esclarece Melo (2009, p. 13), o que difere a ADC das demais tendências é que a primeira “não pretende fazer análise do discurso como procedimento epistemológico sobre a língua, mas como instrumento político contra a injustiça social”.

Tal entendimento remete ao caráter explicitamente posicionado que atravessa a noção de “crítica” – estabelecido nas ciências sociais sob a influência da Escola de Frankfurt e que se desenvolve na ADC pela tradição do Marxismo Ocidental (FAIRCLOUGH; WODAK, 1997) –, que nos serve de compreensão inicial para a diferenciação da proposta de pesquisa científica da ADC relacionada ao desenvolvimento histórico enquanto teoria e método.

O termo “crítica”, segundo Fairclough (2001), implica em mostrar as conexões e causas que estão ocultas no discurso, contribuindo para o quadro maior da mudança social. Neste sentido, a ADC foca-se em investigações que relacionam o uso da linguagem a

contextos situados que envolvem o poder, de modo a analisar criticamente como a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída e legitimada através do discurso a serviço de projetos particulares de dominação e exploração (WODAK, 2004).

## 2.1 Um Breve Histórico sobre a ADC

A preocupação desta análise “crítica” remete aos anos de 1970<sup>3</sup>, quando um grupo de pesquisadores da Universidade de *East Anglia*, Grã-Bretanha, desenvolveu uma abordagem de estudo voltada para o papel da linguagem na estruturação de relações de poder na sociedade (WODAK, 2004). Esta abordagem, que aparece pela primeira vez no livro *Language and Control*, de Fowler e Kress, datado de 1979, recebe o nome de Linguística Crítica (LC).

Neste livro, o foco dos autores é para a correlação entre a estrutura linguística, a estrutura social e o ideológico, procurando demonstrar que grupos e relações sociais influenciavam o comportamento linguístico e não-linguístico dos sujeitos (GOUVEIA, 2001). Até então, cita Wodak (2004), boa parte das pesquisas linguísticas focava-se prioritariamente nos aspectos formais da linguagem que constituíam a competência linguística dos falantes.

Até mesmo nas pesquisas sociolinguísticas, no qual a relação entre a linguagem e o contexto era levada em conta, a preocupação maior era em descrever e explicar a variação linguística, a mudança linguística e as estruturas de interação comunicativa, dando menor importância a questões de hierarquia social e poder.

De acordo com Fowler (2004), a LC segue o modelo de uma linguística instrumental de linha hallidayana, desenvolvendo uma análise preocupada em expor falsas representações e discriminações em diferentes tipos de discurso público (jornais, propaganda política, documentos oficiais, regulamentos, gêneros formais como a entrevista, etc.), buscando chegar à ideologia codificada implicitamente por trás das proposições abertas, para então examiná-la em particular no contexto das formações sociais.

Wodak (2004) afirma que em termos de filiação disciplinar, a ADC confere continuidade aos estudos da LC. Magalhães (2005), por sua vez, embora considere que os

---

<sup>3</sup> Chouliaraki e Fairclough (1999) esclarecem que a pesquisa crítica da linguagem certamente não é nova – por exemplo, a influência de Bakhtin na teoria marxista da linguagem data dos anos 1920 –, mas emergiu como uma posição distinta e razoavelmente substancial, principalmente na Europa Ocidental, desde 1970. Aqueles que trabalham dentro da Linguística Crítica e outros grupos na época eram motivados por um sentimento de importância política e social da perspectiva crítica da linguagem na sociedade contemporânea.

estudos de ADC se deram a partir do desenvolvimento da LC, afirma que considerar a primeira uma continuação desta última seria uma redução das questões fundamentais que foram explicitadas pela ADC, tanto em termos teóricos, quanto metodológicos. Para a autora, enquanto a LC desenvolveu um método para analisar uma pequena amostra de textos, a ADC desenvolveu o estudo da linguagem como prática social, com vistas à investigação de transformações na vida social contemporânea.

Fairclough (2001), em *Discurso e Mudança Social*, enumera algumas limitações da LC, evidenciando assim a sua diferença com a ADC. Segundo o autor, na Linguística Crítica existe uma tendência a enfatizar demais o texto como produto e a relegar a segundo plano os processos de produção e interpretação textual, como explicitado acima.

Outra limitação indicada pelo autor diz respeito a ênfase unilateral dada aos efeitos discursivos na reprodução social de relações e estruturas sociais existentes. Isso, por consequência, negligencia tanto o discurso como domínio no qual são travados os embates sociais, como a mudança no discurso, uma dimensão da mudança social e cultural mais ampla.

Por fim, Fairclough (2001) critica a forma estreita com a qual a LC concebe a interface linguagem-ideologia, primeiro por desconsiderar a significância ideológica de aspectos do texto que não sejam a gramática e o vocabulário. Segundo, por lidar principalmente com o monólogo escrito, dando pouca atenção aos aspectos de relevância ideológica da organização do diálogo falado, como a tomada de turno, por exemplo. E terceiro, pela ênfase exagerada na realização de ideologias nos textos, fruto da negligência relativa aos processos de interpretação.

Embora críticas sejam feitas à LC, Resende (2009) afirma que a inserção de uma agenda crítica nos estudos linguísticos auxiliou no desenvolvimento de uma teoria integrada de ADC, que, mais tarde, na década de 1990, começou a adquirir estatuto de ciência crítica sobre a linguagem, preocupada, segundo Ramalhos (2005, p. 81), com a conscientização “sobre efeitos sociais de textos, assim como para mudanças sociais que superassem relações assimétricas de poder, parcialmente sustentadas pela semiose”.

No desenvolvimento desta abordagem, de acordo Magalhães (2005), destaca-se o livro *Language and Power*, escrito por Norman Fairclough, em 1989, e que estabeleceu as primeiras bases para os estudos em ADC. O autor britânico foi também o primeiro a utilizar a expressão “Análise de Discurso Crítica”, em seu artigo *Critical and descriptive goals in discourse analysis*, escrito em 1985 para o *Journal of Pragmatics*.

Outras pesquisas de destaque também desenvolviam-se no campo da Análise de Discurso Crítica, como *Language, Power and Ideology*, de Ruth Wodak, publicado em 1989; *Prejudice in Discourse*, de Van Dijk, publicado em 1984; a revista *Discourse and Society*, editada por Van Dijk, em 1993; entre outros.

O ano de 1991 marca o início institucional da ADC enquanto grupo unificado de estudiosos, após um simpósio realizado em Amsterdã. Na ocasião, Teun van Dijk, Norman Fairclough, Gunther Kress, Teo van Leeuwen e Ruth Wodak reuniram-se na Universidade de Amsterdã para discutir teorias e métodos de análise do discurso, especificamente de ADC. De acordo com Wodak (2004), o encontro propiciou o início de múltiplos projetos conjuntos e colaborações entre os diferentes estudiosos de abordagens distintas.

De um destes projetos colaborativos, surgiu o artigo intitulado *Critical discourse analysis*, no qual Fairclough e Wodak (1997) sintetizam os principais fundamentos da ADC da seguinte maneira: 1 – A ADC aborda problemas sociais; 2 – As relações de poder são discursivas; 3 – O discurso constitui a sociedade e a cultura; 4 – O discurso realiza um trabalho ideológico; 5 – O discurso é histórico; 6 – A relação entre texto e sociedade é mediada; 7 – A análise do discurso é interpretativa e explanatória; 8 – O discurso é uma forma de ação social.

Mais tarde, apoiados nos pontos citados acima, Chouliaraki e Fairclough (1999) lançam uma proposta teórico-metodológica voltada para estudar o discurso no contexto da modernidade tardia. A proposta atualiza a abordagem anterior (FAIRCLOUGH, 2001<sup>4</sup>), e assenta-se no campo da pesquisa social crítica, buscando inspiração no Realismo Crítico e propondo um trabalho transdisciplinar com as teorias sociais.

Com base na proposta teórico-metodológica de Chouliaraki e Fairclough (1999), definimos a seguir as etapas de análise desta pesquisa em ADC.

## **2.2 Bases Teórico-Metodológicas da Análise de Discurso Crítica**

De acordo com Ramalho (2005), a abordagem da ADC desenvolvida por Chouliaraki e Fairclough (1999, 2003) assenta-se sobre três bases epistemológicas principais: primeiro, em uma visão científica de crítica social; segundo, no campo da pesquisa social crítica sobre a modernidade tardia; e, terceiro, na teoria e na análise linguística e semiótica, para o estudo das práticas sociais através de um mapeamento social dos textos.

---

<sup>4</sup> Embora usemos a edição traduzida de 2001, a primeira edição deste livro data de 1992.

A abordagem da ADC de Chouliaraki e Fairclough (1999, 2003) desenvolve-se no campo da pesquisa social crítica<sup>5</sup> sobre a modernidade tardia, buscando prover bases científicas para uma reflexão crítica da vida social em termos políticos e morais, isto é, em termos de justiça social e poder (FAIRCLOUGH, 2003).

De acordo com Chouliaraki e Fairclough (1999), nas últimas duas décadas do século XX, o mundo passou por um período de profundas transformações econômicas, sociais e culturais em uma escala global. Essas mudanças sociais criaram rompimentos (de sociedades, comunidades e indivíduos), alteraram velhas percepções acerca da realidade, afetaram profundamente a consciência das pessoas acerca de si e sobre seu senso de lugar. Os autores referem-se a essa nova fase da vida social como “modernidade tardia” (GIDDENS, 1991).

Parte dessas mudanças é resultado de estratégias particulares perseguidas por pessoas particulares para interesses dentro de um sistema particular. Existe, neste sentido, a necessidade de uma teorização crítica e uma análise da modernidade tardia que não apenas ilumine o novo mundo que está emergindo, mas também mostre que direções não realizadas existem. “Thus the basic motivation for critical social science is to contribute to an awareness of what is, how it has come to be, and what it might become, on the basis of which people may be able to make and remake their lives” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 4)<sup>6</sup>.

Uma característica dessas transformações sociais é que elas são, em um grau significativo, transformações nos discursos (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Assim, essas mudanças sociais, econômicas e culturais na modernidade tardia são, então, em parte, mudanças no uso social da linguagem.

O enquadramento no campo da pesquisa social crítica sobre a modernidade tardia é resultado do amplo escopo de aplicação da ADC em pesquisas que, diretamente ou não, contemplam investigações “sobre discurso em práticas sociais da modernidade tardia, período em que a linguagem ocupa o centro do modo de produção do capitalismo” (RAMALHO, 2005, p. 288).

Dentro da proposta de análise contemporânea da Ciência Social Crítica, a ADC tem particular afinidade com uma de suas matrizes epistemológicas, o Realismo Crítico (RC). A abordagem da ADC desenvolvida por Chouliaraki e Fairclough (1999, 2003) adota

---

<sup>5</sup> Ao passo que o objetivo do estudo nas Ciências Sociais é a vida social, a Ciência Social Crítica tem interesse particular pela relação entre esferas da vida e atividade social, econômica, política e cultural (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

<sup>6</sup> “Portanto, a motivação básica da crítica social é contribuir para uma consciência do que é, como se tornou o que é, e em que pode se tornar, na base onde pessoas podem ser capazes de fazer e refazer suas vidas” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 4, tradução nossa)

perspectiva ontológica do Realismo Crítico de Bhaskar (1989). Sua proposta baseia-se na concepção de uma realidade social composta por três domínios: o potencial, o realizado e o empírico. O domínio empírico é uma dimensão epistemológica, ao passo que o potencial e o realizado são dimensões ontológicas.

Conforme esclarecem Resende e Ramalho (2011), o domínio potencial refere-se ao domínio dos objetos, com suas estruturas internas e poderes, com sua capacidade de comportar de maneiras particulares suas tendências e suscetibilidades a certas mudanças. O domínio realizado, por sua vez, é o domínio dos eventos que passam ou não por nossa experiência e refere-se ao que acontece quando esses poderes são ativados.

Por fim, o domínio empírico diz respeito ao domínio da experiência e da observação, isto é, “aquilo que nós efetivamente observamos dos efeitos das estruturas, das potencialidades e das realizações” (RESENDE, 2009, p. 20), no nível dos eventos experimentados. A realidade, nesta proposta, é constituída tanto de experiências e do curso de eventos sociais, como também de estruturas, poderes, mecanismos e tendências.

Como só é possível estudar o “mundo real” pelos filtros da experiência individual, apenas é possível ter acesso aos domínios do potencial e do realizado por meio do domínio empírico, isto é, pela mediação do nosso conhecimento. “Este ponto é fundamental para a abordagem teórico-metodológica da ADC, por descartar a possibilidade de pesquisas ‘objetivas’ em análise de discurso, que acessariam diretamente a ‘realidade’” (RESENDE; RAMALHO, 2011, p. 35). Outro ponto de destaque é que nem tudo o que poderia acontecer em função das estruturas internas dos objetos sociais acontece de fato, pois existem contingências contextuais que podem bloquear estes mecanismos (RESENDE, 2009).

Além desta distinção entre os três domínios da realidade, o RC considera a vida social um sistema aberto composto por diferentes dimensões (física, química, biológica, psicológica, econômica, semiótica, social) com mecanismos particulares, poderes gerativos e estruturas distintas (RESENDE, 2009). Estas dimensões, chamadas de estratos, situam-se no domínio potencial. Os efeitos ocasionados pelos poderes gerativos dos estratos neste domínio geram efeitos sobre os outros domínios.

De acordo com Resende e Ramalho (2006), é com base nesta percepção da realidade como um sistema aberto composto por diferentes estratos que a ADC vai considerar a organização da vida social em torno de práticas sociais, isto é, “ações habituais da sociedade institucionalizada, traduzidas em ações materiais, em modos habituais de ação historicamente

situados” (ibid, p.35). Discutiremos de forma mais detalhada o conceito de prática social nos próximos tópicos.

No que diz respeito à teoria e à análise linguística e semiótica, Ramalho (2005) destaca seu auxílio à prática explanatória acerca de constrangimentos sociais sobre o texto, por um lado, e, por outro, acerca de efeitos sociais desencadeados por sentidos de textos. A ADC tem por objetivo fornecer subsídios científicos para estudos qualitativos que tem como principal material empírico de pesquisa o texto (RESENDE; RAMALHO, 2011).

Assim, como esclarece Magalhães (2004, p. 115-116), “uma característica dessa forma de fazer análise de discurso que a distingue de outras abordagens é o foco na análise detalhada dos textos como janelas a iluminarem as práticas sociais”. Tal percepção acerca da relevância social do texto explica-se pela importância que a linguagem adquiriu no que tange a abordagem das pesquisas sociais críticas, dentro do novo capitalismo que surgiu durante a modernidade tardia.

Para Fairclough (2003), os textos, entendidos como elementos dos eventos sociais, causam efeitos sociais sobre as pessoas, isto é, mudanças:

Most immediately, texts can bring about changes in our knowledge (we can learn things from them), our beliefs, our attitudes, values and so forth. They also have longer-term causal effects — one might for instance argue that prolonged experience of advertising and other commercial texts contributes to shaping people's identities as 'consumers', or their gender identities. Texts can also start wars, or contribute to changes in education, or to changes in industrial relations, and so forth. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 8)<sup>7</sup>

Nos eventos discursivos, a linguagem figura enquanto textos particulares, produzidos em contextos e situações específicas, por indivíduos particulares (RESENDE; RAMALHO, 2011). Os textos, enquanto elementos dos eventos sociais, relacionam-se dialeticamente com elementos não-discursivos. Muito embora sejam as práticas sociais que controlem a seleção das possibilidades e sua manutenção ou transformação em domínios sociais particulares, os textos contribuem também para definir os sentidos construídos nestas práticas (MAGALHÃES, 2004).

Estes efeitos sociais gerados nos indivíduos são determinados pela relação dialética entre texto e contexto social. A análise textual propõe então uma abordagem baseada na

---

<sup>7</sup> “Mais imediatamente os textos causam mudanças em nosso conhecimento (podemos aprender coisas com eles), em nossas crenças, em nossas atitudes, em nossos valores, e assim por diante. Eles causam também efeitos de longa duração – poderíamos argumentar, por exemplo, que a experiência prolongada com a publicidade e outros textos comerciais contribui para moldar as identidades das pessoas como ‘consumidores’, ou suas identidades de gênero. Os textos podem também iniciar guerras ou contribuir para transformações na educação, ou para transformações nas relações industriais, e assim por diante” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 8, tradução nossa).

relação do texto com o evento, com o mundo físico e social e com as pessoas envolvidas no texto, ou seja, uma abordagem mais próxima da noção de prática social (RAMALHO, 2005).

Assim, a ADC é uma análise de discurso textualmente orientada (ADTO), que busca contribuições na linguística para o estudo das práticas sociais através de um mapeamento social dos textos. Ramalho (2005) esclarece, porém, que a análise textual por si só não fornece meios suficientes para se ter acesso a efeitos ideológicos de textos na sustentação ou transformação de ideologias.

Para acessar esses efeitos, a ADC funda-se na análise da interação comunicativa textualmente orientada; na análise interdiscursiva, que visa identificar recursos discursivos (gêneros, discursos, estilos) utilizados na interação, mapeando-os em ordens do discurso; e na análise socialmente orientada de estruturas sociais e práticas socioculturais das quais a interação é uma faceta (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

Desta forma, é possível identificar conexões entre escolhas linguísticas de atores sociais ou grupos e os contextos sociais mais amplos nos quais os textos analisados são formulados e, assim, demonstrar empiricamente os papéis da linguagem na sociedade. “Assim a articulação de categorias linguísticas de análise se justifica pela relação que possibilitam estabelecer entre os recursos linguísticos mobilizados em textos e categorias sociológicas como poder, hegemonia, ideologia, identidade” (RESENDE, 2009, p. 47).

Vale ressaltar também que o processo de análise textual é sempre parcial e subjetivo. O que lhe confere cientificidade, esclarecem Resende e Ramalho (2011) é o trabalho explanatório, isto é, de compreensão conjugado com a explanação. “Pela compreensão descrevemos e interpretamos propriedades de textos, e pela explanação investigamos os textos como material empírico à luz de conceitos, de um arcabouço teórico particular” (ibid, p.23).

A compreensão dessas dimensões teórico-analíticas é importante para a ADC no refinamento de sua perspectiva que considera a linguagem como um elemento constituído e constituinte da realidade social. A seguir discorreremos de forma mais detalhada sobre alguns dos conceitos-base para a Análise de Discurso Crítica.

### **2.3 Discurso**

Entendemos discurso como um momento da prática social, tal qual propõem Chouliaraki e Fairclough (1999; 2003), mas adotamos esta perspectiva a partir de uma concepção de discurso proposta anteriormente em Fairclough (2001), por considerar que nesta

obra o autor apresenta uma definição mais clara do termo. Sendo assim, apresentaremos primeiro nossa definição de discurso para então situá-lo como um momento da prática.

Ao usar o termo, Fairclough (2001) propõe considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. O discurso, para o autor, é tanto um modo de ação (sobre o mundo e especialmente sobre os outros), como também um modo de representação. Embora se deva esclarecer que esses dois modos estão imbricados: é pela representação discursiva que os indivíduos atuam e interferem na realidade social, no mundo.

Sua perspectiva dialética defende que o discurso é tanto moldado e restringido pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis (por relações sociais, por instituições particulares, por sistemas de classificação, por várias normas e convenções, tanto de natureza discursiva como não-discursiva), como também é constituinte de todas as dimensões desta estrutura.

Tal percepção é tributária do pensamento de Foucault (2008), que propõe uma relação ativa entre a linguagem e a realidade, de modo que, para ele, o discurso atua ativamente constituindo ou construindo a sociedade em várias dimensões – o discurso constitui o social, como também os objetos e os sujeitos sociais.

Estes elementos são constituídos, reproduzidos e transformados discursivamente de acordo com as regras de uma formação discursiva específica. Formação discursiva pode ser entendida como um sistema de regras constituídas por combinações de elementos discursivos e não-discursivos em articulação, e que tornam possível a ocorrência de um conjunto particular de enunciados<sup>8</sup> e não outros, em determinado tempo e lugar (FAIRCLOUGH, 2001).

O discurso contribui para a construção das identidades sociais e posições de sujeito, para as relações sociais entre as pessoas e construção de sistemas de conhecimento e crença. Neste ponto, outra contribuição significativa para a ADC é a percepção foucaultiana de que os sujeitos sociais são sujeitos de linguagem.

Para Foucault (2008), o sujeito social que produz um enunciado é uma função do próprio enunciado e não é uma entidade que existe fora e independentemente do discurso. Dizendo de outra forma, os enunciados posicionam os sujeitos – aqueles que os produzem, mas também aqueles para quem eles são dirigidos – de formas particulares.

---

<sup>8</sup> Vale mencionar que Foucault (2008, p. 132) propõe uma análise discursiva voltada para a análise de enunciados, de modo que o autor define o discurso como um “conjunto de enunciados na medida em que se apoiem em uma na mesma formação discursiva”.

Fairclough (2001) argumenta que essa visão a respeito da relação entre sujeito e enunciado é elaborada por meio de uma caracterização de formações discursivas constituídas por configurações particulares de modalidades enunciativas, isto é, atividades discursivas ligadas a posições de sujeito. Por exemplo, o ensino como uma atividade discursiva posiciona aqueles que estão inseridos como professor e aluno.

A função professor é constituída pela complexa configuração de modalidades enunciativas e posições do sujeito nos sistemas de regras de uma formação discursiva do sistema formal de educação. A articulação de modalidades enunciativas, segundo Fairclough (2001, p. 69), é historicamente específica e aberta à mudança histórica, desta forma, “a atenção às condições sociais sob as quais tais articulações são transformadas e aos mecanismos de sua transformação são uma parte significativa da pesquisa sobre a mudança discursiva em relação à mudança social”.

Os sujeitos sociais são então constituídos, reproduzidos e transformados nas práticas sociais/discursivas. Por prática discursiva, Foucault (2008, p. 133) entende como “conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”.

Embora se critique a visão determinista foucaultiana do aspecto constitutivo do discurso, que considera a ação humana unilateralmente constrangida pela estrutura social (RAMALHO, 2005), sua proposta contribui para a percepção de que as realidades do mundo social não emanam simplesmente das cabeças das pessoas, visto que as práticas concretas, relações e identidades existentes que são constituídas no discurso se realizam necessariamente dentro das restrições da determinação dialética deste pelas estruturas sociais e em conjunto com outras práticas (FAIRCLOUGH, 2001).

A importância desta perspectiva dialética entre discurso e estrutura social evita que, por um lado, o discurso seja entendido como mero reflexo de uma realidade social mais profunda e, por outro, que o discurso seja representado idealizadamente como fonte do social, contrariando ênfases indevidas na determinação social do discurso e na construção do social no discurso.

Assim, nesta concepção faircloughana, esclarece Melo (2009, p. 3), o discurso é reprodutor e transformador de realidades sociais e dos sujeitos da linguagem, tanto propenso aos efeitos ideológicos e linguísticos, quanto agindo como transformador de suas próprias práticas discursivas; “ora ele se conforma às formações discursivas/sociais que o compõem,

ora resiste a elas, ressignificando-as, reconfigurando-as. Desse modo, a língua é uma atividade dialética que molda a sociedade e é moldada por ela”.

## 2.4 Discurso e Prática Social

Chouliaraki e Fairclough (1999) citam a necessidade de reconhecer a importância social do discurso sem reduzir a vida social a ele – um risco e uma tentação constantes para analistas de discurso. Quanto a isso, os autores esclarecem que a ADC propõe uma visão dialética entre o discurso e outras facetas (extradiscursivas) no mundo social, em que o discurso constitui-se em um momento entre seis: discurso/linguagem; poder; relações sociais; prática materiais; instituições rituais; e crenças/valores/desejos.

Esta perspectiva, embasada no Realismo Crítico e no conceito de práticas sociais proveniente do materialismo histórico geográfico de Harvey (1996), reconhece então a vida social constituída em torno de práticas. Chouliaraki e Fairclough (1999) definem práticas como maneiras habituais, situadas em um tempo e espaço particulares, no qual pessoas aplicam recursos (material e simbólico) para agir junto no mundo.

Práticas são constituídas através da vida social – no especializado domínio da economia e política, por exemplo, mas também no domínio cultural, incluindo a vida cotidiana. Os autores acreditam que a vantagem de focar no conceito de práticas é que ele constitui um ponto de conexão entre estruturas sociais e eventos sociais.

Chouliaraki e Fairclough (1999) caracterizam estruturas sociais como condições históricas da vida social que podem ser modificadas, mas lentamente. Eventos, por sua vez, são acontecimentos imediatos individuais ou ocasiões da vida social<sup>9</sup>. Nos eventos sociais, os agentes sociais reproduzem ou transformam, em maior ou em menor grau, as estruturas que governam suas atividades. Desta forma, “as estruturas sociais são também resultado da ação social e, portanto, são também possíveis objetos de transformação” (RESENDE, 2009, p. 28).

Resende (2009) esclarece também que esta relação entre estrutura e ação não é dialética, mas transformacional. Neste sentido, ela não só não é simultânea, como também é assimétrica. As estruturas são sempre prévias às ações, da mesma forma que as sociedades são sempre prévias aos indivíduos. Porém, mesmo preexistentes, estas estruturas só existem em virtude das atividades dos agentes sociais.

---

<sup>9</sup> O evento social em questão aqui é o pós-ataque ao jornal Charlie Hebdo, no momento em que as charges estavam sendo produzidas.

Esta assimetria implica que a relação entre estrutura e ação não é equivalente, “o que aponta a necessidade de entidades intermediárias” (RESENDE, 2009, p. 29). As práticas sociais aparecem então como conceito mediador entre as estruturas sociais e a ação social, possibilitando o foco nas condições estruturais para a ação.

Neste sentido, percebemos que o atentado terrorista ao jornal Charlie Hebdo (evento) devido as suas publicações voltadas à crítica satírica da religião islâmica e do profeta Maomé (prática social) produzem tensões e dividem opiniões em uma França com tradição na imprensa satírica e nos ideais republicanos fundamentados na “liberdade, igualdade e fraternidade”, mas que ao mesmo tempo possui 10% de sua população composta de muçulmanos e cujo os direitos merecem ser respeitados (estrutura social)<sup>10</sup>.

Outro ponto a se destacar é que cada prática social é localizada dentro de uma rede de relações estabelecidas com outras práticas, essas relações externas determinam a sua constituição interna (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Isto acontece tanto por meio desse processo de internalização, como também por um processo de articulação, conforme mencionado no início do tópico.

Articulação refere-se, segundo os autores, às relações entre práticas dentro de uma rede, de modo que cada prática é simultaneamente determinada por outras sem ser reduzível a elas, tornando-se “momentos” desta rede. As diversas formas com que as práticas se articulam com as demais possibilitam múltiplas posições sociais, bem como efeitos sociais diversos.

O discurso, semelhante aos demais elementos, constitui um momento da prática social. Estes momentos da prática internalizam-se e articulam-se com os demais momentos sem se reduzirem a eles. Com isso, o discurso é também uma forma de poder, um modo de formação de crenças/valores/desejos, uma instituição, um modo de domínio social, uma prática material. Reciprocamente, poder, relações sociais, práticas materiais, instituições e crenças são parte do discurso (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

Estas redes de práticas são asseguradas por relações sociais de poder, estando as articulações entre práticas ligadas às lutas por este poder. Assim, Chouliaraki e Fairclough (1999) afirmam que as permanências são efeitos do poder sobre redes de prática, enquanto as tensões nos eventos são fruto das lutas pelo poder. No caso da análise empreendida neste trabalho, pode-se dizer que a luta por poder é uma luta por legitimar ideologicamente suas representações nos discursos das charges sobre o atentado.

---

<sup>10</sup> Discutiremos este contexto mais detalhadamente adiante.

O conceito de articulação como um modo de relacionar elementos (momentos) do social é usado para analisar as relações de poder como instrumento de dominação, preocupação central da ADC, como já mencionado anteriormente. Neste ponto, os autores destacam a importância do conceito de hegemonia de Gramsci (1971) para a proposta da ADC: “Hegemony is relations of domination based upon consent rather than coercion” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 24)<sup>11</sup>.

A hegemonia é garantida por um estado de relativa permanência de articulações dos elementos sociais. A reconfiguração ou recombinação dos elementos que atuam na articulação proporcionam a mudança discursiva. Quanto a isso, Chouliaraki e Fairclough (1999) citam a possibilidade de desarticulação e rearticulação dos elementos que compõem a prática: “The hegemony is a bid for closure of practices and networks of practice which is destined fail to a greater or lesser extent because the social is by its nature open” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 25)<sup>12</sup>.

O embate ideológico/hegemônico entre os posicionamentos acerca do atentado é um embate entre aqueles que defendem a manutenção das práticas sociais do jornal (com seu amplo direito à liberdade e crítica religiosa) e os que defendem a transformação destas práticas (pelo fim das sátiras do jornal à religião islâmica).

Esta luta pela (re)estruturação das práticas acontece também em nível discursivo, de modo que parte das lutas hegemônicas é uma luta pela instauração, sustentação, universalização de discursos particulares (RESENDE; RAMALHO, 2011). Nesta proposta, de acordo com Resende e Ramalho (2011, p. 17), o termo discurso apresenta dois significados: primeiro, como substantivo mais abstrato, ele aparece como sinônimo de semiose e significa “linguagem como momento irreduzível da vida social”; e, segundo, como substantivo mais concreto, significa “um modo particular de representar nossa experiência no mundo”.

Tal conceituação de discurso aparece como uma atualização da versão anterior (FAIRCLOUGH, 2001). Por mais que enxerguemos a necessidade de discutir essa denominação dupla que o termo leva, de modo a abrir espaço para uma discussão mais ampla acerca dos significados do discurso, tomamos o entendimento de discurso a partir da conceituação apresentada no tópico passado.

Quanto à primeira denominação, Chouliaraki e Fairclough (1999) alertam que o termo “discurso” pode se referir aos elementos semióticos das práticas sociais:

---

<sup>11</sup> “Hegemonia é a relação de dominação baseada no amplo consenso mais do que na coerção” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 24) (tradução nossa).

<sup>12</sup> “A hegemonia é uma questão de fechamento de práticas e redes de práticas destinadas a serem rompidas porque o social é por natureza aberto” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 25) (tradução nossa).

Discourse therefore includes language (written and spoken and in combination with other semiotics, for example, with music in signing), nonverbal communication (facial expressions, body movements, gestures, etc.) and visual images (for instance, photographs, films). The concept of discourse can be understood as a particular perspective on these various forms of semiosis – it sees them as moments of social practices in the articulation with other non-discursive moments. (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 38)<sup>13</sup>

Na proposta sociodiscursiva da ADC, como já mencionamos, a linguagem é parte irreduzível da vida social, o que pressupõe relação interna e dialética de linguagem-sociedade, de modo que questões sociais são questões de discurso, e vice-versa. Em todos os níveis da vida social, a linguagem encontra-se presente, desde os mais fixos (estruturas sociais), aos mais flexíveis (eventos sociais), passando pelo nível intermediário (práticas sociais). (RESENDE; RAMALHO, 2011).

Ainda segundo Resende e Ramalho (2011.), nas estruturas sociais, a linguagem figura enquanto sistema semiótico; nos eventos discursivos, a linguagem figura enquanto textos particulares (produzidos em contextos e situações específicas, por indivíduos particulares) e nas práticas sociais, a linguagem se manifesta como discurso: “como uma parte irreduzível das maneiras como agimos e interagimos, representamos e identificamos a nós mesmos, aos outros e a aspectos do mundo por meio da linguagem” (ibid, p.15). Estes modos de inter(agir), representar e identificar são analisados enquanto significados do discurso e constituem os gêneros, discursos (na segunda acepção) e estilos.

Assim, a proposta da ADC transita entre os três níveis da linguagem (gêneros, discursos e estilos), o que só é possível graças ao foco no nível intermediário das ordens do discurso, por este ser o espaço de geração de conhecimento sobre o funcionamento social da linguagem (RESENDE; RAMALHO, 2011). De acordo com Fairclough (2012), as práticas sociais interrelacionadas de maneira particular constituem a ordem social que, em seu aspecto semiótico, constituem ordens de discurso. Tal qual as práticas sociais possibilitam e regulam as ações sociais, as ordens do discurso são um sistema semiótico estruturado que regulam as ações discursivas.

Fairclough (2012) define ordens do discurso como combinações particulares de gêneros, discursos e estilos, que constituem o aspecto discursivo de redes de práticas sociais, a

---

<sup>13</sup> “Discurso, portanto, inclui linguagem (escrita e falada, e em combinação com outras semióticas, por exemplo, com música ao se cantar), comunicação não verbal (expressões faciais, movimentos de corpo, gestos etc) e imagens visuais (no caso, fotografias, filme). O conceito de discurso pode ser entendido como uma perspectiva particular nessas várias formas de *semiosis* – ele as vê enquanto momentos da prática social em sua articulação com outros momentos não discursivos” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 38) (tradução nossa).

faceta socialmente estruturada da linguagem. “Uma ordem de discurso é uma estruturação social da diferença semiótica, uma ordenação social particular das relações entre os vários modos de construir sentido, isto é, os diversos discursos e gêneros” (ibid, p.310).

Assim como os demais momentos, em práticas particulares, os elementos das ordens do discurso mantêm entre si constantes relações dialéticas de articulação e internalização sem se reduzirem a um, tornando-se também momentos da prática. Esta articulação de elementos nas ordens do discurso define a variação linguística em determinados campos da vida social, criando certas possibilidades de articulação da língua e excluindo outras (FAIRCLOUGH, 2003).

Desta forma, Fairclough (2012) alude que a semiose como parte da atividade social constitui gêneros discursivos que dizem respeito às maneiras diversas de agir, de produzir a vida social semioticamente. A semiose na representação e autorrepresentação de práticas sociais constitui os discursos, que são as várias representações da vida social. No desempenho das posições, a semiose constitui os estilos, que são maneiras de ser, identidades, em seu aspecto semiótico.

Nessa relação, algumas maneiras de construir sentido são dominantes, outras são marginais, subversivas, alternativas. Uma ordem de discurso não é um sistema fechado ou rígido, invés disso, é um sistema aberto. Sendo assim, Fairclough (2012) destaca que o conceito de hegemonia pode ser útil também quando aplicado à análise de ordens de discurso, de forma a avaliar como determinada estruturação social pode sustentar relações de dominação ou contestar em maior ou menor proporção.

O que importa, ressalta o autor, são as articulações nas mudanças entre gêneros, discursos e estilos (discutidos a seguir); a mudança da estruturação social entre esses elementos na estabilidade e permanência nas ordens de discurso; e uma continuidade no trabalho das relações entre eles em textos e interações.

## **2.5 Significados do Discurso**

Fairclough (2003) propõe perceber os conceitos de gêneros, discursos e estilos associados aos significados interacional/acional, representacional e identificacional, baseado na gramática sistêmico-funcional de Halliday (1985). Sendo assim, gêneros, discursos e estilos são formas relativamente estáveis e duráveis de agir, representar e identificar.

### 2.5.1 Gênero: Ação e Interação

Para a ADC, os gêneros – ligados ao significado interacional/acional do discurso – são entendidos não como gêneros textuais fixos, mas como gêneros discursivos, isto é, um dos momentos de ordens do discurso. Resende e Ramalho (2011) acreditam que esta compreensão permite entender o gênero não apenas segundo a organização estrutural da mensagem, mas, sobretudo, “as maneiras pelas quais a mensagem contribui para a negociação de relações entre os/as participantes do discurso” (ibid, p. 59).

Este conceito de gênero discursivo é tributário do pensamento de Bakhtin (1997). O autor define gêneros do discurso como tipos relativamente estáveis de enunciados que refletem as condições específicas e as finalidades de cada uma das esferas da atividade social, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, “pela seleção operada nos recursos da língua — recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais —, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional” (ibid, p. 279).

Estes três elementos – conteúdo temático (assunto), estilo (individualidade do falante/escritor) e construção composicional (estrutura formal) –, segundo o autor, fundem-se indissolavelmente no todo do enunciado e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. O enunciado é entendido como uma unidade discursiva estritamente social com intenções comunicativas pré-definidas.

No gênero charge, por exemplo, cujo conteúdo temático comumente volta-se para a crítica social (não necessariamente humorística), Flôres (2002) cita que os componentes linguísticos são responsáveis, juntamente com os componentes imagéticos, pelo grau de informatividade e poder persuasivo da mensagem. O elemento verbal e o visual articulam-se na composição de um enunciado coerente.

Assim, estas intenções as quais Bakhtin (1997) se refere, como parte das condições de produção dos enunciados, determinam os usos linguísticos que originam os gêneros. “Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso” (ibid, p.279)

Para Bakhtin (1997), a variedade de gêneros do discurso é infinita, pois a variedade virtual da atividade social é inesgotável, de modo que cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a esfera se desenvolve e se torna mais complexa.

Diante dessa grande variedade de gêneros, o autor classifica-os em “primários” e “secundários”. Os gêneros secundários do discurso são gêneros mais complexos, como o romance, o teatro, o discurso científico, ao passo que os gêneros primários são gêneros mais simples, geralmente informais, como as conversas cotidianas.

Durante o processo de sua formação, cita Bakhtin (1997), esses gêneros secundários absorvem e transmitem gêneros primários de todas as espécies. Os gêneros primários, ao se tornarem componentes dos gêneros secundários, transformam-se dentro destes, por exemplo,

inseridas no romance, a réplica do diálogo cotidiano ou a carta, conservando sua forma e seu significado cotidiano apenas no plano do conteúdo do romance, só se integram à realidade existente através do romance considerado como um todo, ou seja, do romance concebido como fenômeno da vida literário-artística e não da vida cotidiana. O romance em seu todo é um enunciado, da mesma forma que a réplica do diálogo cotidiano ou a carta pessoal (são fenômenos da mesma natureza); o que diferencia o romance é ser um enunciado secundário (complexo). (BAKHTIN, 1997, p. 281)

Neste contexto, o autor ressalta a importância do estudo da diversidade dos gêneros de enunciados, procurando entender como se relacionam com as diferentes esferas da atividade e da comunicação: crônicas, contratos, textos legislativos, documentos oficiais, escritos literários, científicos e ideológicos, cartas oficiais ou pessoais, entre outros. Quanto a isso, Fairclough (2003) esclarece que quando se analisa um texto em termos de gênero, estamos perguntando como ele contribui para a (inter)ação social em eventos sociais.

Desta forma, é possível inferir que os gêneros discursivos pressupõem tanto relações com outras pessoas, como ações sobre estas pessoas, o que pode contribuir, em certas circunstâncias, para a distribuição assimétrica do poder.

A respeito dos gêneros, Fairclough (2003) resume alguns pontos:

1 – As formas de ação e interação em eventos sociais são definidas por suas práticas sociais e as maneiras pelas quais elas estão (inter)ligadas em redes;

2 – Uma cadeia de eventos pode envolver uma cadeia de diferentes textos interligados, que se manifestam em uma cadeia de diferentes gêneros;

3 – Um texto ou interação particular não pertence a um determinado gênero - é suscetível de envolver uma combinação de diferentes gêneros<sup>14</sup>;

4 – Alguns gêneros são, em termos de escala, relativamente “locais”, associados às redes de práticas sociais delimitadas. Outros, por sua vez, são relativamente “globais”, (inter)agindo através de redes de práticas maiores;

---

<sup>14</sup> A charge, por exemplo, apresenta características do gênero jornalístico, como o fato de seu discurso versar sobre fatos da atualidade, e de gêneros da narrativa gráfica, como o uso de onomatopeias visuais para representar ações e/ou expressões.

5 – Transformações sociais podem ser vistas como mudanças na rede de práticas sociais e, assim, como mudança nas formas de ação e interação, o que inclui as mudanças de gêneros. Estas mudanças de gênero são uma parte importante das transformações do novo capitalismo.

6 – Mudanças de gêneros são mudanças na forma como diferentes gêneros são combinados em conjunto. Novos gêneros desenvolvem-se através da combinação de gêneros já existentes.

Chouliaraki e Fairclough (1999) enxergam nos gêneros discursivos um mecanismo articulatório que controla o que pode ser usado e em que ordem, incluindo a configuração e a regulação de discursos. Esse caráter regulatório dos gêneros permite entendê-los como mecanismos de legitimação de discursos ideológicos, de modo que alguns gêneros possibilitam o controle não apenas dos discursos, mas das práticas sociais como um todo, suprimindo certos elementos em favor de interesses particulares de dominação.

Os gêneros discursivos ainda são classificados quanto ao nível de abstração e hierarquização. Quanto ao nível de abstração, destacam-se os pré-gêneros – os mais abstratos –, que são constituídos “espontaneamente na vida cotidiana em circunstâncias de comunicação, a exemplo da narração, da argumentação, da descrição; são sequências tipológicas utilizadas na composição de gêneros” (RESENDE; RAMALHO, 2011, p. 62); os gêneros desencaixados, “que correspondem a potenciais para realizações linguísticas concretas que transcendem redes particulares de práticas” (RESENDE; RAMALHO, 2011, p. 63), como a entrevista, por exemplo, que figura entre diversas práticas, como a médica, a jornalística, a seleção de emprego, entre outras.; e os gêneros situados, que são tipos de textos relativamente estáveis que desempenham funções em situações comunicacionais, como a entrevista médica, por exemplo. Os gêneros se referem a um potencial abstrato que ganha materialidade em textos concretos, não devendo seu conceito ser confundido com o de texto empírico.

Quanto a hierarquização, Resende e Ramalho (2011) citam que haverá sempre um gênero principal e outros subgêneros. Isto ressalta o caráter híbrido dos gêneros que, em certas circunstâncias, pode servir para fins ideológicos. “Isso acontece quando a mistura de gêneros associa-se a questões relacionadas a poder e ideologia” (RESENDE; RAMALHO, 2011, p. 66).

### 2.5.2 Discurso e Representações Sociais

O significado representacional, por sua vez, está relacionado ao conceito de discurso, em um sentido mais concreto, que diz respeito, de acordo com Fairclough (2003), às formas de representar aspectos do mundo - os processos, relações e estruturas do mundo material, mental (pensamentos, sentimentos, crenças) e o mundo social.

Estes aspectos particulares estão associados às diferentes relações que as pessoas estabelecem com o mundo, que por sua vez depende de suas posições, suas identidades sociais e pessoais, e as relações sociais com outras pessoas. Aspectos particulares do mundo podem então ser representados de forma diferente na relação estabelecida entre os diferentes discursos (FAIRCLOUGH, 2003). Um exemplo são algumas das charges aqui analisadas que retomam elementos do discurso religioso para construir suas representações do atentado e/ou das personagens.

Essas relações entre os diferentes discursos são parte das relações entre diferentes pessoas - elas podem se complementar, competir, dominar e assim por diante. Neste sentido, os discursos são um dos recursos que as pessoas utilizam para se relacionarem - separando, cooperando, competindo, dominando -, e para mudar as formas como elas se relacionam entre si (FAIRCLOUGH, 2003).

Em seu estudo sobre representações sociais, Moscovici (2003) as define como construções mentais da realidade que orientam o comportamento individual face à coletividade. Para ele, as representações sociais existem em todo o processo de interação humana. Segundo o autor,

Sempre e em todo o lugar, quando nós encontramos pessoas ou coisas e nos familiarizamos com elas, tais representações estão presentes. A informação que recebemos, e à qual tentamos dar um significado, está sob seu controle e não possui outro sentido para nós além do que elas dão a ele (MOSCOVICI, 2003, p. 40).

De acordo Moscovici (2003), as representações sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar algo que já é de conhecimento do indivíduo. Neste sentido, as representações objetivam reproduzir o mundo de forma significativa, introduzindo nele ordem e percepções, tornando o não-familiar em familiar. Assim, prossegue Moscovici (2003, p. 58), as representações que os indivíduos fabricam “são sempre o resultado de um esforço constante de tornar comum e real algo que é incomum (não familiar), ou que nos dá um sentimento de não familiaridade”.

O autor ainda destaca que as representações sociais possuem duas funções. Em primeiro lugar, elas convencionalizam objetos, pessoas ou acontecimentos, isto é, lhes dão uma forma e as localizam em um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um

grupo de pessoas. Todos os novos elementos se somam e se sintetizam neste modelo de convenções, que possibilita ao indivíduo conhecer o que representa o quê.

Cada experiência é somada a uma realidade predeterminada por convenções. Neste sentido, nenhuma mente está livre dos efeitos de condicionamento impostos pelas representações, linguagem e cultura. “Nós pensamos através de uma linguagem; nós organizamos nossos pensamentos, de acordo com um sistema que está condicionado, tanto por nossas representações, como por nossa cultura” (MOSCOVICI, 2003, p. 35).

Em segundo lugar, as representações sociais são prescritivas, isto é, elas se impõem sobre o indivíduo com irresistível força. “Essa força é uma combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado” (MOSCOVICI, 2003, p. 36).

As representações são produto de uma sequência de elaborações e mudanças que ocorrem no decorrer do tempo e que penetram e influenciam a ação do indivíduo. Para ele, todas as classificações, todas as imagens e descrições que circulam socialmente implicam em um elo de prévios sistemas e imagens que reflete um conhecimento anterior e que quebra as amarras da informação presente.

O indivíduo cria suas representações no decurso do processo comunicacional em interação com outros indivíduos. Uma vez criadas, cita Moscovici (2003), elas adquirem vida e circulam, se atraem, se repelem, e possibilitam o surgimento de novas representações, ao passo que morrem as velhas representações. Assim, por mais que as representações não sejam pensadas pelos indivíduos, pois antecedem a ele, elas podem ser re-pensadas, re-criadas e re-representadas. Com isso, as representações sociais são estruturas dinâmicas que surgem e desaparecem, considerando o caráter móvel e circulante do sujeito contemporâneo.

Neste sentido, Fairclough (2003) ressalta também que os discursos não apenas representam o mundo, como também projetam representações possíveis, diferentes das representações do mundo real, contribuindo para projetos de mudanças específicas. Assim, Resende e Ramalho (2011, p. 52) entendem que “diferentes discursos são diferentes perspectivas do mundo e, como tal, ligam-se a campos sociais específicos e a projetos particulares”. Um conceito interessante para se entender a constituição dos discursos aqui analisados, a partir da fala das autoras supracitadas, é o conceito de campo social (que discutiremos adiante), por possibilitar compreender a partir de que lugar social estes discursos (e suas práticas sociais) estão sendo produzidos.

Também vale destacar o caráter heterogêneo dos discursos, de forma que até o discurso mais localizado e específico pode ser visto como uma combinação de outros discursos articulados juntos de maneiras particulares, gerando assim novos discursos (FAIRCLOUGH, 2003). Resende e Ramalho (2006) alertam que, assim como acontece com os gêneros discursivos, os discursos também variam em estabilidade e escala, de modo que um texto pode envolver diferentes discursos e a articulação da diferença entre eles pode realizar-se de diferentes maneiras.

Tal perspectiva remete ao conceito de dialogismo de Bakhtin (2006), segundo o qual todo discurso é por natureza dialógico, à medida que é constituído na fronteira do que é seu e daquilo que é do outro. O discurso é sempre inconcluso, pois jamais se esgota em si mesmo. Além disso, todo discurso é um “já-dito”, pois está em contato constante com outros discursos passados e presentes.

No discurso, cita Magalhães (2003), o sentido é produzido no atrito deste com outros discursos, na negação de um pelo outro, nas diferenças que se estabelecem na disputa de olhares e lugares. O sentido não é imanente aos objetos nem às palavras, é produzido nas práticas sociais de linguagem, na inter-relação dialógica entre sujeitos, “em que cada interlocutor localiza-se e assume posições que lhe possibilitam pôr, interpor e sobrepor sua fala, disputando os melhores lugares, através de estratégias discursivas” (MAGALHÃES, 2003, p. 48-49).

Na proposta da ADC, a ideia de representação está ligada diretamente à luta ideológica, isto é, à universalização de discursos particulares e sua legitimação são instrumentos importantes na manutenção de hegemonias. Quanto a isso, Fairclough (2003) ressalta a importância de uma análise interdiscursiva que se preocupe com a identificação dos discursos usados e com o modo como eles são articulados.

Sobre a materialização de discursos enquanto representação nos textos, Resende e Ramalho (2011) listam vários temas relevantes à pesquisa em ADC. Nos interessa aqui, especialmente, “a representação de grupos específicos de atores sociais em textos de ampla circulação; a recontextualização de discursos de um campo a outro; as influências de discursos específicos sobre construções identitárias e sobre modos de ação” (ibid, p.58).

De outro modo, esses atores sociais estão em disputa por fazer prevalecer suas representações, por dar a última palavra acerca das posições políticas, das crenças e das percepções de direitos. Estão em jogo disputas pelo poder, dominância sob o argumento da

liberdade, liberdade essa que é negada de parte a parte porque é construída segundo perspectivas não apenas diferentes, mas, principalmente, antagônicas.

### 2.5.3 Estilo: Identidade e Identificação

Além de modo de representação e (inter)ação do mundo, a linguagem como discurso também é um modo de (auto)identificação. A linguagem, neste sentido, contribui para a formação de modos particulares de ser, isto é, para a formação de identidades sociais e/ou particulares. O processo de identificação – relacionado aos estilos – não é, no entanto, uma questão simples.

Abro um parêntese nesta discussão sobre significados do discurso para citar a contribuição de Stuart Hall, um dos mais respeitados pesquisadores no campo dos Estudos Culturais, sobre o estudo das identidades culturais. Hall (2005) discute as mudanças sofridas pelos sujeitos ao longo da modernidade, demonstrando que as velhas identidades que antes davam estabilidade ao mundo social, hoje estão em declínio, fazendo surgir novas identidades sociais “descentradas”, isto é, deslocadas ou fragmentadas.

Em seu estudo, Hall (2000) contraria uma posição essencialista que assinala um núcleo identitário estável e que passa por todas as vicissitudes da história, do início ao fim, sem qualquer mudança. Para ele, a identidade não pode ser entendida como algo que é fixado no nascimento e imutável ao longo do tempo (HALL, 2003).

Assim, sua concepção

aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação. (HALL, 2000, p. 108)

As identidades não podem ser mais entendidas como centradas ao redor de um núcleo interno fixo, em um "eu" coerente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, conforme ele é representado ou interpelado nos sistemas culturais que o rodeia. “Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas” (HALL, 2005, p. 13). A identidade torna-se uma "celebração móvel" e o sujeito passa a ser entendido como definido historicamente, e não biologicamente.

Quando enxergamos a partir dessa perspectiva, podemos perceber o quão complexas são as relações identitárias que perpassam o contexto de análise. Um mulçumano adepto da

religião islâmica que vive na França pode ser um imigrante Sírio e vir de uma família mulçumana e morar em *Argenteuil*, assim como um mulçumano que vive na França pode ser europeu, vir de uma família católica e ter se convertido ao islamismo e morar em *Neuilly-sur-Seine*<sup>15</sup>, exemplifica Charbonnier (2015), ao defender como o racismo se manifesta de forma diferenciada entre mulçumanos, independentemente da sua religião.

Neste complexo contexto de mudanças da modernidade tardia, Hall (2003) cita que um processo tem impacto direto na forma de se conceber as identidades: a globalização. Globalização, para Hall (2003, 2005), refere-se a uma série de processos em escala global que vem se intensificando desde os anos 70, e que integra e conecta comunidades e organizações, atravessando fronteiras nacionais, acelerando os fluxos e os laços entre as nações à medida que essas áreas diferentes do globo são postas em interconexão umas com as outras.

De acordo com o autor, a globalização tem causado extensos efeitos diferenciadores no interior das sociedades ou entre as mesmas:

A globalização vem ativamente desenredando e subvertendo cada vez mais seus próprios modelos culturais herdados essencializantes e homogeneizantes, desfazendo os limites e, nesse processo, elucidando as trevas do próprio ‘Iluminismo’ ocidental. As identidades, concebidas como estabelecidas e estáveis, estão naufragando os rochedos de uma diferenciação que prolifera. (HALL, 2003, p. 44)

Com isso, o autor acredita que as sociedades estão constantemente sendo descentradas ou deslocadas para fora de si, abrindo margem para novas possibilidades de articulação entre seus diferentes elementos e identidades. A globalização possibilita, por exemplo, que o Estado Islâmico utilize armas e equipamento militar americanos ou que a *Al-Qaeda* do Iêmen coordene um ataque ao jornal *Charlie Hebdo*, na França.

Assim, a globalização tem um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e “tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas; menos fixas, unificadas ou trans-históricas” (HALL, 2005, p. 87).

Hall (2005) cita ainda que à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, os sujeitos são confrontados por uma multiplicidade de identidades possíveis, com cada uma das quais ele poderia identificar-se, ao menos temporariamente. “O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático” (ibid, p. 12).

---

<sup>15</sup> *Argenteuil* e *Neuilly-sur-Seine* são comunas francesas com uma grande disparidade de renda per capita.

Em “Quem precisa de identidade?”, Hall (2000) distingue duas definições dos processos de identificação, uma naturalista e outra discursiva. Na definição naturalista, “a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal” (HALL, 2000, p. 106). Esta definição tem por base a solidariedade e a fidelidade do grupo.

A definição discursiva, por sua vez, vê a identificação como um processo que nunca se completa, algo sempre em construção. “Ela não é, nunca, completamente determinada – no sentido de que se pode, sempre, ‘ganhá-la’ ou ‘perdê-la’; no sentido de que ela pode ser, sempre, sustentada ou abandonada” (HALL, 2000, p. 106). A compreensão discursiva assinala com clareza a posição do autor a respeito do caráter das identidades contemporâneas.

Assim, a “identidade é um lugar que se assume, uma costura de posição e contexto, e não uma essência ou substância a ser examinada” (HALL, 2003, p. 16). Outra característica das identidades é seu caráter relacional, isto é, as identidades sociais são definidas a partir do Outro, através da linguagem e dos sistemas simbólicos que as representam e lhes atribuem sentido.

Um exemplo interessante dessa relação é a *hashtag* do *twitter* #jenesuispascharlie (Eu não sou Charlie, em francês), que surgiu em oposição a *hashtag* #jesuischarlie, (Eu sou Charlie, em francês) que se popularizou nas redes sociais após o atentado. Essa dualidade relacional, construída através da linguagem e assumida socialmente pelos sujeitos, marca a posição dos sujeitos em relação ao atentado e, mais especificamente, às charges publicadas pelo jornal.

Outro ponto, lembram Resende e Ramalho (2011), é que o indivíduo social não é completamente livre nem completamente constrangido pelas estruturas sociais. As autoras citam que é importante considerar tanto os constrangimentos sociais que constituem as identificações, quanto a agência individual, reprodutora ou transformadora, na construção da autoidentidade. Segundo elas, em nossa experiência no mundo, “interiorizamos discursos que nos servem de suporte para a construção de nossas identidades, e essas construções identitárias podem nos prover ferramentas para a ação transformadora” (RESENDE; RAMALHO, 2011, p. 72).

Desta forma, a análise de discurso deve ser simultaneamente a análise de como os três tipos de significado (significado interacional/acional, significado representacional e significado identificacional) estão articulados nos textos e da conexão entre o evento social e

práticas sociais, verificando-se quais gêneros, discursos e estilos são utilizados e como são articulados nos textos.

Neste nível, os textos oferecem “pistas” para a compreensão das práticas sociais investigadas. “Como a relação entre o discurso e os demais momentos das práticas é de articulação e interiorização, por meios dos textos (produzidos em eventos discursivos situados) podemos compreender o funcionamento social dessas práticas” (RESENDE; RAMALHO, 2011, p.23). O conceito de ideologia, discutido adiante, exerce papel fundamental na compreensão desse processo.

## **2.6 Ideologia**

Ao falarmos de ideologia, cabe destacar inicialmente as contribuições do pensador russo Mikhail Bakhtin, fundador da primeira teoria semiótica de ideologia, cujo pensamento exerce forte influência na ADC.

Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Bakhtin (2006) defende o papel do meio social como organizador da atividade linguística, tecendo fortes críticas às correntes de estudo da linguagem que entendem o fato linguístico como proveniente de um ato de criação isolado, produto de um psiquismo individual, desconsiderando, assim, a influência do fator social e da interação verbal no processo, incorrendo no erro de separar a língua de seu conteúdo ideológico.

Em sua proposta, defende que o produto ideológico faz parte de uma realidade natural/social particular de signos criados pelo homem. “Tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia” (BAKHTIN, 2006, p. 29). Um signo, bem como todos os seus efeitos (todas as ações, reações e novos signos que ele gera no meio social circundante), é um fenômeno do mundo exterior, uma parte material da realidade que a reflete e refrata, podendo “distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc.” (BAKHTIN, 2006, p. 30).

Deste modo, a realidade dos fenômenos ideológicos é a realidade dos signos materialmente constituídos no processo de interação social, fruto de um consenso entre indivíduos socialmente organizados. “razão pela qual as formas do signo são condicionadas tanto pela organização social de tais indivíduos como pelas condições em que a interação acontece” (BAKHTIN, 2006, p. 46).

Na interação social, o signo aparece materializado sob formas concretas da comunicação. A palavra, segundo o autor, como elemento presente em todos os atos de compreensão e em todos os atos de interpretação, é o modo mais puro e sensível dessa relação social. Enquanto signo, a palavra é neutra em relação a qualquer função ideológica e, por isso, pode preencher-se de qualquer função ideológica específica: estética, científica, moral e religiosa.

Diante disso, Bakhtin (2006) diz que a palavra é um fenômeno ideológico por excelência, funcionando como elemento essencial que acompanha e comenta toda criação ideológica, seja ela qual for:

As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É portanto claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais. (BAKHTIN, 2006, p. 42)

O trecho supracitado evidencia o potencial vivo, móvel e evolutivo do signo (ideológico/linguístico), bem como sua capacidade de refração da realidade, postulando-o no centro do confronto de interesses sociais dentro de uma mesma comunidade semiótica (comunidade que utiliza um único e mesmo código ideológico de comunicação). É por isso que o signo, “se subtraído às tensões da luta social, se posto à margem da luta de classes, irá infalivelmente debilitar-se, degenerará em alegoria” (BAKHTIN, 2006, p. 46).

Para ele, é justamente este caráter vivo e dinâmico do signo que o torna uma arena onde confrontam-se índices de valor contraditórios e se desenvolve a luta de classes. Aqui, a classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente. (BAKHTIN, 2006, p. 46).

Assumindo a posição do autor, defendemos que a ideologia se concretiza através dos discursos, no processo de interação social. Na proposta defendida pela a ADC, a análise ideológica se dá nas relações de poder e dominação estabelecidas e sustentadas através da linguagem.

Esta perspectiva de ADC é tributária do pensamento de Thompson (1995), que confere à ideologia um caráter inerentemente negativo. Ideologia, para Thompson (1995, p. 16), de

uma forma mais ampla, diz respeito ao “sentido a serviço do poder”. Sua proposta contraria as correntes que defendem concepções neutras de ideologia, caracterizando-a como “‘sistemas de pensamento’, ‘sistemas de crenças’, ou ‘sistemas simbólicos’, que se referem à ação a social ou política” (ibid, p. 14).

O autor procura delimitar o fenômeno da ideologia dando-lhe especificidade e distinguindo-o da circulação das formas simbólicas em geral, ao defender que os fenômenos simbólicos são ideológicos quando servem, em circunstâncias específicas, para estabelecer ou sustentar relações de dominação, isto é, relações de poder sistematicamente assimétricas.

A análise acerca da ideológica nos discursos, de acordo com a concepção proposta por Thompson, (1995, p. 75-76), está inicialmente interessada nas maneiras “como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder. Ela está interessada nas maneiras como o sentido é mobilizado, no mundo social, e serve, por isso, para reforçar pessoas e grupos que ocupam posições de poder”.

De forma a sistematizar o funcionamento ideológico, o autor conceitua cinco “modos de operação da ideologia”. Esses modos gerais pelos quais a ideologia opera, por meio de estratégias de construção simbólicas, como forma de estabelecer e sustentar relações de dominação são: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. Descreveremos estes modos de operação da ideologia no capítulo 5 deste trabalho.

Mesmo adotando aqui a proposta de Thompson (1999), consideramos que esta concepção de ideologia possui algumas limitações, e, por isso, procuramos desenvolver, dentro de uma discussão promovida por alguns dos vários autores que se debruçaram sobre o tema, uma proposta que seja adequada à nossa percepção no presente trabalho.

Eagleton (1997), ao ressaltar a dificuldade conceitual em caracterizar de forma satisfatória uma palavra cujo significado é tão abrangente e rico, caracteriza a “ideologia” como uma espécie de texto tecido com uma vasta trama de diferentes fios conceituais: “é traçado por divergentes histórias, e mais importante, provavelmente do que forçar essas linhagens a reunir-se em alguma Grande Teoria Global é determinar o que há de valioso em cada uma delas e o que pode ser descartado” (ibid, p.15).

O autor supracitado afirma que é possível definir ideologia de seis maneiras. Na primeira maneira, a ideologia define-se como “o processo material geral de produção de idéias, crenças e valores na vida social” (EAGLETON, 1997, p. 38). Esta definição é política e epistemologicamente neutra, aproximando-se do conceito de “cultura” e denotando ao complexo de práticas significantes e processos simbólicos de uma sociedade em particular.

Um segundo significado aproxima-se a ideia de ideologia como “visão de mundo”, referindo-se a “idéias e crenças (verdadeiras ou falsas) que simbolizam as condições e experiências de um grupo ou classe específico, socialmente significativo” (EAGLETON, 1997, p. 39). Tal perspectiva é uma espécie de autoexpressão simbólica coletiva que desconsidera questões de relação e conflito.

Na terceira maneira, a ideologia pode ser vista como um campo discursivo de promoção e legitimação de interesses de grupos sociais particulares em face de interesses opostos. Esta perspectiva, enxerga a ideologia como um discurso orientado para a ação, isto é, um discurso no qual “poderes sociais que se autopromovem conflitam e colidem acerca de questões centrais para a reprodução do poder social como um todo” (EAGLETON, 1997, p.39).

A quarta maneira “conservaria a ênfase na promoção e legitimação de interesses setoriais, restringindo-a, porém, às atividades de um poder social dominante” (EAGLETON, 1997, p. 39). Nesta concepção, as ideologias dominantes contribuem para a unificação social das classes e grupos subordinados junto aos interesses de seus governantes.

A quinta maneira é semelhante a anterior, com o acréscimo de que essa unificação se daria pelo uso, sobretudo, da distorção e dissimulação. O sexto significado de ideologia enfatiza que as crenças falsas (ou ilusórias) são provenientes não dos interesses de um grupo dominante, mas sim de estruturas materiais formadas socialmente.

Nossa percepção acerca da ideologia aproxima-se da quarta concepção. Assumimos ideologia como a legitimação do poder de uma classe ou grupo social, como propõe Thompson (1995), mas concordamos com Eagleton (1997, p. 19) com o fato de que "nem todo corpo de crenças normalmente denominado ideológico está associado a um poder político dominante". Desta forma, as crenças de grupos e movimentos à margem dos grupos dominantes também são ideológicas.

Este ponto é também defendido por Van Dijk (1997, 2008), precursor da Análise Sociocognitiva do Discurso, filiada a ADC. Sua proposta, que assenta-se na relação discurso-cognição-sociedade, analisa ideologias nos termos da teoria da cognição social, definindo-as como “sistemas básicos de cognições sociais fundamentais e com princípios organizadores das atitudes e representações sociais comuns a membros de grupos particulares” (VAN DIJK, 1997, p. 105).

A abordagem do autor sobre ideologia assenta-se nas seguintes hipóteses:

1 – As ideologias são cognitivas. O que quer dizer que, além de serem sociais e políticas e estejam relacionadas a grupos e estruturas sociais, as ideologias possuem também uma dimensão cognitiva que incorpora objetos mentais, tais como ideias, crenças, pensamentos, apreciações e valores.

2 – As ideologias são sociais. A perspectiva sociológica e socioeconômica, enraizada no pensamento de Marx e Engels, frequentemente relaciona as ideologias em termos de relações de dominação. Quanto a isso, Van Dijk (1997, p. 107) ressalta que “ideologias dominantes” – ideologias de (imposta por) um grupo dominante – são casos próprios de ideologias, não reduzindo todos os casos a estes. Com isso, “não apenas os grupos dominantes, mas também os grupos dominados possuem ideologias que controlam a sua auto-identificação, os seus objetivos e suas ações”.

3 – As ideologias são sociocognitivas. O que equivale a dizer, segundo o autor, que as ideologias se caracterizam pelo fato de serem partilhadas (ou contestadas) pelos membros de grupos sociais. Ideologias são modelos conceituais interpretativos “comuns a toda sociedade que proporcionam, aos membros dos grupos, a compreensão da realidade social, das práticas cotidianas e das relações com outros grupos” (VAN DIJK, 1997, p. 108).

4 – As ideologias não são “verdadeiras” ou “falsas”. Diferente das perspectivas tradicionais que caracterizam as ideologias em termos de verdade ou falsidade, a proposta de Van Dijk (1997, p. 109) prefere conceber esses modelos interpretativos como “mais ou menos relevantes ou eficazes para esses grupos conforme forem capazes de favorecer os seus interesses”. O que não quer dizer que não existam crenças “verdadeiras” ou “falsas” por determinados grupos sociais.

5 – As ideologias podem ter vários graus de complexidade. Van Dijk (1997) argumenta que as ideologias não precisam ser sistemas de crenças perfeitamente acabados ou explícitos, de modo que estes modelos conceituais ideológicos não precisam ser essencialmente rigorosos, organizados e coerentes, desde que sejam operacionais e eficientes para orientar a interpretação e interação social.

6 – As ideologias têm manifestações que variam de acordo com o contexto. O autor argumenta que existem vários fatores sociais, sociocognitivos e pessoais que podem intervir nas manifestações ideológicas dos sujeitos nas práticas, como por exemplo, o fato das pessoas transitarem por vários grupos sociais pode fazer com que compartilhem diferentes ideologias e valores, por vezes, contraditórios.

7 – As ideologias são gerais e abstratas. Tal preposição parte do pressuposto de que as ideologias são relativamente estáveis e contínuas, isso explica porque, dentro de uma sociedade, seus membros são muitas vezes constantes e similares nas suas expressões ideológicas.

Com base nesses pressupostos, o autor resume seu conceito de ideologias da seguinte maneira:

Ideologias são modelos conceituais básicos de cognição social, partilhados por membros de grupos sociais, constituídos por seleções relevantes de valores socioculturais e organizados segundo um esquema ideológico representativo de autoindefinição de um grupo. Para além da função social que desempenham ao defender os interesses dos grupos, as ideologias têm a função cognitiva de organizar representações sociais (atitudes, conhecimentos) de grupos, orientando assim, indirectamente, as práticas sociais relativas ao grupo e, conseqüentemente, também as produções escritas dos seus membros. (VAN DIJK, 1997, p. 108)

Sem nos delimitarmos muito às questões de cognição, da teoria de Van Dijk (1997), interessa-nos especialmente a percepção do autor acerca desse carácter social de ideologia. Em sua definição, estes modelos conceituais ideológicos encontram-se organizados estruturalmente (e de diversas maneiras), fornecendo aos membros de um grupo noções de identidade, definindo funções e papéis sociais, orientando finalidades sociais em âmbito geral, estabelecendo normas e valores compartilhados, definindo posições de grupos em relação a outros e fornecendo orientações sociais às atitudes dos membros.

Segundo Van Dijk (2008), a ideologia é uma estrutura complexa que controla a formação, transformação e aplicação de conhecimentos, opiniões, posturas e representações sociais. Estas estruturas ideológicas são sistemas socialmente organizados de forma a favorecer a percepção, interpretação e ações nas práticas sociais, de modo a favorecer interesses grupais. “Desta forma, uma ideologia proporciona coerência às atitudes sociais, que, por sua vez, co-determinam as práticas sociais” (VAN DIJK, 2008, p. 48).

A preocupação com relação à questão ideológica seria entender o modo como o discurso se relaciona com outros momentos da prática social (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). A percepção de Van Dijk (1997) possibilita enxergar como determinados grupos atuam na sociedade e em relação a outros grupos, disseminando suas ideologias nas mais diversas maneiras de interagir (em gêneros) e inculcada em modos de ser ou identificar (estilos), na luta social. A esta compreensão, soma-se a definição de Fairclough (2001, p. 117), segundo a qual as ideologias são representações de aspectos do mundo “que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação”.

Como defende Bakhtin (2006), enquanto espaço de luta, além de um instrumento de refração e de deformação do ser a serviço de uma classe dominante, o signo ideológico carrega também o potencial para superar estas formas de dominação. No que tange a estas relações de dominação, a luta ideológica como dimensão do discurso é “uma luta para remoldar as práticas discursivas e as ideologias nelas construídas no contexto da reestruturação ou da transformação das relações de dominação” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117). A luta ideológica, neste sentido, é uma luta por hegemonia.

Com relação ao poder, Van Dijk (2008) ressalta que ele é social (é característico das relações de grupo, classes ou formações sociais) e se manifesta na interação. Para o autor, o poder é indireto e atua ideologicamente via controle social, por meio dos discursos, influenciado nas informações e opiniões que os membros de um grupo precisam ou dispõem para executar suas ações.

Na perspectiva da ADC, o poder é apenas temporário, com equilíbrio instável e, com isso, as relações são passíveis de mudança. Tal entendimento remete diretamente ao conceito de hegemonia, na perspectiva gramsciana, que diz respeito ao “contínuo processo de formação e suplantação de um equilíbrio instável” (GRAMSCI, 1988, p. 423). A hegemonia caracteriza o poder de dominação que um grupo exerce sobre os demais, baseado mais no consenso que no uso da força. A luta hegemônica acontece no aspecto social, em nível discursivo.

Como mencionado anteriormente, as permanências de articulações entre os elementos que compõe as (redes de) práticas sociais são compreendidas como efeito de poder, ao passo que as tensões pela transformação dessas articulações são vistas como lutas hegemônicas. Assim, de acordo com Fairclough (1997, p. 81), a hegemonia de uma classe ou grupo sobre uma ordem de discurso “é constituída por um equilíbrio, mais ou menos instável, entre as práticas discursivas que a compõe; o equilíbrio pode perder-se e, no decurso da luta hegemônica, dar lugar à reestruturação dessas práticas”

Sobre essa relação entre discurso e hegemonia, Fairclough (1997) apresenta duas considerações. Em primeiro lugar, hegemonia e luta hegemônica assumem a forma da prática discursiva no processo de interação a partir da dialética entre discurso e sociedade. Em segundo lugar, o próprio discurso é apresentado como uma esfera de hegemonia, sendo que a hegemonia de um grupo é dependente, em parte, de sua capacidade de gerar práticas discursivas que lhes deem sustentação.

Para tanto, como forma de assegurar sua posição hegemônica, estes grupos dominantes buscam disseminar sua ideologia pela representação particular de mundo como se fosse a única legítima e possível. Com relação a isso, Fairclough (1997) defende que as ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o status de “senso comum”. As convenções discursivas naturalizadas são um mecanismo extremamente eficaz para “perpetuar e reproduzir dimensões culturais e ideologias da hegemonia. Por conseguinte, um objeto importante da luta hegemônica é a desnaturalização de convenções existentes e a substituição por outras” (ibid, p. 80).

Quanto a isso, Van Dijk (2008) lembra que existe uma variada gama de estratégias econômicas, culturais e simbólicas por meio das quais os vários grupos de poder podem, “de forma paralela e algumas vezes não sem algum tipo de conflito ou contradição mútua, gerenciar o conhecimento e a informação, disseminar os valores e as metas dominantes e, assim, prover as peças formadoras das ideologias dominantes” (ibid, p. 51).

Assim, o discurso transita entre a regulação e a transformação. Neste contexto, a ideologia tem importância fundamental na sustentação das relações de poder, de modo que a naturalização das práticas é fundamental para a manutenção das relações de dominação. Neste sentido, Van Dijk (2008) alerta para a importância da análise das estratégias discursivas e de seus agentes na reprodução da hegemonia sociocultural.

A relação de articulação entre estes elementos/significados das ordens do discurso é o aspecto discursivo da luta hegemônica pela (re)estruturação (regulação/transformação) das práticas que acontece no interior dos diversos campos sociais, que discutiremos no próximo capítulo.

### 3 CAMPOS SOCIAIS: FRONTEIRAS EM LITÍGIO

Iniciamos este capítulo discutindo sobre o conceito de campo social com base em Bourdieu (1983, 1989, 1996) e Rodrigues (2004). Acreditamos que as discussões destes autores, embora trabalhando em perspectivas diferentes acerca dos campos sociais, ofereçam uma contribuição interessante para se perceber como o social organiza as (redes de) ordens do discurso nos vários campos que perpassam o tema desta pesquisa, como o campo cultural, religioso e político, no que tange as representações do atentado ao Charlie Hebdo nas charges.

Fairclough (2003) considera que os campos sociais (redes particulares de práticas sociais, para o autor) têm associados a si princípios de recontextualização específicos, isto é, princípios segundo os quais estes campos incorporam e recontextualizam os eventos sociais. Estes princípios afetam a forma como os eventos sociais são representados (avaliados, explicados, legitimados, incluídos ou excluídos) em diferentes campos.

Considerando isso, o conceito de campo social nos auxiliará no processo de contextualização do evento, evidenciando com mais clareza as tensões geradas pela intersecção destes universos sociais (como nos casos dos campos religioso e jornalístico).

#### 3.1 Conceituando Campo Social

Em suas pesquisas, Bourdieu (1996) procura elaborar um modelo teórico que forneça uma base para a análise das relações entre as posições sociais, as disposições e as tomadas de posição, “as ‘escolhas’ que os agentes<sup>16</sup> sociais fazem nos domínios mais diferentes da prática, na cozinha ou no esporte, na música ou na política etc.” (BOURDIEU, 1996, p. 18).

Contrariando abordagens estruturalistas, que consideram o caráter passivo dos indivíduos diante das estruturas sociais determinantes, ou da fenomenologia, que defende uma ampla liberdade de ações dos agentes sociais, a proposta teórica *bourdieusiana*, de acordo com Silva (2013), coloca-se em uma posição intermediária, defendendo que as ações sociais não são nem livremente formuladas pelos indivíduos, nem rigidamente determinadas por estruturas, posição semelhante a abordagem de ADC assumida aqui. “Assim, ele procurou mostrar a relativa autonomia que os indivíduos possuem nas suas escolhas, na formação de seus gostos, nas tomadas de posições” (ibid, p. 154).

---

<sup>16</sup> Neste tópico adotamos o termo *agentes sociais* na proposta de Bourdieu (1996, p.44), segundo o qual os indivíduos são agentes “à medida que atuam e que sabem, que são dotados de um senso prático, um sistema adquirido de preferências, de classificações, de percepção”.

Sua proposta praxiológica<sup>17</sup> de teoria social apoia-se nos conceitos de *habitus* e campo, dentre outros, como forma de desenvolver uma abordagem intermediária entre ação e estrutura. Antes de apresentarmos o campo social, definiremos o conceito de *habitus*, diretamente relacionado ao primeiro.

Bourdieu (1983) define o *habitus* como:

um sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consistente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingí-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizada de um regente (BOURDIEU, 1983, p. 60-61).

O *habitus* pode ser entendido como um conjunto de esquemas de percepção e ação que os agentes sociais incorporam ao longo de sua trajetória social, uma vez que estão estruturadas e organizadas de modo duradouro em sua subjetividade. Além disso, orientam e direcionam os sentidos de suas ações (tomadas de posição) (SILVA, 2013).

O *habitus* é o princípio gerador de práticas distintas e distintivas. Diz respeito ao *habitus*, adaptando o exemplo<sup>18</sup> de Bourdieu (1996), o que o mulçumano islâmico veste e a maneira como se veste, os hábitos religiosos que pratica e sua maneira de praticá-los, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las, que o diferem sistematicamente do católico ou do judeu.

O *habitus* é também um esquema classificatório que fornece princípios de visão/divisão e gostos diferenciados. “Eles estabelecem as diferenças entre o que é bom e mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar etc.” (BOURDIEU, 1996, p. 26), o que faz com que, por exemplo, as representações caricatas do Charlie Hebdo acerca do profeta Maomé e do islamismo possam ser vistas de forma diferente (como ofensivas ou não) por grupos sociais diferentes, a depender dos esquemas classificatórios de seu *habitus*.

Estes esquemas de percepção e ação incorporados pelos agentes, afirma Silva (2013), estruturam suas práticas sociais e práticas discursivas, o que não significa que, mesmo manifestando com certa regularidade os sentidos de suas representações e ações sejam

---

<sup>17</sup> Praxiologia é um modo de conhecimento proposto por Bourdieu (1983, p. 47) e que tem como objetivo não somente o sistema de relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, “mas também as relações dialéticas entre essas estruturas e as disposições estruturadas nas quais elas atualizam e que tendem a reproduzi-las”.

<sup>18</sup> Bourdieu (1996, p. 26) toma como exemplo “o que o operário come, e sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial”.

totalmente determinados por estruturas e regras, sendo condicionados por uma diversidade de fatores objetivos e subjetivos que interrelacionam-se dialeticamente.

Os sentidos de representações e ações das práticas dos agentes sociais “são produtos da relação dialética entre certas condições subjetivas do agente social e certas condições objetivas do espaço social e/ou de algum de seus campos específicos” (SILVA, 2013, p. 162). O *habitus* é então o princípio gerador e unificador que “retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas” (BOURDIEU, 1996, p. 21). Para Bourdieu (1996), o campo estrutura o *habitus* e o *habitus* constitui o campo.

Com relação ao conceito de campo, Thiry-Cherques (2006) diz que, na teoria *bourdieusiana*, os campos podem ser entendidos como mundos (mundo político, cultural, religioso) ou microcosmos autônomos no interior do mundo social. Cada campo é composto por agentes sociais dotados de um mesmo *habitus*.

Além do *habitus* específico, todo campo possui propriedades universais presentes que lhe caracterizam (THIRY-CHERQUES, 2006), como a *doxa* e o *nomos*. A *doxa* diz respeito ao “senso comum” partilhado pelo grupo, e o *nomos* refere-se às leis gerais, invariantes, que governam o campo. A entrada do muçulmano no paraíso, por exemplo, que depende da obediência aos Cinco Pilares do Islão<sup>19</sup>, pode ser entendida como a *doxa* da religião islâmica. A sharia - conjunto de leis que orientam o Islão – é o *nomos* desta religião. Tanto a *doxa* como o *nomos* são aceitos, legitimados no meio e pelo meio social conformado pelo campo, esclarece Thiry-Cherques (2006).

Bourdieu (1996) apresenta o conceito de campo relacionado à noção de espaço social, entendido como um espaço multidimensional formado por um conjunto aberto de diferentes campos (campo cultural, religioso, político) com relativa autonomia. Este espaço social “é construído de tal modo que os agentes ou os grupos são aí distribuídos em função de sua posição” (BOURDIEU, 1996, p. 19). Assim, é o espaço social que organiza as práticas e as representações dos agentes.

Desta relação, cita Rodrigues (2004), no qual os campos sociais coexistem com uma multiplicidade de outros campos, resultam reflexos que se projetam em cada um dos campos e o atravessam. “A estes reflexos damos o nome de dimensões. É por isso que podemos encontrar, por exemplo, no campo político dimensões religiosas, militares, econômicas” (RODRIGUES, 2004, p. 149). Para o autor, um campo é mais forte quanto mais conseguir

---

<sup>19</sup> Sobre os Cinco Pilares do Islão, ver: <http://www.islam-guide.com/pt/ch3-16.htm>

impor aos outros campos a sua axiologia<sup>20</sup> (seu *habitus*, por assim dizer) e quanto maior for o número de campos em que conseguir projetá-la.

Para Rodrigues (2004), um campo social constitui uma instituição social, uma esfera de legitimidade. O autor defende que a autonomia dos campos sociais está intimamente associada à modernidade, sobretudo devido à aceleração e à intensificação do processo de fragmentação do tecido social pelas quais as sociedades ocidentais passaram, a partir do século XIV, e que acarretaram numa multiplicidade de esferas de legitimidade.

São estas esferas de legitimidade dos campos que impõe “com autoridade indiscutível atos de linguagem, discursos e práticas conformes, dentro de um domínio específico de competência” (RODRIGUES, 2004, p. 144). Para o autor, a legitimidade é o critério fundamental de um campo social, visto que é ela que garante aos agentes o poder de ocupar o lugar de sujeito da enunciação, isto é, o lugar de um dizer ou de um fazer.

A legitimidade de um campo social, segundo Rodrigues (2004, p. 145), incide sobre todo o processo de institucionalização dos valores que lhes são próprios, “desde a sua criação e gestão à sua inculcação e sanção. A dimensão originária de uma instituição social é, por conseguinte, uma axiologia, uma hierarquia ordenada de valores”.

A legitimidade dos agentes é garantida hierarquicamente pela posição que os agentes ocupam naquele campo. “Está-se assim tanto mais perto do vértice da pirâmide de um campo quanto maior for a competência que se possui para criar, gerir, inculcar e sancionar a respectiva ordem axiológica” (RODRIGUES, 2004, p. 145), isto é, a ordem de valores daquele campo.

De forma parecida, na teoria *bourdieusiana* todo o campo é um espaço estruturado de posições. Thiry-Cherques (2006) afirma que estas posições, na estrutura do campo, são, em parte, determinadas por seus ocupantes e correspondem a um estado não-permanente de relações de força entre seus agentes. Assim, no interior de cada um desses campos, segundo Bourdieu (1989), os ocupantes das posições e os ocupantes das posições dominadas estão ininterruptamente envolvidos em lutas de diferentes formas (sem se constituírem necessariamente em grupos antagonistas).

No interior de cada campo, nas lutas simbólicas entre seus ocupantes, acontece a produção e distribuição de bens simbólicos (valores e crenças no campo religioso, por exemplo), isto é, o “capital”, fruto tanto do *habitus* adquirido pelos produtores ao longo de seus trajetos de vida, quanto das posições que estes produtores ocupam na estrutura de um

---

<sup>20</sup> Por axiologia, Rodrigues (2004, p. 144) refere-se ao “conjunto de valores que se impõe a todos com força vinculativa, mesmo e talvez sobretudo quando as suas prescrições são violadas”.

determinado campo social (SILVA, 2013). Desta forma, “a posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, que também são armas, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo” (BOURDIEU, 1996, p. 25).

O conceito de “capital”, na teoria *bourdieusiana*, é derivado, segundo Thiry-Cherques (2006, p. 38) da noção econômica, no qual “o capital se acumula por operações de investimento, se transmite por herança e se reproduz de acordo com a habilidade do seu detentor em investir”. Aqui, o capital, além de econômico, pode ser considerado também como: (1) cultural, que compreende o conhecimento, habilidades, informações e qualificações intelectuais produzidas e transmitidas pela família e pelas instituições escolares; (2) social, que corresponde ao conjunto de acessos sociais (relacionamentos e rede de contatos); (3) simbólico, que se apresenta como uma síntese dos demais e corresponde ao conjunto de rituais de reconhecimento social (prestígio, a honra, entre outros) (THIRY-CHERQUES, 2006).

A transformação ou manutenção ocorrida nos campos sociais é fruto das lutas entre os agentes pelo poder simbólico. O capital é um recurso útil, segundo Thiry-Cherques (2006), na determinação e na reprodução das posições sociais dos agentes nesta luta por poder. Assim, de acordo com Bourdieu (1996), o campo é ao mesmo tempo um campo de forças, cuja a estrutura impõe suas necessidades aos agentes envolvidos, e um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam a partir de posições diferenciadas, contribuindo para a manutenção ou transformação da sua estrutura.

Nestes espaços, segundo Silva (2013), seus agentes sociais se dividem em dominantes e dominados, em conformidade com o *habitus* e o nível de capital ou poder simbólico que detém. Ao passo que os agentes com maior capital e poder simbólico lutam para a conservação da estrutura de seus campos, os dominados, detentores de um volume menor de capital simbólico, lutam para a transformação destes campos. “São estas posições dos indivíduos na estrutura do espaço social que, ligadas ao *habitus*, influenciam as tomadas de posição dos agentes sociais” (SILVA, 2013, p. 164).

Esta dominação de um grupo com relação a outro acontece através da violência simbólica, isto é, um “poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, (e que) acrescenta a sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essa relação de forças” (BOURDIEU, 1989, p. 14).

É através desta violência que, em muitos casos, os produtores de bens simbólicos de determinado campo social buscam a adesão daqueles que se encontram em condição de consumidor destes bens, sendo que, quanto maior o poder de um produtor em relação a um consumidor, maior a chance de impor sua força através da violência simbólica (SILVA, 2003).

Este espaço de tensões e lutas sociais por legitimação pode ser percebido nos mais diversos campos, como no campo religioso, que aparece profundamente transformado e reordenado na modernidade. Discutiremos sobre algumas das características do campo religioso a seguir.

### **3.2 Pluralismo e Tensões no Campo Religioso**

Inicialmente, vale mencionar que consideramos todos os campos tratados aqui como vinculados à cultura, sem para isso termos de discorrer especificamente a respeito de um campo cultural – como espaço próprio onde se desenvolvem as relações sociais e se constituem as identidades dos sujeitos – por acreditar que esta discussão já se encontra presente nos tópicos aqui discorridos.

Assim, por mais que o campo cultural e o campo religioso possuam *habitus* distintos, consideramos que a religião e cultura estão intimamente ligadas, de modo que as transformações que acontecem no campo religioso durante a modernidade são também transformações culturais.

Como alude Oliveira (2011), cultura e religião são fenômenos correspondentes, pois não só têm raízes na natureza social, de produzir sentido e estabelecer relações sociais, como também abrem espaço de diálogo entre indivíduo e sociedade. “A cultura e a religião são vistas como espaços de entendimento. Torna-se difícil sob essa perspectiva separar religião de cultura, pois a religião é um dado da própria cultura, havendo interação entre ambas” (ibid., p. 533).

A religião é um componente primordial do campo simbólico-cultural de um grupo ou sociedade. Oliveira (2011) afirma que o lugar dos elementos simbólicos na hierarquia de valores, bem como a significação de cada um deles, é o resultado final da cultura dos grupos, por vezes diferentes, dentro das várias estruturas.

Considerando também que as charges analisadas são produzidas em um contexto diferente ao contexto francês, e, por isso, possuem características próprias de seus campos

religiosos (as charges no Brasil, por exemplo, são produzidas à luz de uma tradição religiosa cristã-católica com particularidades culturais próprias), optamos por tratar o campo religioso a partir de uma discussão mais ampla e que, para além de todas as diferenças apontadas, apresentam elementos comuns, em maior ou menor grau. Em seguida, discutiremos de forma mais específica algumas características da religião islâmica.

Partimos do pressuposto de que o fenômeno religioso é, antes de tudo, um fenômeno social. Quanto a isso, Steil (2001) acredita que as experiências religiosas são importantes instâncias de produção de narrativas sociais, apresentando-se como elemento vital na compreensão dos fatos sociais nos quais os indivíduos e grupos fazem e refazem suas identidades coletivas.

Para o autor, o campo religioso, comumente tido como um campo tradicional, encontra-se na modernidade em um processo constante de produção de significados e de recomposição de suas forças internas. Por isso, ao invés de pensar tradição e modernidade como um contraste dicotômico, Steil (2001, p. 126) prefere considerar essa relação como um espaço de “possibilidades de arranjos entre elementos de diferentes origens, vivenciados em experiências pessoais e coletivas que ultrapassam a possibilidade do controle das instituições religiosas”.

Neste contexto, o primeiro elemento de destaque do campo religioso é que este é marcado por pluralidade e fragmentação, fruto, sobretudo, da dinâmica social moderna. De acordo com Steil (2001), este pluralismo religioso é um fenômeno moderno originário da ruptura do monopólio de uma religião como “igreja” oficial de uma sociedade.

Quanto a isso, Oliveira (2011) defende que a religião sempre foi na história da humanidade o instrumento mais amplo e efetivo da legitimação da realidade socialmente definida. Este rompimento da relação entre a religião e o Estado, que garantia à primeira reprodução social e exclusividade, acarretou em uma diversificação do campo religioso, transformando também o papel da religião na modernidade, que deixou de ser o elemento fundante do social. “Deste ponto de vista, a pluralidade de religiões e de interpretações do mundo atestam antes uma condição mais estrutural da religiosidade nas sociedades modernas, do que um retorno ao passado” (STEIL, 2001, p. 116).

Historicamente, afirma Oliveira (2011), a partir de uma perspectiva weberiana, primeiro a religião desencantou o mundo mágico através da racionalização. Em seguida, a ciência desencantou a religião através da racionalização instrumental, destituindo a esfera

pública e remetendo-a à esfera privada, o que se chamou de secularização, acarretando em um “eclipse” do religioso.

A autora acredita ainda que, como o indivíduo sempre esteve em busca de sentido para sua vida e a ciência não pôde oferecer esse sentido, ele se volta novamente para a religião. “Temos aí o fenômeno religioso que se irrompe na modernidade, de forma pluralizada e diversificada, que ficou conhecido como ‘retorno ao sagrado’” (OLIVEIRA, 2011, p. 538).

Porém, devido a centralidade do indivíduo na modernidade, o retorno ao sagrado, segundo a autora, implica que o indivíduo é autônomo em suas escolhas, inclusive na religiosa. “Daí surge a ideia do mercado religioso, em que a religião coloca bens de salvação à disposição do fiel, que pode escolher à sua vontade e formar seu ‘coquetel religioso’” (OLIVEIRA, 2011, p. 538).

As sociedades modernas, nas quais o campo religioso aparece profundamente transformado e reordenado, são marcadas por uma profusão de escolhas religiosas, institucionais (como o catolicismo, o protestantismo, o islamismo, o budismo, por exemplo) ou não-institucionais (como sistemas de crenças sem referências institucionais bem definidas), tradicionais ou novas, fundamentalistas ou performáticas, sectárias ou ecumênicas, entre outras (STEIL, 2001).

Isso levou a uma maior tolerância religiosa na sociedade moderna, possibilitando uma revitalização de rituais e crenças tradicionais e/ou individualizadas que eram suprimidas por uma hegemonia religiosa dominante, como no caso da religião católica, onde o “ser católico” é marcado por uma variedade de representações, desde as mais tradicionais às mais político-libertárias, ocasionando o surgimento de novas formas de crenças modernas (STEIL, 2001).

Esta gama de representações resulta em uma bricolagem, resultante da dinâmica da “privatização religiosa” na modernidade, na qual os indivíduos agem no sentido de moldar suas próprias religiões (identidades religiosas), apropriando-se de elementos provenientes dos vários sistemas religiosos (ORO, 1997).

Esta bricolagem, ressalta Steil (2001), dá-se a partir de uma visão moderna de campo religioso como espaço de consumo de bens simbólicos religiosos, ocasionado pela dinâmica globalizante que possibilitou novas formas de compreensão do espaço-tempo, criando situações interculturais e produzindo uma mercantilização do campo religioso.

A dinâmica globalizante moderna possibilita também um maior trânsito religioso (ORO, 1997), isto é, o deslocamento dos atores religiosos pelos diversos espaços sagrados

e/ou crenças religiosas (de religiões institucionais e não-institucionais ou de religiões institucionais entre si) na prática simultânea de diferentes religiões (STEIL, 2001).

Outra característica da dinâmica do campo religioso é o alargamento da fronteira de setores até então avessos ou impermeáveis à religião, levando à incorporação de discursos/elementos religiosos nestes campos, o que resulta em uma diluição de fronteiras do religioso na sociedade contemporânea (STEIL, 2001). Com isso, o que é recorrente nestas formas modernas de crer, segundo Steil (2001), são tendências que se estendem ao campo religioso como um todo, incorporando, integrando e juntando elementos de diversas tradições e fontes, “compondo sínteses personalizadas de crenças com um mínimo de intermediação institucional” (ibid, p. 122).

Estas várias formas de representação moderna ocasionadas pelas dinâmicas globalizantes interculturais proporcionam, em maior grau, o surgimento de espaços de tensões entre as diversas religiões. Oliveira (2011), em seu estudo sobre a violência religiosa, cita que, neste contexto de mercantilização religiosa, no qual as religiões colocam bens de salvação à disposição dos fiéis, que podem escolher e montar seu próprio “coquetel religioso”, existe uma grande concorrência de bens religiosos ofertados.

Essa concorrência religiosa, esclarece a autora, se dá em forma de tensões constantes, visto que o convencimento a um determinado fiel, de que uma determinada instituição religiosa é a melhor se dá muitas vezes através da violência simbólica, que consiste em desacreditar as outras religiões em concorrência. De acordo com Oliveira (2011, p. 540), “a violência religiosa é caracterizada por discursos e práticas, assim como da falta de percepção e entendimento e respeito para com o outro”. Esta forma de violência age nas interfaces do sujeito e domina-o através das forças ocultas de poder que se inserem no contexto sociocultural.

Em alguns casos, vivencia-se não apenas a violência simbólica, mas também a violência física, que é fruto da intolerância, intransigência e inflexibilidade das instituições pela centralização de sua verdade como algo exclusivo, e, a partir daí, na busca pela dominação/sobreposição religiosa, manifesta-se através de atos físicos, como a violência religiosa das cruzadas e inquisição, por exemplo, que marcam a história do cristianismo (OLIVEIRA, 2011).

Em outros casos, cita Oliveira (2011), a violência religiosa no mundo globalizante tem sido incitada por iniciativas políticas com o objetivo de desacreditar regimes democráticos baseados em princípios religiosos:

Muito tem se matado em nome de Deus. Verdadeiras guerras santas são realizadas sob subterfúgios religiosos. A guerra EUA x terrorismo islâmico tem como pano de fundo a religião, embora saibamos que outros motivos levam à guerra. Homens-bombas se explodem com promessas ideológicas de que terão uma vida plena no paraíso. O mundo islâmico, em contrapartida ao apoio declarado dos EUA a Israel, age de forma violenta contra alvos civis, dizimando milhares de pessoas, tendo como maior exemplo o 11 de setembro. (OLIVEIRA, 2011, p. 537)

Com isso, a violência religiosa aparece como um reflexo da estruturação do campo religioso moderno e plural, caracterizado tanto pelas possibilidades de formação individual, no que tange às escolhas pessoais de bens religiosos para compor sua religiosidade, como também pelas tensões e conflitos (que resultam em violência) devido à diversidade e multiplicidade de religiões nos espaços interculturais dentro deste mesmo campo.

Neste sentido, Demant (2004) afirma que o futuro da humanidade dependerá, em ampla medida, do êxito ou fracasso de lidar com a dificuldade de coexistir com as diferenças, sendo que, neste cenário, a tensa relação entre o Islã e o Ocidente é uma das mais urgentes, conforme discutiremos no próximo tópico.

### 3.2.1 O Islã, o Islamismo e a Islamofobia

Como mencionado anteriormente, a dinâmica globalizante da modernidade reconfigurou as dimensões do campo religioso, possibilitando um maior trânsito entre religiões. De forma semelhante, a globalização contribuiu decisivamente para a propagação do Islã em âmbito mundial, agora já não mais confinado a países como Egito, Arábia Saudita ou Indonésia (países de maioria muçumana), tendo se espalhado consideravelmente por toda a Europa, Américas e Australásia<sup>21</sup>.

De acordo com informações do site [www.islamreligion.com](http://www.islamreligion.com), o Islã cresce a uma taxa anual (2,9%) maior do que a taxa de crescimento populacional do mundo inteiro (2,3%). Em 2010, estima-se que havia 1,57 bilhões de muçulmanos no mundo, o que representa 22% da população mundial de então. A estimativa é que a população muçulmana mundial aumente em aproximadamente 35% nos próximos 20 anos. Nos últimos anos, o Islã tornou-se segunda maior religião no mundo, ultrapassado apenas pelo Cristianismo, que representa 33% da população mundial, com cerca de 2 bilhões de adeptos.

Nos Estados Unidos, a religião muçumana tornou-se a religião que mais cresce, sendo estimado que mais de 1 milhão de americanos já se converteram ao Islã. Segundo projeções

---

<sup>21</sup> Australásia é a região que inclui a Austrália, a Nova Zelândia, a Nova Guiné e algumas ilhas menores da parte oriental da Indonésia.

do site supracitado, o número de muçulmanos dobrará nas próximas duas décadas, subindo de 2,6 milhões, em 2010, para 6,2 milhões, em 2030.

Na região Ásia-Pacífico, 27,3% da população será mulçumana até 2030 (o que equivale a quase três em cada dez pessoas). De forma semelhante, o Islã tornou-se a religião que cresceu mais rapidamente na Europa, sobretudo devido à imigração e altas taxas de nascimento, tendo triplicado sua população nos últimos 30 anos.

Estima-se, também, que a população mulçumana na Europa deva crescer quase um terço nos próximos 20 anos, subindo dos 6% (44,1 milhões) dos habitantes da região, em 2010, para 8% (58,2 milhões), em 2030. Na França, local onde aconteceu o atentado ao Charlie Hebdo, o número de muçulmanos já corresponde a 10% da população, sendo que o Islã é a segunda maior religião do país.

Ainda espera-se que sua população muçulmana fique, segundo informações do site, na 19ª posição entre as maiores do mundo até 2030. Até lá, 79 países terão um milhão ou mais de habitantes muçulmanos até esta data. Mas a que se deve tamanho crescimento?

Demant (2004), em *O Mundo Mulçumano*, cita que a primeira explicação para a expansão do Islão poderia ser atribuída a alta taxa e natalidade entre os mulçumanos. A segunda causa para o fenômeno é a conversão, visto que um dos preceitos obrigatórios do Islão é a expansão da fé a toda humanidade.

Na França, por exemplo, estima-se que aconteça algo em torno de 4.000 conversões por ano, informa o site [www.islamreligion.com](http://www.islamreligion.com). Até 2013, o número de convertidos à religião mulçumana no país variava de 30.000 a 50.000. Mesmo que os convertidos sejam um subgrupo minoritário da população muçulmana (a maioria dos muçulmanos franceses são cidadãos franceses), estes números estão crescendo.

O terceiro fator é a rara conversão de mulçumanos para outras religiões, de modo que abandonar o Islão é visto pelos mulçumanos como um crime passível de morte. Outro fator para esta expansão é a volta à prática religiosa de mulçumanos que redescobrem a sua fé por uma variedade de causas e que muitas vezes vem acompanhada de uma postura de ativismo político que contribui também para a expansão do fundamentalismo mulçumano.

Neste ponto, faz-se necessária uma distinção entre Islão e Islamismo – comumente usados como termos indistintos. De acordo com Demant (2004), o termo Islão refere-se à religião surgida há mais de 1.400 anos, no século VII, na península Ibérica. Mais que um corpo de crenças, o Islão é um sistema de leis que regula todas as dimensões da vida pública e

privada de seus adeptos. O Islamismo, por sua vez, define o movimento religioso radical do Islão político, também conhecido como fundamentalismo mulçumano.

Embora o fundamentalismo exista em todas as religiões, alguns elementos da época atual ajudam a agravar o quadro do islamismo, como deixa claro Demant (2004, p. 317) ao afirmar que o fundamentalismo mulçumano “é um produto antimoderno da modernidade”. Para entendermos melhor este assunto, antes devemos explicar um pouco mais sobre o que é a religião islâmica.

O Islão é uma religião monoteísta que segue os ensinamentos presentes no Alcorão, o livro sagrado que compila todas as revelações dadas por Deus (Alá) ao profeta Maomé (Muhammad) ao longo de sua vida. Dentro do Islão, Maomé é considerado o último de uma extensa linhagem de profetas enviados por Deus.

Demant (2004) cita que, embora seja notável a semelhança entre o Islão e outras religiões monoteístas, como Cristianismo (as duas são religiões de revelação), a religião islâmica se considera a continuação e o aperfeiçoamento da religião cristã. Outro ponto de diferenciação é que o Islão, de forma mais incisiva que o Cristianismo, abrange todas as esferas da vida, sendo ao mesmo tempo uma comunidade (*umma*) e um modo de viver ou tradição (*sunna*) que regulariza “o indivíduo nas etapas de seu desenvolvimento; a educação; as relações entre homens e mulheres; a vida familiar e comunal; o comércio e o governo, a justiça e a filosofia” (DEMANT, 2004, p. 35). Tudo se concentra em torno do sistema jurídico-religioso conhecido como *xaria*, formulado com base nos textos sagrados do Alcorão.

Assim, esclarece Demant (2004), abraçar o Islão significa abraçar um compromisso de vida nos moldes prescritos por Deus, de forma a propagar sua lei divina no mundo inteiro. Um termo que ganha destaque é *Jihad*, que significa “esforço em favor de Deus” e designa tanto o esforço de transformação interno do indivíduo, quanto a guerra (se necessário, com o uso da violência) para conversão dos infiéis.

Outro ponto ressaltado pelo autor é que, assim como o Cristianismo, o Islão sempre se considerou o verdadeiro portador da verdade, combinando-se a esse exclusivismo “o impulso de disseminá-la com o uso da palavra e/ou da espada” (DEMANT, 2004, p. 36). Destaca-se o esforço do profeta Maomé – que era um líder guerreiro, diferente do profeta pacifista do Cristianismo – em expandir militarmente a religião Islã pelo uso de armas.

O caráter expansionista da religião islâmica, ao longo da história, se deu, sobretudo, através da expansão dos impérios árabes e mulçumanos. Em um primeiro momento, cita

Demant (2004), a expansão da religião muçumana se restringiria à península da Arábia. Em um segundo momento, a expansão muçumana aconteceria na região do Oriente Médio, que abraçaria quase que integralmente a religião Islã. E, em um terceiro momento, o islã se expandiria em caráter global, com adeptos no mundo inteiro.

Ao longo da história do mundo muçumano, o período de transição do século XVIII para o século XIX marca, com a expedição napoleônica ao Egito, o início de um capítulo conflituoso com o mundo ocidental. Cem anos depois, na virada do século XX, grande parte do mundo muçumano já estaria, direta ou indiretamente, sob o controle europeu. A história do mundo muçumano no século e meio passado é, portanto, “a narrativa das tentativas de restauração das forças depauperadas e da retomada da iniciativa do Ocidente” (DEMANT, 2004, p. 80-81).

Vale ressaltar que este caráter expansionista da religião Islã levou ao surgimento não de um, mas de vários “Islãos”, diversos entre si<sup>22</sup> (DEMANT, 2004). Outro ponto a se considerar é que o contato da religião islâmica com o Ocidente se deu de forma diferenciada em suas muitas regiões, levando a um entendimento diferenciado da relação entre a religião muçumana e a cultural ocidental.

A penetração imperialista ocidental no mundo muçumano ficou marcada por uma profunda ambivalência. Por um lado, cita Demant (2004), houve admiração pela tecnologia e pela indústria europeias, ferramentas eficientes para subjugar os inimigos frente aos olhos de um mundo muçumano tecnologicamente e industrialmente atrasado. Por outro lado, houve desprezo por parte daqueles que achavam essa penetração ocidental uma ameaça à identidade muçumana, ocasionando, em parte, a um retorno à religiosidade mais pura (que é uma marca do fundamentalismo).

Esse contato Ocidente-Oriente postula um choque de culturas e valores. Um bom exemplo disso diz respeito à percepção acerca da participação da mulher na sociedade. Enquanto que no pensamento islâmico a posição da mulher é inferior à do homem, a igualdade entre sexos é um princípio supostamente inscrito na própria base da sociedade moderna. Demant (2004) ressalta que, na modernidade globalizante, este princípio ocidental se expande por todas as demais sociedades, inclusive a muçumana, ocasionando tensões.

De forma semelhante, a presença muçumana no Ocidente também é um ponto conflituoso. De acordo com Demant (2004), mais de um bilhão de muçumanos vivem hoje em regimes não muçumanos. Na França, que é o país com a maior população muçumana da

---

<sup>22</sup> O que justifica o fato que, para algumas “vertentes” do islamismo, a representação de Maomé não seja proibida, sendo o profeta representado, inclusive, em peças de decoração como quadros e tapeçarias.

Europa, a aceitação de mulçumanos imigrantes no país se dá mediante a assimilação da conduta francesa.

Assim, cita o autor, é necessário que o mulçumano torne-se “francês como os outros”, o que implica na privatização da religião (Estado e Igreja são entidades independentes). Nas escolas, por exemplo, crianças mulçumanas são proibidas de usar o lenço (hijab) – este ponto recai também na discussão sobre a Liberdade de Expressão. É como lembra Bauman (1998, p. 40), “fundamentalmente, a liberdade depende de quem é mais forte”.

Resta, pois, para esses mulçumanos, a integração à cultura anfitriã – com a absorção do modelo de vida ocidental moderno –, ou o isolamento, isto é, o retorno à própria fé como marca de diferenciação levando ao fundamentalismo. Do lado oposto, isto é, do ponto de vista da cultura anfitriã, Demant (2004) enumera também tipos de reações: integração ou rejeição.

A integração leva à percepção do mulçumano como parte do tecido social da cultura anfitriã e ao convívio saudável mediante certas acomodações mútuas. A rejeição (que tem sido mais forte que a integração), por sua vez, leva a um conjunto de atitudes negativas frente ao Islão, ou seja, a islamofobia.

Demant (2004, p. 180) cita que a islamofobia, enquanto instrumentalizadora de velhos estereótipos, liga ideologicamente dois fenômenos perigosos: “por um lado, ameaças estratégicas (relacionadas ao petróleo, terrorismo, os palestinos, as armas de destruição em massa); por outro, ameaças de ordem demográfica-cultural (questões de imigração e de (in)compatibilidade religiosa, racial e ou cultural)”.

No caso Europeu, Demant (2004) afirma que se desenvolve uma islamofobia demográfica (o mulçumano, mais que o islã, é visto como uma ameaça) que vem sendo utilizada como parte do discurso de partidos políticos de extrema-direita desde o final dos anos de 1980 (como o partido francês Frente Nacional). Esta postura islamofóbica é outro dos elementos a incitar o fundamentalismo mulçumano.

O fundamentalismo mulçumano, ou islamismo - que é a vertente dominante no Islão atual (DEMANT, 2004) –, consolida-se ideologicamente a partir dos anos 50 e 60 do século XX. Demant (2004) define o islamismo como uma ideologia política antimoderna, antissecularista e antiocidental, “cujo projeto é converter o indivíduo para que se torne um mulçumano religioso observante, é transformar a sociedade formalmente mulçumana em uma comunidade religiosa voltada ao serviço de Deus e estabelecer o reino de Deus em toda a Terra” (ibid, p. 201). Sua origem remete à crise Oriental no período da expansão Ocidental e o

sentimento de rejeição à modernidade ocidental levou parte da população muçumana a abraçar suas tradições como forma de preservar seus valores.

Embora os motivos à adoção do islã político sejam diversos, há somente duas precondições: “algum contato com a modernidade e um desapontamento com a sua promessa” (Demant, 2004, p. 324). Com base nessas pré-condições, o fundamentalismo muçumano, como projeto político, transforma o Islão em uma ideologia.

Assim como em outras ideologias, o islamismo transforma o crente em um militante comprometido irrevogavelmente com seu projeto de luta ideológica, levando o indivíduo a tomar atitudes extremas, incluindo tirar a própria vida em prol de sua causa maior: purificar a fé (corrompida pelo modernismo) e criar um presente aos moldes do profeta Maomé.

O fundamentalismo muçumano é uma postura antiocidental engajada com um projeto de militância à utopia islâmica – “restaurar” a fé original e “reestabelecer” a sociedade justa – universalista, constituindo-se como a “única alternativa universal, coerente e assertiva à supremacia ocidental pós Guerra Fria a desafiar militarmente o Ocidente” (DEMANT, 2004, p. 334).

Nesse contexto, o que está em cheque, postula o autor, não é um conflito civilizatório entre cristãos e o Islão, mas sim um conflito entre a modernidade Ocidental e a versão radical antimoderna do Islão político militarmente equipado com armas da modernidade e pronto para usá-las contra ela, como no caso do atentado ao Charlie Hebdo.

Outra questão também importante no debate sobre o atentado ao semanário francês diz respeito à Liberdade de Expressão/Liberdade de Imprensa e seus limites. Retomaremos esses pontos a partir de uma discussão sobre campo jornalístico<sup>23</sup>.

### **3.3 Campo Jornalístico: Algumas Características**

De acordo com Stevanim (2006), o direito de Livre Expressão é universal, mas sua implementação na realidade encontra limites materiais (quem não tem condições materiais de fala, não tem liberdade de opinião) e limites dogmáticos (certos tabus não são questionados). No que tange a prática jornalística, “esse hiato é contornado em parte por procedimentos através dos quais o jornalismo e os jornalistas tentam se mostrar comprometidos com a verdade e com a liberdade” (ibid, p. 04).

---

<sup>23</sup> Consideramos também uma discussão a partir do campo jornalístico por entender que as charges (tanto do Charlie Hebdo, quanto as circularam após o atentado ao semanário francês) são uma prática jornalística.

Circunstancialmente, cita o autor, esse comprometimento acontece por vias alternativas encontradas pelos jornalistas para enfrentar as limitações de seu campo profissional. Neste sentido, discutiremos brevemente algumas características de como se apresenta o campo jornalístico, para então discorrermos sobre a Liberdade de Imprensa e Liberdade de Expressão.

Pinto (1999) cita que o vocábulo *jornalismo* remete à prática da difusão quotidiana da informação. O jornalismo, para o autor, pode ser entendido como uma atividade técnica de recolha, elaboração e divulgação de informações da atualidade através de meios de difusão coletiva no quadro de instituições próprias e em contextos socioculturais e políticos específicos.

Tomando como base a perspectiva bourdieusiana, Pinto (1999) caracteriza o jornalismo como um campo social autônomo, dinâmico e em constante interação com os demais campos sociais. Bourdieu (1997), por sua vez, define o mundo do jornalismo como um microcosmo com leis próprias, definido por sua posição no mundo global e pelas relações (de atração e repulsão) estabelecidas com outros microcosmos. “Dizer que ele é autônomo, que tem sua própria lei, significa dizer que o que nele se passa não pode ser compreendido de maneira direta a partir de fatores externos” (ibid, p.55), embora não nos esqueçamos que sua relação com outros campos influencie em sua configuração.

O campo jornalístico, segundo Pinto (1999), constitui uma esfera com relativo grau de especificidade e de autonomia no campo midiático e cuja competência, além do papel de mediação entre os diferentes campos sociais, é de construir a informação da atualidade.

Para Bourdieu (1997), a importância do campo jornalístico no mundo social se deve ao monopólio que este campo tem sobre os instrumentos de produção e de difusão em grande escala da informação. O autor acredita que o campo do jornalismo exerce uma forma rara de dominação: “têm o poder sobre os meios de se exprimir publicamente, de existir publicamente, de ser conhecido, de ter acesso a notoriedade pública” (ibid, p. 68).

Bourdieu (1997) defende que este monopólio sobre a produção e difusão da informação possibilita aos agentes do campo jornalístico, a partir de critérios próprios de noticiabilidade, impor à sociedade os seus princípios de visão do mundo, a sua problemática e o seu ponto de vista, através de um conjunto de pressupostos e de crenças particulares.

Um ponto de destaque nesta complexa relação, senão o ponto central, é a questão da credibilidade jornalística. Berger (1996) cita que o capital simbólico do campo do jornalismo

é a credibilidade. Para ela, é a credibilidade que está constantemente em disputa entre os meios de comunicação e entre estes e os demais campos sociais.

Cada veículo de comunicação no interior do campo jornalístico procura associar sua imagem a este rótulo, visto que, na relação com o leitor, a credibilidade aparece como um elemento persuasivo (“efeito de verdade”) e, como tal, é cuidadosamente construído para servir de comprovação através de argumentos de autoridade, testemunhas e provas (BERGER, 1996). É este capital simbólico que possibilita ao jornalismo, em maior ou menor grau, atuar como mediador e interprete entre a realidade e a sociedade, função que, de acordo com a autora, não se encontra em nenhuma outra instituição, social ou cultural, a mesma competência.

Ainda no que tange à sua constituição interna, Bourdieu (1997, p. 105) acredita que, tal qual o campo literário ou o campo artístico, o campo jornalístico é o lugar de uma lógica específica que se impõe aos jornalistas através de restrições e controles cruzados impostos entre si “e cujo respeito funda as reputações de honorabilidade profissional”.

Existe, nessas circunstâncias, conforme esclarece Bourdieu (1997), uma série de censuras que perpassam o campo e que influenciam na atividade jornalística, como as censuras imposta por outros campos, como o campo político – alguns órgãos estão ligados a partidos políticos, por isso não podem veicular determinados tipos de conteúdo – e o campo econômico, que impõe influências econômicas, determinadas, entre outros aspectos, pela lógica da concorrência e disputa por anunciantes e audiência. Além dessas, existem também a autocensura imposta pelos próprios jornalistas que, em decorrências da precariedade de emprego, entregam-se a um conformismo político.

Assim, para o autor, o campo jornalístico é o lugar de uma oposição entre duas lógicas e dois princípios de legitimação:

o reconhecimento pelos pares, concedido aos que reconhecem mais completamente os ‘valores’ ou princípios internos e o reconhecimento pela maioria, materializado no número de receitas, de leitores, de ouvintes ou de espectadores, portanto na cifra de venda (Best-sellers) e no lucro em dinheiro, sendo a sanção do plebiscito, nesse caso, inseparavelmente um veredito do mercado. (BORDIEU, 1997, p.104-105)

No campo jornalístico, o profissional se vê dividido entre um *ethos* – conjunto de normas e princípios que rege o cunho social da profissão – e as pressões mercadológicas impostas sobre e pelo campo, acarretando, muitas vezes, em conflitos pessoais de natureza ética por parte do jornalista.

De forma parecida, Traquina (2005) acredita que o campo jornalístico está dividido em dois polos: o polo ideológico (polo positivo), em que o jornalismo é definido como um serviço público que procura informar o necessário para que as pessoas exerçam sua cidadania, protegendo-se dos abusos exercidos por aqueles que detêm o poder; e o polo econômico (polo negativo), associado “ao cheiro do dinheiro e a práticas como o sensacionalismo, em que o principal intuito é vender o jornal/telejornal como um produto que agarra os leitores/ouvintes/à audiência, esquecendo valores associados à ideologia profissional” (TRAQUINA, 2005, p. 27-28).

Nesse contexto, Bourdieu (1997) defende que o campo econômico influencia, por intermédio do índice de audiência, o campo do jornalismo que, por sua vez, influencia os demais campos, enquanto estrutura. O campo jornalístico impõe sobre os diferentes campos de produção cultural “um conjunto de efeitos que estão ligados, em sua estrutura e sua eficácia, à sua estrutura própria” (ibid, p. 102).

Para o autor, o reforço da influência de um campo jornalístico, sujeito às pressões comerciais, tende a ameaçar a autonomia dos diferentes campos de produção cultural, reforçando, no interior de cada um deles, os agentes ou as empresas que estão situados na proximidade do polo mais sujeito aos efeitos de mercados e que estão mais suscetíveis a ceder à sedução de lucros “externos”.

A influência do campo jornalístico sobre estes campos é exercida principalmente pela intervenção de produtores culturais, nomeados de “intelectuais-jornalistas” (BOURDIEU, 1997), situados entre o campo jornalístico e os demais campos especializados. Esses “intelectuais-jornalistas” atuam como duplo vínculo na esquiva das exigências específicas dos dois universos e também para introduzir em cada um deles poderes adquiridos no outro: de um lado, faz adotar novas formas de produção cultural situados no meio termo dos universos; e, do outro, impõe, “em especial através de seus julgamentos críticos, princípios de avaliação das produções culturais que (...) tendem a reforçar o efeito de índice de audiência” (BOURDIEU, 1999, p. 111).

Assim, para o autor, a estrutura do campo jornalístico tem por base a atração de público que indiretamente atrai anunciantes criando uma dependência mercadológica neste campo. Para atrair público e anunciantes, os veículos tendem a disputar as novidades, sobretudo através da busca constante pelo “furo” noticioso, na concorrência com outros meios de comunicação.

Inscrita na estrutura e nos mecanismos do campo, “a concorrência pela prioridade atrai e favorece os agentes dotados de disposições profissionais e tende a colocar toda a prática jornalística sob o signo da velocidade (ou da precipitação) e da renovação permanente” (BOURDIEU, 1997, p. 109).

Bourdieu (1997) acredita que esta perseguição pelo furo noticioso é uma limitação terrível para a prática do jornalista, primeiro porque o leva a fazer quase tudo na obtenção deste ineditismo, e, segundo, porque, na busca por fazer diferente, os jornalistas acabam todos por fazer a mesma coisa, “e a busca da exclusividade, que, em outros campos, produz a originalidade, a singularidade, resulta aqui na uniformização e na banalização” (ibid, p. 27). Isto implica, na atividade jornalística, além da lógica de “o que vende mais?”, a lógica do “como fazer mais rápido?”.

Com isso, a informação converte-se num dos mais promissores setores da atividade econômica. Neste cenário, o campo jornalístico é terreno de constantes disputas acerca da sua legitimidade social e simbólica, seja pela sua especificidade de instância mediadora dos campos restantes, seja pela visibilidade social que gera (PINTO, 1999).

Logo, é precisamente neste quadro que importa caracterizar e analisar criticamente as representações comuns do papel do jornalismo e da atividade jornalística, visto que os mapas cognitivos e as representações que vamos construindo do mundo em que vivemos “dependem em grande medida daquilo que o sistema mediático-jornalístico elege e faz aceder à visibilidade social” (PINTO, 1999, p. 81).

Dentro desta discussão a respeito do campo jornalístico, a charge encontra um espaço definido com características próprias, visto que não se lê uma charge como se lê uma matéria de jornal (TEIXEIRA, 2005), muito embora elas dividam um espaço singular nas páginas de um jornal e se constituam como gêneros jornalísticos, embora com linguagens diferentes.

Enquanto gênero jornalístico opinativo de humor, a charge, que é um subcampo do campo jornalístico, tem lugar no editorial do jornal, o local demarcado simbolicamente onde o jornalismo, livre das amarras da “imparcialidade” e do “efeito de verdade”, encontra espaço para opinar “abertamente” sobre os fatos noticiados. Teixeira (2005) acredita que a charge produz um “editorial às avessas” que transgride as regras e controles impostos pelos padrões tradicionais do fazer jornalístico.

Para o autor, a charge jornalística não produz outra notícia, mas a mesma, com subjetividade e parcialidade, em um tom avesso a seriedade da escrita normativa do

jornalismo tradicional. Além da função de confrontar o jornal com os limites do real, a charge confronta também

seus próprios limites no campo da comunicação, desafia sua seriedade, objetividade e imparcialidade, possibilitando que ele compartilhe fantasias de transgressão com o leitor, além do que palavras podem expressar. A ‘loucura’ da charge equilibra o ‘excesso’ de razão que marca o jornal, em particular, e a comunicação contemporânea, em geral. (TEIXEIRA, 2005, p. 14)

Esta transgressão e confronto que embasam a crítica no discurso de humor da charge jornalística comumente choca-se com os interesses, ideias e princípios de determinados grupos sociais e, por vezes, geram conflitos e tensões nem sempre resolvidas através do diálogo.

Antes de seguimos para o debate sobre a Liberdade de Expressão/Liberdade de Imprensa, vale descartar que consideramos a charge como um subcampo dentro do campo jornalístico. Senna (2014) lembra que um campo pressupõe, entre diversas outras coisas, um modelo produtivo, um público e instâncias de consagração definidas e compartilhadas.

Porém, para estudar determinados campos nos quais um mesmo material expressivo pode ser produzido por modelos produtivos diferentes e ainda assim contar com instâncias de consagração compartilhadas, “a visão desse todo como um campo único com posições compartilhadas não permite visualizar algumas nuances do processo” (SENNA, 2014, p. 83).

Neste caso, a charge produz a informação noticiosa através de instâncias produtivas internas (linguagem diferenciada) e externas próprias (relação diferenciada com o leitor) que permitem diferenciá-la de outros gêneros do jornalismo, muito embora ainda compartilhe características que a possibilitam enquadrar-se dentro deste campo.

### 3.3.1 Liberdade de expressão e liberdade de imprensa

De acordo com Stevanim (2006), o conceito de Liberdade de Imprensa firma-se como direito fundamental do indivíduo no contexto de consolidação da ordem burguesa europeia da segunda metade do século XVIII. Neste período, sob o clima de intensa agitação política e social da Revolução Francesa (1789), cujo lema "Liberdade, Igualdade e Fraternidade" transmitia bem os anseios da população, difundiam-se as concepções ideológicas liberais burguesas frente ao absolutismo monárquico vigente e a Liberdade de Expressão afirmava-se definitivamente como direito fundamental e valor essencial à condição humana.

Estas concepções alimentaram um movimento social conhecido como “Constitucionalismo”, cujas pretensões jurídico-políticas objetivam implantar, através das

cartas constitucionais escritas, um sistema que estabelecia limites ao exercício do poder do Estado, ao passo que garantiam os direitos essenciais do cidadão.

A Liberdade de Expressão e suas diferentes modalidades (Liberdade de Imprensa e Liberdade Religiosa) são de vital importância para a afirmação da burguesia no período das Revoluções Liberais, “quer como um instrumento de propagação das ideias revolucionárias (Liberdade de Imprensa), quer para a afirmação do Estado Laico, repelindo qualquer subordinação ou influência da Igreja Católica (Liberdade Religiosa)” (FREITAS; CASTRO, 2013, p. 328).

A Liberdade de Expressão, segundo o modelo liberal, preza pela igualdade formal e o tratamento da liberdade, objetivando assim, exclusivamente, “a proteção da autodeterminação individual quase absoluta, oponível somente ao Estado, ressaltando apenas o caráter negativo da tutela” (FREITAS; CASTRO, 2013, p. 330). Deveria ser função do Estado Liberal apenas garantir o poder de autodeterminação limitado por lei, fruto do consentimento geral.

Críticos ao modelo liberal, os quais consideram superficial por não considerar as assimetrias sociais, os teóricos socialistas propuseram um modelo de Estado Social regulado pela técnica de tratamento misto: “restritiva (negativa), mas também protetiva, em termos sociais, buscando compatibilizar o exercício das liberdades com as necessidades da coletividade” (FREITAS; CASTRO, 2013, p. 330). Conforme este modelo, para o Estado Social, a liberdade individual se dá em conformidade ao interesse coletivo.

Com isso, os autores definem a Liberdade de Expressão como um direito de escolha exercido em dada situação, circunstância ou espaço social, na qual o indivíduo ou um segmento social exercem plenamente a sua autodeterminação. Observa-se, porém, que esta liberdade é por definição limitada, tanto no Estado Liberal, através da atividade legislativa, com a indicação das condutas ilícitas; quanto no Estado Social, com restrições que vão além das apresentadas nos moldes liberais, tendo em vista as necessidades coletivas (FREITAS; CASTRO, 2013).

Desta forma, em qualquer circunstância, a liberdade deve sempre respeitar os ordenamentos jurídicos, em acordo com outros preceitos constitucionais. Neste sentido, as possibilidades de ação do indivíduo são três: “ou ele está obrigado ao cometimento de um ato; ou está proibido a empreendê-lo; ou, ainda, para aquela circunstância estabelecida por lei existe a garantia de escolha da conduta mais adequada” (FREITAS; CASTRO, 2013, p. 334).

No que tange a esta liberdade de escolha, seus limites são regulados através de leis do ordenamento jurídico que impõem obrigações ou proibições. A Liberdade de Expressão é

limitada, por exemplo, pelos direitos individuais que a limita àquilo que possa ofender ao direito do outro – diz-se que a liberdade de um termina onde começa (o direito) do outro. Por isto, a lei pune quem difama ou calunia, quem, por um dizer qualquer, atinge a honra do outro.

Não há e nem pode haver, portanto, Liberdade de Expressão plena e absoluta. Qualquer conduta que ultrapasse estes limites é passível de repressão estatal. A Liberdade de Imprensa, por exemplo, não autoriza a calúnia ou a injúria, condutas estas situadas para além da possibilidade de escolha garantida pela liberdade de expressão. Da mesma forma, a liberdade de Culto não é compatível com o homicídio em nome da fé.

Nestes termos, entendemos Liberdade de Imprensa como o direito de veicular livremente o pensamento e os fatos (FREITAS; CASTRO, 2013). Ao falarmos de Liberdade de Imprensa, tomamos como base a Liberdade de Pensamento, modalidade primária da Liberdade de Expressão, da qual outras liberdades são derivadas. A Liberdade de Imprensa parte do pressuposto de que os meios de comunicação devem informar. Sendo assim, a Liberdade de Imprensa tem vínculo direto com o direito à informação, que é um direito que tem a sociedade. Porém, nem tudo que é veiculado pela imprensa pública é informação, grande parte de seu conteúdo é composto por opiniões, críticas, e etc.

Não interessa, nesse sentido, a liberdade na elaboração do pensamento confinada ao próprio indivíduo e sua esfera intelectual, mas sim a Liberdade de Pensamento dirigida ao grande público, como no caso das charges do semanário francês ou das matérias veiculadas pela mídia após o atentado. A liberdade de Pensamento, desta maneira, materializa-se na Liberdade de Expressão.

Como já mencionado, historicamente, a Liberdade de Imprensa era um instrumento no qual se apoiavam os jornais liberais como forma de propagar o pensamento burguês frente a coletividade e disseminar suas críticas à velha ordem. A imprensa burguesa da época, lembra Stevanim (2006), pouco se atentava às questões sociais, visto que seu único objetivo era a transformação da ordem política.

Quando o Estado Liberal assumiu o poder, após a Revolução Francesa de 1789, no fim do século XVIII, a imprensa burguesa abandonou sua posição crítica e assumiu uma postura mais econômica, preocupada com os lucros comerciais. Transfere o seu caráter contestatório para a afirmação da ordem social vigente, “tendo como princípio de legitimidade a liberdade de imprensa, que passou a ser um discurso frequente nos circuitos do saber e nos meios de informação ocidentais” (STEVANIM, 2006, p. 03).

Quando legitimada enquanto direito fundamental e verdade inquestionável ao direito universal do homem de Livre Expressão, a Liberdade de Imprensa passou a representar um preceito ocidental acima de qualquer limite. “As empresas jornalísticas ocidentais, especialmente europeias e norte-americanas, assumiram esse princípio como sua bandeira e os jornalistas passaram a utilizá-lo para validar suas ações” (STEVANIM, 2006, p. 03).

Ironicamente, ao longo da história, ressalta Stevanim (2006), sempre existiram imposições de condições sociais, políticas, econômicas e culturais que limitavam esse ideal teoricamente ilimitado (algumas já citadas no tópico anterior), como as limitações econômicas para financiar a atividade jornalística (o proletariado, por exemplo, encontrava sérias dificuldades em consolidar veículos de comunicação devido a isso), a censura e a submissão ao mercado (princípio norteador da atividade jornalística a partir do século XX) – como mencionamos no tópico anterior.

Mesmo com essas limitações, este ideal liberal que se desenvolveu a partir do século XVIII, ainda segundo o autor, chega ao século XXI fortalecido e aproveita-se desta era de redes digitais para ampliar a abrangência do discurso liberal, transformando-o numa preconizada realidade global. A globalização, teoricamente vista como uma facilitadora de intercâmbios e ampliadora de diálogos culturais, atua, na prática, como uma disseminadora de princípios morais, religiosos ou ideológicos ocidentais sobre as demais culturas (não-ocidentais). “É o caso de ideias como democracia e liberdade de imprensa, ocidentais por natureza, que são encarnadas como dogmas por certos líderes do Ocidente e pregadas com o mesmo fundamentalismo supostamente oriental – por exemplo, o islâmico” (STEVANIM, 2006, p. 04).

Este discurso sobre uma Liberdade de Imprensa desprovida de limites construído com as Revoluções Burguesas, tomado como princípio sagrado pelos setores liberais da mídia ocidental, atua, ele mesmo, como um potencializador de conflitos (culturais) na era dos contatos globais.

Os meios de comunicação adotam esse discurso da Liberdade de Expressão que pode ser identificado como Liberdade de Imprensa e utilizam-no para garantir suas práticas, por vezes, abjetas. Ocorre que, a opinião pública, atenta ao seu direito à informação, embarca por vezes no discurso dos donos dos meios de comunicação e não aceita que haja qualquer restrição ou regulação nesse campo, como comumente no caso dos que defendem o posicionamento satírico do Charlie Hebdo. No tópico seguinte apresentamos uma breve história deste semanário.

### 3.4 Charlie Hebdo e uma Longa Tradição na Imprensa Satírica Francesa

Em seu site ([charliehebdo.fr](http://charliehebdo.fr)), o Charlie Hebdo se apresenta como um diferente ângulo de notícias para uma visão profunda, além do noticiário diário da mídia. Sua luta, segundo o próprio semanário, é contra religiões que inspiram um enxame de tolos, caipiras que não podem enxergar além de seus próprios narizes, bilionários que estão fazendo do mundo um Google, banqueiros que jogam fora o dinheiro da população, fabricantes que nos fariam viver com máscara de gás para favorecê-los, jogadores de futebol com mais ego do que talento, caçadores que nos atiram enquanto colhemos cogumelos e ditadores que nos forcem a concordar com Bernard-Henri Levy<sup>24</sup>.

O jornal ainda se compromete à defesa de um secularismo puro e simples, "sim" sem "por quês", uma sociedade livre de racismo, mas não segmentada em grupos étnicos, o meio ambiente sem guerras territoriais políticas, o universalismo sem uma falsa paz, igualdade de gênero sem Nadine Morano<sup>25</sup>, direitos dos animais, sem o queijo tofu e diversidade cultural sem os que se acham superiores. Tudo isso, tendo o humor satírico como alimento para o pensamento de seus cartunistas, jornalistas, repórteres, escritores e colunistas.

Além de charges que satirizam o islamismo, o Charlie Hebdo também volta suas críticas gráficas para outras religiões, como o judaísmo e o cristianismo. Também, figuras políticas, como o ex-presidente francês Nicolas Sarkozy e o atual presidente François Hollande, são constantemente representadas em suas cáusticas publicações.

Sua fundação remete a outubro de 1960, quando George Bernier, conhecido como Professeur Choron, e François Cavanna criaram o *Hara-Kiri*, um jornal mensal satírico de linha anticlerical voltado para a crítica da ordem burguesa, sobretudo através de um humor corrosivo. A equipe inicial do jornal era composta por Roland Topor, Fred, Reiser, Wolinski, Gédé Cabu e Siné.

A partir da sétima edição, o jornal adotou como lema oficial o slogan “*Hara-Kiri, journal bête et méchant*” (do francês: “Hara-kiri, jornal estúpido e mau”), após receber uma carta de um leitor que os caracterizava dessa maneira. Em 1961 e em 1966, o jornal foi proibido de circular, porém, em ambas as datas, por um curto período de tempo.

Contextualmente, o ano de 1968 foi caracterizado por uma série de revoltas estudantis que balançaram os EUA, Alemanha, França, Itália, Japão, México e muitos outros países.

---

<sup>24</sup> Escritor, filósofo político e crítico social francês.

<sup>25</sup> Política republicana francesa.

Conforme explica Schwarz (2008), estas revoltas foram o prelúdio da maior ofensiva da classe trabalhadora internacional desde o fim da Segunda Guerra. Esta ofensiva durou sete anos, assumindo em diversas ocasiões formas revolucionárias, forçando a renúncia de governos, trazendo abaixo ditaduras e abalando o sistema de dominação burguesa em suas bases.

Na França, o que teve início como manifestações estudantis, em maio de 1968, em prol de melhorias no setor educacional, cresceu e estendeu-se à classe trabalhadora. Segundo Schwarz (2008), o país estava paralisado. Dois terços de todos os assalariados franceses participaram da greve geral, estudantes ocuparam as universidades, o governo estava impotente diante das manifestações e os sindicatos haviam perdido o controle da situação.

É nesse clima “pós-68” que, em fevereiro de 1969, o jornal é relançado com o título de *Hara-Kiri Hebdo* e, em maio do mesmo ano, renomeado *L'Hebdo Hara-Kiri* (“*Hebdo*” é a abreviação de “*hebdomadaire*”, palavra francesa que se refere a uma publicação semanal).

Em novembro de 1970, após a morte do general Charles de Gaulle, na cidade de Colombey, *L'hebdo Hara-Kiri* publicou na sua primeira página a sátira de um obituário com a manchete “*Bal tragique à Colombey: 1 mort*” (“Baile trágico em Colombey: 1 morto”). A publicação fazia menção a um incêndio em uma discoteca em *Saint-Laurent-du-Pont*, interior da França, oito dias antes, e que havia provocado a morte de 146 pessoas e deixado um grande número de feridos.

O jornal satirizava o fato das notícias sobre o incêndio perderem espaço na mídia para a morte de Gaulle. Alegando o caráter ofensivo das publicações, o ministro do Interior, o gaullista Raymond Marcellin, com o aval do Presidente da República, o também gaullista Georges Pompidou, proibiu a circulação do jornal mais uma vez.

Em 23 de novembro de 1970, uma semana após o fim do *L'hebdo Hara-Kiri*, seus criadores aproveitaram-se de uma brecha na lei francesa e simplesmente renomearam o jornal para Charlie Hebdo, irrompendo com a censura e retomando suas atividades de publicação. O Charlie Hebdo manteve praticamente o mesmo corpo editorial, o mesmo layout e a mesma missão de seu antecessor. A equipe do novo jornal incluía Cabu, Reiser, Wolinski, Willem, Cavanna, Choron, Delfeil de Ton, Berroyer, Desproges, Manchette, Coluche e outros.

O nome do jornal, por sua vez, era uma referência ao personagem Charlie Brown, do quadrinho *Peanuts*, criado pelo americano Charles Schulz e publicado originalmente na revista mensal *Charlie Mensuel* (Charlie Mensal), criada por Bernier e Delfeil de Ton em 1968. Charlie também era uma referência jocosa ao general Charles de Gaulle.

Durante esse tempo, e sob a marca do *soixante-huitarde* – referente aos protestos franceses de maio de 1968 –, Charlie Hebdo continuou mantendo-se fiel a sua linha anticlerical e de denúncia a ordem política burguesa, alinhado à esquerda radical que ganhou força durante o mandato do presidente francês de centro-direita Valéry Giscard d'Estaing (1974-1981). Devido ao seu posicionamento crítico, o jornal colecionou uma série de processos da igreja, de ministros e de outras figuras importantes que eram alvo constante de suas sátiras. Essa série de processos lançou o jornal em uma crise financeira agravada pelas vendas insuficientes.

Em 1981, o jornal deixou de ser publicado. Em 1992, onze anos depois, o Charlie Hebdo voltou a circular, agora sob a direção de Philippe Val, que permaneceu no cargo até 2009, quando foi substituído por Stéphane “Charb” Charbonnier. Durante esse tempo, o jornal sempre procurou manter sua linha editorial apoiada em um humor ácido e mordaz.

Contextualmente, o Charlie Hebdo se insere na longa tradição da imprensa satírica francesa, comumente associada à esquerda radical, como já mencionado, e que se expandiu no período precedente à Revolução Francesa, em 1789. De acordo com Minois (2003), a Revolução instaura um longo período de combates políticos, sociais, religiosos e ideológicos. Neste contexto, “o riso reencontra sua velha vocação de insulto, de agressão verbal e visual, de exclusão e zombaria humilhante, como nos tempos de Homero” (ibid, p. 461).

Para o autor, a liberdade de expressão durante a Revolução permite o desabrochar da caricatura, inicialmente com a proliferação dos panfletos humorísticos, e o riso readquire seu sentido libertário. De acordo com Motta (2003), a caricatura, até então preocupada em retratar personalidade e tipos singulares, ainda sob as influências de seu surgimento Renascentista, passa por um relativo amadurecimento político no século XVIII, primeiro na Inglaterra, depois na França, sobretudo devido às lutas revolucionárias e contrarrevolucionárias do período 1780-1820.

Em agosto de 1789, com a proclamação da liberdade de imprensa, a caricatura passa a ser difundida amplamente nas grandes cidades francesas, tornando-se uma arma, primeiro contra o clero, depois contra a monarquia e o rei. Aqui, cita Minois (2003, p. 469), sua principal função é a dessacralização, “o rebaixamento dos antigos valores, dos antigos mestres, dos antigos ídolos: monarquia, nobreza, clero são precipitados numa onda de escatologia e obscenidade”.

Do período pós-Revolução Francesa até o fim das Guerras Napoleônicas, em 1815, o clima de guerra na Europa possibilitou a disseminação de ideias revolucionárias que criaram

um clima de subversão ao regime e a ordem social. Neste período, segundo Minois (2003), o riso dividia-se entre o riso partidário, que caçoava dos adversários políticos e sociais, e o riso cínico, que zombava de tudo e de todos.

Na França, o regime tenta conter, em vão, os abusos da ridicularização política e social que a caricatura dissemina, primeiro com um censor de caricaturas, em 1789, e depois com um decreto que ordena a perseguição de autores de desenhos difamadores, em 1792. Porém, apesar do regime autoritário da época, o riso aproxima-se cada vez mais da democracia, tornando-se um elemento político de combate. “A vida política no século XIX, que avança de maneira caótica em direção à democracia, necessita do escárnio, uma vez que o debate livre não pode prescindir da ironia” (MINOIS, 2003, p. 461-462).

No século XIX, devido ao cenário político-social que se desenhava (debates parlamentares, o início da democracia e a liberdade de imprensa), o riso encontra na sátira política um terreno profícuo para o debate de suas ideias. A ironia – uma das principais marcas do Charlie Hebdo – passa a desempenhar um papel essencial no jornalismo satírico: “ele diz sua verdade fazendo-se de louco” (MINOIS, 2003, p. 483).

Com as mudanças de regime em 1830, comenta o autor, o humor engajado encontra na França um cenário perfeito para a sua disseminação. De um lado, a caricatura política atinge a sua maturidade e populariza-se com o surgimento de alguns jornais satíricos que vão surgindo, como o “A Caricatura”, criado por Charles Philipon, em 1831; e de outro lado, a Monarquia não mede esforços para conter as críticas ferinas disseminadas através desse gênero de humor gráfico. Desde o fim do século XIX, a caricatura torna-se mais profunda e amplia sua gama de atuação com o retrato-charge e os vários títulos da imprensa humorística que vão surgindo.

Neste contexto, Minois (2003) lembra as limitações e ambiguidades da sátira política:

ela ridiculariza seus adversários mas, ao mesmo tempo, desencadeia as crises e pode, assim, contribuir para a tolerância dos abusos. O que os censores eclesiásticos já tinham percebido há tempo é que só se pode rir das faltas graves, que devem suscitar indignação. O risco é ver o riso substituir a revolta e a cólera legítimas. (MINOIS, 2003, p. 483)

Os gêneros do humor gráfico, como no caso da charge, apoiam-se em dizeres circulantes no seu entorno social para produzir novos dizeres (ou os mesmos, mas ditos de outra forma) acerca dos fatos e acontecimentos. Da mesma forma, seus discursos são elementos produtores de sentidos que também constroem a realidade social, como nos possibilita perceber a teoria faircloughana. Os discursos de crítica à intolerância religiosa, por exemplo, podem ser eles mesmos veículos de disseminação desta intolerância. Neste sentido,

o ponto levantado por Minois (2003) associa-se diretamente à discussão acerca das charges do Charlie Hebdo.

No próximo capítulo, apresentamos uma conceituação do gênero charge a partir de uma discussão sobre o discurso imagético, de forma a tornar mais claro o ponto debatido anteriormente. Antes, porém, finalizamos este capítulo com um sub-tópico desenvolvido a partir do livro *Carta aos escroques da islamofobia que fazem o jogo dos racistas*, escrito pelo editor-chefe do Charlie Hebdo, Stéphane “Charb” Charbonnier, e finalizado dois dias antes da sua morte.

No sub-tópico seguinte, discorreremos, a partir da visão do autor, sobre a quem interessa o discurso da islamofobia nesse complexo contexto de análise. Embora o livro seja uma defesa ao semanário francês das críticas feitas às caricaturas que satirizavam o profeta Maomé, o autor levanta questões relacionadas ao tema e que são pertinentes a nossa discussão.

#### 3.4.1 A Islamofobia segundo o Charlie Hebdo

Charbonnier (2015) cita que um termo muito usado para acusar o jornal e que ganhou grande repercussão na mídia foi “islamofobia”. O autor defende que muitas vezes o termo “islamofobia” é empregado erroneamente (às vezes por ignorância, as vezes de propósito) para expressar o ódio por muçulmanos, quando na verdade a questão mais preocupante na França gira em torno do racismo. “Muitos que militam contra a islamofobia não o fazem, na realidade, para defender os muçulmanos enquanto indivíduos, mas para defender a religião do profeta Maomé” (CHARBONNIER, 2015, p. 11-12).

Para o chargista, colocar o islamismo como a verdadeira vítima é concentrar-se em uma forma minoritária de discriminação. “A discriminação social, da qual se fala muito menos do que da religiosa, por ser mais sorrateira e discreta em sua expressão, é, no entanto, predominante na França” (CHARBONNIER, 2015, p. 16). No caso francês, defende ele, discrimina-se amplamente as pessoas por conta de sua origem social (como mencionamos no tópico anterior), boa parte desse ódio volta-se para o estrangeiro (cuja porção significativa é constituída de pessoas de origem muçulmana): “o militante do islamismo dirá que o problema é a islamofobia” (CHARBONNIER, 2015, p. 16). Isso acontece porque não é a luta contra o racismo que interessa, mas sim a promoção do islamismo e autopromoção através do islamismo.

No meio dessa discussão, Charbonnier (2015) destaca a contribuição da mídia na popularização do termo “islamofobia”. Essa rápida apoderação midiática do termo não aconteceu por motivações antirracistas, segundo ele, o primeiro motivo foi por negligência, depois por atração à novidade e, sobretudo, por interesse comercial.

Neste sentido, Berger (1996) menciona que a luta que é travada no interior do campo do jornalismo é uma luta por “nomear”, isto é, pelo poder de incluir ou de excluir, de qualificar ou desqualificar, de legitimar ou não, de dar voz, publicitar e tornar público. É esta a luta que os jornalistas travam no interior do campo do jornalismo, na disputa por um poder que, segundo a autora, concentra-se em quem escolhe a manchete, a foto, a notícia de primeira página, o espaço ocupado, o texto assinado ou não, e etc.

Desde o atentado terrorista de 11 de setembro de 2001 contra as Torres Gêmeas americanas, o terrorismo tornou-se um elemento de destaque no campo jornalístico. Neste contexto, Charbonnier (2015) cita que a palavra “islã” tornou-se um título que vende bem (capital simbólico). “O medo vende bem. E o islamismo que dá medo se tornou o único islamismo visível aos olhos do grande público” (ibid, p. 32).

Essa representação do islã radical e violento com o qual a mídia alimenta seu público é, para ele, em geral, uma caricatura em grande parte endossada por fontes que comumente são convidadas para legitimar esses discursos. “O jornalista que pede a um mulçumano para comentar a ‘ascensão da islamofobia’ só está pedindo, afinal, um comentário sobre aquilo que a própria mídia criou” (CHARBONNIER, 2015, p. 32).

Charbonnier (2015) lembra também que apenas quando as caricaturas dinamarquesas do profeta Maomé, em 2006, geraram uma grande repercussão e, por isso, tornaram-se alvo da mídia e das instituições islâmicas, foi que o Charlie Hebdo (que já publicava desenhos satíricos de Maomé antes disso) tornou-se alvo de críticas por partes dessas instituições e dos veículos de comunicação. A islamofobia, segundo Charbonnier (2015, p. 38), “não é simplesmente um mercado para aqueles que professam denunciá-la, é um mercado para a imprensa que a promove”.

O chargista afirma que ao passo que as caricaturas do jornal eram rapidamente classificadas como islamofóbicas, passavam a justificar reações violentas (e até assassinas) por parte de radicais islâmicos. Neste sentido, ele critica que ceder à pressão do terrorismo não é o mesmo que respeitar o islamismo. “Pedem-nos que respeitemos o islamismo, mas ter medo do islamismo não é o respeitá-lo [...]. Respeitar o islamismo não é confundi-lo com o terrorismo islâmico” (CHARBONNIER, 2015, p. 63).

Charbonnier (2015) cita que as caricaturas do Charlie Hebdo não visam ao conjunto de muçumanos, mas sim aos fundamentalistas radicais. Porém, existem “aqueles<sup>26</sup>” a quem interessa, de acordo com o chargista, generalizar essa representação do terrorista ou de um Maomé que denuncia extremistas de sua religião, para simbolizar a todos os muçumanos.

Esse tipo de generalização leva a supor, de forma distorcida, que os muçumanos não entendem a ironia ou o humor. “Dizer que o islamismo não é compatível como o humor é tão absurdo quanto pretender que o islamismo não seja compatível com a democracia ou com o laicismo” (CHARBONNIER, 2015, p. 43).

Assim, determinados grupos retomam as publicações do semanário francês com o objetivo de subvertê-lhes os sentidos em prol de interesses particulares ou mesmo por medo de retaliação por parte dos fundamentalistas. Autocensurar-se, para o autor, é entrar no jogo dos radicais islâmicos, ao passo que tornar a islamofobia um conceito generalizado é ocultar pontos importantes da discussão e entrar no jogo dos racistas, interessados em direcionar a discussão para outro foco. A questão então é perceber a distinção entre os muçumanos e terroristas que evocam o islamismo, coisa que a maioria dos anti-islamofóbicos não consegue ou não quer fazer, cita Charbonnier (2015).

---

<sup>26</sup> A mídia mal informada e mal intencionada, defensores dos direitos civis que procuram autopromoção, grupos políticos movidos por interesses eleitorais.

## 4 A IMAGEM

Para Aumont (1993), embora seja banal falar em “civilização da imagem”, esta expressão transmite bem o sentimento de se viver em uma sociedade onde as imagens são cada vez mais numerosas, diversificadas e intercambiáveis, levando-nos à utilização, decifração e interpretação de imagens cotidianamente. É neste sentido que Joly (2001) defende a necessidade de compreendermos a maneira como a imagem comunica e transmite as suas mensagens, visto que, “de fato, não podemos ficar indiferentes a uma das ferramentas que mais dominam a comunicação contemporânea” (ibid, p. 9).

Diante disso, considerando que escolhemos abordar a imagem enquanto discurso, desenvolvemos neste tópico uma breve discussão sobre o discurso imagético, procurando compreender como a materialidade visual é apropriada pela linguagem para se transformar em discurso.

Consideramos que, mesmo que os autores aqui citados não tratem especificamente de charges, acreditamos que alguns dos pontos discutidos por eles podem ser apropriados em nossa discussão por fornecerem uma visão interessante para a compreensão de como se configura o discurso imagético no humor gráfico. Isso não exclui, porém, uma discussão mais direcionada à charge, como propomos no tópico seguinte.

Segundo Magalhães (2003), o termo imagem, do latim “*imago*”, tem como referência o fantasma, o espectro com relação à máscara mortuária. No grego, adota-se o sentido de “*eikón*”, imagem que se caracteriza por guardar similaridade com o objeto que substitui ou representa no mundo real. No sentido latino, a imagem é da ordem da cultura e refere-se a alguma outra coisa que não ela mesma. “Essência que só se realiza pela mediação, através da representação, em oposição ao termo grego (*ícone*) que se realiza pela apresentação, denotação e sentido imanente” (MAGALHÃES, 2003, p. 62).

Assim, a imagem ganhou muitas representações/categorizações ao longo da história, conferindo-lhe características próprias. Joly (2001) cita que por mais que exista uma diversidade dos significados para caracterizar a imagem, compreendemos que ela designa algo que, embora “não remetendo sempre para o visível, toma de empréstimo alguns traços ao visual e, em todo o caso, depende da produção de um sujeito: imaginária ou concreta, a imagem passa por alguém, que a produz ou a reconhece” (ibid, p. 13).

Debray (1993), em *Vida e morte da imagem*, apresenta uma cronologia da história da imagem através de uma caracterização circunstanciada de Mídiasferas<sup>27</sup>. Para ele, a história da imagem não se confunde com a articulação da história-duração em períodos convencionados (Antiguidade, Idade Média, Tempos Modernos). Com isso, o autor apresenta uma caracterização da história imagética a partir de três Mídiasferas: a Logosfera, que corresponde ao período que se estende da invenção da escrita à da imprensa; a Grafosfera, a era da arte, estende-se da imprensa à TV em cores; e a Videosfera, que corresponde à era do visual.

Sua conceituação é definida a partir da evolução conjunta das técnicas e das crenças e que conduzem a três momentos na história do visível: o olhar mágico, o olhar estético e o olhar econômico. No momento do olhar mágico, alcança-se a infinidade através da imagem. A morte do corpo é suplantada através da imagem. O corpo é falso, enquanto a imagem é reverenciada como a expressão maior da verdade.

De acordo com Magalhães (2003), o *ídolo* assume característica mágica e constitui vínculos transcendentais com o visível e com o invisível, projetando o homem para o infinito. “O traço marcante do ídolo é o índice, é o seu caráter remissivo. Vincula-se mais à esfera do sagrado” (ibid, p. 65).

No período do olhar estético, a arte substitui a magia e o homem liberta-se das limitações do inexplicável, percebendo que pode depender de si mesmo, antes de carecer de forças mágicas. Quando a técnica começa gradativamente a levar vantagem sobre o misticismo, passa-se do ídolo religioso para a imagem de arte (DEBRAY, 1993). Neste período, esclarece Magalhães (2003), o homem “liberta-se” do poder mágico, mas cai numa rede sem fundo: descobre que não é infinito.

Magalhães (2003) acredita que, ao passo que a imagem perde seu vínculo com o transcendente, em contraposição, passa a atrelar-se à imaginação criadora, ao sensível, ao belo, isto é, à arte. A arte abandona o espaço sagrado das basílicas para retratar as pessoas, a realidade e a vida. A arte tem como principal traço o ícone (eikón), assim, “arte é da ordem da representação - representar é tornar presente o ausente. Portanto, não é somente evocar, mas substituir” (ibid, p.66).

O processo artístico, de acordo com Debray (1993), traz em si novas técnicas, novas tecnologias, novas percepções, abrindo espaço para o terceiro olhar, o “visual”. A era do

---

<sup>27</sup> O conceito de *Mídiasfera* é usado pelo autor para caracterizar a evolução técnica do homem e esclarecer a respeito da trajetória da imagem no Ocidente. Esses três tipos de classificação, segundo Debray (1993), não designam a natureza dos objetos, mas tipos de apropriação pelo olhar.

visual é a era da instrumentalização técnica. A reprodutibilidade massiva acaba transformando a “aura” da obra e o foco não é mais na arte, mas sim no artista. “Essa ‘aura’, de que Walter Benjamin deplorava a fuga por causa da ‘reprodutibilidade técnica’, não se dissipou como ele receava, mas personalizou-se” (DEBRAY, 1993, p. 63). A arte passa a demandar maior rapidez e produção, e, em vez das obras, passamos a idolatrar artistas.

O autor afirma ainda que na era do visual, as suspeitas recaem sobre o inobservável. O que não é visualizável não existe. A era do visual é fluída e nômade, em trânsito e de passagem constante, totalmente ligada a valores de fluxo (de capitais, sons, notícias, imagens), no qual rapidez de circulação liquidifica as consistências e alisa as particularidades.

Teixeira (2005) cita que é nesta época que se populariza a veiculação e aquisição da imagem, acarretando a perda de sua aura de intocabilidade. Neste período, a fotografia consolida a imagem no campo da comunicação, possibilitando a progressiva eliminação dos “ruidos” da imagem por si só, sobretudo através dos textos que a acompanham e comentam.

A partir de então, e em especial a partir da década de 1950, a cultura ocidental passou a ser marcada por uma comunicação cada vez mais visual, alude Teixeira (2005, p. 16), começando a se afirmar “em detrimento de uma sociedade dominada, até então, pelas limitações do discurso verbal baseado no texto como forma, se não exclusiva, pelo menos majoritária de expressão”. Neste processo, a charge, em especial na imprensa, passou a beneficiar-se desse tipo de percepção acerca da comunicação imagética.

A compreensão de transformações/evoluções nos processos técnicos da imagem é importante por ter consequências psicológicas, psíquicas, cognitivas, sociais, epistemológicas, pois, como esclarecem Santaella e Nörth, (2008, p. 158) toda a mudança no modo de produzir imagens “provoca inevitavelmente mudanças no modo como percebemos o mundo. Assim, a imagem, bem como a forma de concebê-la, é resultado da evolução conjunta das técnicas e das crenças de uma determinada época”.

#### **4.1 Imagem e Representação**

A imagem é sempre um produto cultural e, portanto, social. Como produto social, Magalhães (2003) defende que não existe imagem inocente, neutra ou pura, visto que antes de qualquer coisa, ela constitui-se sempre de um *querer dizer algo para alguém*. Com isso, “o sentido da imagem pertence a vastos campos sujeitos a interpretações culturais inter-

relacionadas com os modos de percepção e os contextos espaço-temporais históricos e sociais” (MAGALHÃES, 2003, p. 62).

Vilches (1984, 1997) defende que a imagem é uma forma vazia que se preenche de sentidos a partir da competência interpretativa de um leitor. Para o autor, a imagem apenas tem significação porque existem pessoas que se perguntam sobre seu significado. Deste modo, as imagens são preenchidas de sentidos a partir da experiência do leitor, mediadas por pressuposições de contexto e convenções culturais.

De acordo com Vilches (1997), a imagem se apresenta como uma superfície estruturada por signos determinados, unidos por certas regras de coerência que regem a escrita visual, mantendo uma ordem determinada e que estimulam o processo de interpretação do leitor. Com isso, é possível ler a imagem como um texto coerente constituído por elementos de “expressão”, que, segundo o autor, correspondem à sintaxe no texto escrito; e elementos de “conteúdo”, que no texto escrito corresponde ao seu significado ou aspecto semântico. Estes níveis estão relacionados de modo que um não acontece sem o outro.

A relação entre o espectador e a imagem jamais pode ser entendida como abstrata e “pura”, separada de sua realidade concreta, como cita Aumont (2002). “Ao contrário, a visão efetiva das imagens realiza-se em um contexto multiplamente determinado: contexto social, contexto institucional, contexto técnico e contexto ideológico” (ibid, p. 9). Esse conjunto de fatores situacionais, como os saberes, os afetos, as crenças, vinculação (a uma classe, época, cultura), além da capacidade perceptiva do espectador, mediam a relação do espectador com a imagem.

Em uma caracterização bem próxima, Koury (1999) defende que a imagem é sempre uma construção social por embaralhar, nos diversos olhares que a compuseram, singularidades imaginárias da constituição de um povo. O autor esclarece que a imagem apresenta os elementos necessários à compreensão comum de olhares singulares sobre o mesmo conjunto, ao passo que institui a diferença pela especificidade de cada olhar. “Experiências diversas que alinham cada olhar a um núcleo comum mas o faz também único – indivíduo singular, sujeito de suas experiências, criador” (KOURY, 1999, p. 62).

A imagem, essencialmente simbólica enquanto construção social, é produto de uma polifonia de olhares (possibilidades na constituição de um mundo) que refletem e remetem a códigos que estão para além dela própria (KOURY, 1999), sendo assim, seu sentido não é jamais explícito, mas latente (MAGALHÃES, 2003).

Joly (2001) alude que é preciso não esquecer que se a imagem é representação, isto implica que ela utilize necessariamente regras de construção. Se estas representações são compreendidas por outros que não aqueles que as fabricam, é porque existe entre elas um mínimo de convenção sociocultural. As imagens remetem a narrações/narrativas possíveis e passíveis de serem decodificadas, enquanto linguagem simbólica sociocultural comum, mas subjetivamente livre a novas investidas no ato de captura compreensiva (KOURY, 1999).

Koury (1999) afirma também que a imagem conota mais do que denota instrumentações a ela interposta por discursos que a refletem como apreensão, como compreensão e como polifonia de sentidos, ligados a um contexto espaço-temporal específico, mas também a subjetividades que ultrapassam este contexto. “Politiza a paisagem, tornando-a discursiva através da politização, no sentido humano do agir. Torna-a possível de ser paisagem enquanto caráter simbólico que remete a valores sociais e subjetivos específicos” (ibid, p.61).

O autor supracitado defende que as imagens não falam por si só, ao invés disso, elas simplesmente capturam aspectos simbólicos (símbolos) que roubam do mundo. Pensar que os sentidos da imagem como imanentes em si, permite, de um lado, pensar a sua produção como mecanicamente possível e, neste caso, como capaz de revelar realidades incapazes de leituras sistemáticas pelo social de um momento dado.

Estas relações estão diretamente ligadas ao caráter icônico das imagens, isto é, a capacidade do signo de representar por semelhança o mundo objetivo ou de ser a imagem de um objeto real. A mente constrói modelos representativos “que se adecúan por semejanza a la realidad objetiva y en este sentido lós iconos son proposiciones de imágenes” (VILCHES, 1984, p. 25)<sup>28</sup>.

Os sentidos estão entre os signos e as regras de conteúdo cultural que filtram a conexão com os objetos. Sem a pretensão de nos aprofundarmos nos estudos da recepção, tal compreensão é importante por permitir-nos perceber, de acordo com Vilches (1984, p. 28) que “toda teoría de la imagen presupone una teoría del significado y debe estudiar los sistemas culturales actualizados en las operaciones de representación”<sup>29</sup>.

Magalhães (2003) lembra que, quando se privilegia o papel da imagem como matéria discursiva, não basta apresentá-la como complemento do texto, ilustração ou visualização da página impressa. Para o autor, a imagem midiática ocupa um lugar que demanda

---

<sup>28</sup> “que se adequam por semelhança à realidade objetiva e neste sentido os ícones são pressuposições de imagens” (VILCHES, 1984, p. 25) (tradução nossa).

<sup>29</sup> “toda teoria da imagem pressupõe uma teoria do significado e deve estudar os sistemas culturais atualizados nas operações de representação” (VILCHES, 1984, p. 28) (tradução nossa).

preocupações que vão além do que a vista oferece numa primeira impressão. As capas das revistas, no caso do autor, e as charges, no nosso caso, como espaços de materialidades discursivas, “são lugares em que se encenam e insinuem atos e fatos imagísticos, rituais de sedução, persuasão e informatividades, segundo pontos de vista, maneiras de perceber (e fazer ver/ler) plástica e linguisticamente o mundo” (MAGALHÃES, 2003, p. 63).

Podemos resumir estas propriedades discursivas da matéria imagística, a partir das considerações de Magalhães (2003): 1 – A imagem em si, em sua materialidade icônica, não possui a clareza em que se acredita; 2 – A imagem enquanto produto cultural faz parte de uma rede de produção social de sentido, “e por isso, revela, potencialmente alguma significação, mas descritiva e restritiva aos limites culturais do contexto” (MAGALHÃES, 2003, p. 87); 3 – Para ser enquadrada como matéria discursiva, orientada para a produção de determinado sentido, a imagem necessita do apoio de recursos discursivos e reconhecidos socialmente.

## **4.2 Imagem e Multimodalidade**

Antes de seguirmos para a discussão a respeito de charges, aproveitamos esta breve discussão acerca das propriedades representativas do discurso imagético, para discutir como o elemento visual se relaciona com outros modos de comunicação, mais especificamente o texto escrito. Tal compreensão se mostra relevante aqui já que os efeitos de sentidos nos discursos da charge se dão através do diálogo estabelecido entre linguagem verbal e visual, através do conceito de multimodalidade.

Atualmente, os textos informativos vêm acompanhados de uma infinidade de imagens e recursos gráficos, provocando mudanças significativas na forma de se conceber a linguagem e colocando em cena o conceito de texto multimodal, isto é, textos compostos por mais de um código semiótico (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006).

De acordo com Cope e Kalantzis (2009), a multimodalidade crescente de nossos mecanismos de representação é, em parte, o resultado de uma série de transformações que afetaram as formas de produção e reprodução do significado no século XX, inicialmente na fotografia e, em seguida, nas tecnologias digitais de representação, sobretudo com o advento da Internet na década de 1990, que estreitou ainda mais o entrelaçamento de textos escritos, ícones e imagens através de navegação em sites. Com isso, os modos de representação de significados que antes eram relativamente independentes, agora se tornaram mais estreitamente interligados.

Cada um dos diversos modos de comunicação tem um potencial de representação próprio para expressar de formas diferentes as mesmas coisas, mas também analogamente potencial no que tange à renderização que realizam. Para os autores, do ponto de vista da analogia, a gramática visual pode explicar as formas que as imagens atuam da mesma maneira que a língua. Também, a ação representada por verbos em sentenças podem aparecer expressa por vetores nas imagens.

Este processo de alternância representativa e as novas representações de um mesmo objeto geradas na transposição de um modo de comunicação para outro é chamado sinestesia (COPE; KALANTZIS, 2009). Em nossa sociedade contemporânea, a sinestesia atua em grande parte das representações, visto que muito de nossa experiência diária é intrinsecamente multimodal.

Do mesmo modo, Kress e Van Leeuwen (2006) acreditam que as estruturas visuais são semelhantes às estruturas linguísticas, de modo que estas também apontam para interpretações particulares de experiências e formas de interação social. As escolhas de composição imagética são também escolhas de significado, de forma que os significados são pertencentes à cultura e não a modos semióticos específicos.

Por exemplo, aquilo que é expresso na linguagem através da escolha entre diferentes classes de palavras e estruturas oracionais, pode, na comunicação visual, “be expressed through the choice between different uses of colour or different compositional structures. And this will affect meaning. Expressing something verbally or visually makes a difference” (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006, p.2)<sup>30</sup>.

Mesmo que estes modos de comunicação sejam comparáveis, seus modos de representação não significam de forma semelhante (COPE; KALANTZIS, 2009). O significado transmitido através de um modo não pode ser direto ou totalmente transposto a outro, visto que o significado nunca será totalmente igual. Uma imagem, por exemplo, jamais poderá descrever uma cena da mesma forma que a língua escrita, e vice-versa. Assim, Kress e Van Leeuwen (2006) argumentam que cada modo de comunicação tem suas próprias possibilidades e limitações significativas.

Por se tratarem de formas distintas de saber e apreender o mundo, os diferentes modos de comunicação requerem diferentes competências interpretativas na compreensão de suas representações significativas. No caso das imagens, por exemplo, Cope e Kalantzis (2009)

---

<sup>30</sup> “ser expresso através da escolha entre os diferentes usos de cor ou diferentes estruturas composicionais. E isso afetará o significado. Expressar algo verbalmente ou visualmente faz diferença” (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006, p.2, tradução nossa).

citam que apesar de certas convenções culturais que orientam a leitura imagética (da esquerda para a direita, de cima para baixo, no caso da cultura ocidental), o caminho de sua leitura é mais aberto que na escrita. Também, fatores culturais (e históricos) são elementos determinantes na forma como cada modo de comunicação multimodal significa, podendo influenciar de forma mais direta um ou outro (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006).

Em alguns textos multimodais, como no caso da charge, Kress e Van Leeuwen (2006) lembram que o componente visual de um texto é uma mensagem independentemente organizada e estruturada, conectada com o texto verbal, mas de modo algum dependente dele - e da mesma forma é o contrário.

Com isso, em textos multimodais, o processo de compreensão dos sentidos é mais complexo, visto as formas significativas de cada modo de comunicação serem estabelecidas com base em outros modos. Em nossa análise, adotamos as categorias propostas por Kress e Van Leeuwen (2006) em sua *Gramática do Design Visual* (GDV), que procura sistematizar o estudo da multimodalidade visual estabelecendo parâmetros de observação de elementos que compõe imagens. Embora existam outras propostas de análise imagética, escolhemos trabalhar com a GDV por acreditar que ela forneça um suporte analítico adequado para a compreensão dos efeitos de sentidos produzidos nos textos verbo-visuais aqui destacados.

Estes autores, embasados na Linguística Sistêmica Funcionalista, adotam as três metafunções da linguagem apresentadas na obra de Halliday (1985) – a ideacional, a interpessoal e a textual – e categorizam três metafunções que se aplicam ao estudo de todos os modos semióticos: a representacional, a interacional e a composicional, sendo eles componentes participantes da ADC.

De acordo com eles, a metafunção representacional instancia representações de aspectos do mundo, no que tange a representação de seres, objetos e lugares. Já a metafunção interacional instancia relações sociais particulares entre o produtor, o espectador e o objeto representado. A metafunção composicional instancia a complexa relação de elementos, tanto internamente, uns com os outros, quanto externamente, com o contexto em e para a qual eles foram produzidos, de forma a conferir-lhes coerência.

Para Kress e Van Leeuwen (2006), da mesma forma que as gramáticas da língua buscam descrever a forma como as palavras se combinam em orações, frases e textos, a Gramática Visual busca descrever a maneira pela qual os elementos retratados – pessoas, lugares e coisas – se combinam em "enunciados" visuais de maior ou menor complexidade e extensão.

No caso das charges, cita Flores (2002), suas formas perceptíveis se materializam por meio da escrita e do desenho, sendo a síntese olho-ouvido resultante do vestígio que testemunha e registra a concorrência de signos sociolinguísticos, ideológicos, culturais, psicológicos presentes a um só tempo nesse tipo de produto cultural. O componente linguístico (texto) é corresponsável, juntamente com os componentes gráficos (imagens), pelo grau de informatividade e poder argumentativo, persuasivo da mensagem, conforme defende a autora.

### **4.3 Caricatura, Cartum e Charge: Diferenças Conceituais**

Antes de definirmos o que entendemos como charge, cabe fazermos uma distinção categórica entre ela e outros dois gêneros que comumente aparecem com o mesmo sentido, a caricatura e o cartum, como forma de evitar confusões terminológicas. Teixeira (2005) lembra que charge, caricatura e cartum não são objetos consensuais e, por reproduzirem o “real” através de um mesmo traço de humor, são alvos constantes de confusões terminológicas.

O autor supracitado afirma que construir a charge, a caricatura e o cartum, como conceitos autônomos e separados, possibilita reconhecê-los em suas respectivas práticas, visto que cada um desses gêneros do humor gráfico expressa a realidade de forma própria, através de intenções específicas para com os objetos que abordam.

Segundo Teixeira (2005), cada um desses gêneros articula mecanismos próprios de apropriação do real e do sujeito (como os reproduzem, como os tematizam e como os significam). Porém, cada um deles está, de forma própria, comprometido com uma ética particular a partir de verdades ocultas pela realidade. Uma ética que, “na charge, desnuda suas ações usuais, na caricatura afronta limites anatômicos para apontar suas formas e contornos externos e, no cartum, produz e desvenda atitudes, comportamentos ou ideias coletivas, independentemente de qualquer sujeito real” (TEIXEIRA, 2005, p. 26).

#### **4.3.1 Caricatura**

Romualdo (2000) afirma que o termo caricatura surgiu na Itália, na segunda metade do século XVII, originando-se do verbo *caricate*, que significa carregar, acentuar, sublinhar. De acordo com o autor, embora o termo tenha sido usado pela primeira vez por Mosini, em 1646, para referir-se a uma série de desenhos satíricos produzidos por Agostinho Carracci, este

estilo de sátira gráfica existe desde a Antiguidade, podendo ser encontradas manifestações caricaturais em civilizações egípcias e gregas.

A caricatura, como esclarece Teixeira (2005), define-se como um modo de apropriação do sujeito por si próprio, a partir de características marcantes capazes de provocar o riso naquele que observa. “A caricatura é um traço que revela aparências, que aponta o visível e o supérfluo, que sublinha e ressalta, corta, recorta; enfim, é um traço de humor que batiza o que se vê e nomeia o que se pensa: orelhudo, topetudo, narigudo, barrigudo” (TEIXEIRA, 2005, p. 93).

Na caricatura, cita Teixeira (2005), a identidade do sujeito é produzida por cortes periféricos e superficiais na fisionomia do próprio sujeito para reproduzi-la no mesmo sujeito, com isso, seu objetivo final é produzir um duplo do sujeito enquanto cópia diferente de si mesmo. Com isso, sua função é introduzir desordem na ordem corporal do sujeito, intensificando nos contornos do sujeito, características que lhes são próprias.

A identidade do sujeito é produto de dissemelhanças que semeiam semelhanças através de traços excessivos em relação ao modelo original. A função da dissemelhança, esclarece o autor, não é produzir verocimidade, mas verossimilhança dentre as partes que a constituem. Com isso, na caricatura, o semelhante assemelha-se por dissemelhança. Essa dissemelhança é legitimada através de mútuo reconhecimento e plena aceitação do sujeito.

Motta (2006) cita que o incômodo maior da caricatura deriva do conteúdo crítico de seu discurso. As caricaturas mostram os líderes políticos como seres ridículos e derrisórios, isto é, como pessoas risíveis. “Tornar uma personalidade pública objeto do riso não é ato fortuito, mas uma ação carregada de implicações políticas” (ibid, p. 19-20).

Tornar uma personalidade risível ante ao público é uma forma de desacreditá-lo e desmoralizá-lo. Deste modo, a crítica subversiva provoca a ridicularização do representado, servindo como instrumento de desmistificação do poder, “mostrando líderes e chefes de Estado como seres humanos falíveis e, eventualmente, ridículos” (MOTTA, 2006, p. 18).

Assim, a caricatura é antes uma arma de ataque do que de defesa, visto que é na mordacidade que ela releva seu maior potencial, de modo que, para alcançar o efeito cômico, as caricaturas “zombam impiedosamente dos personagens sob a mira do lápis do artista” (MOTTA, 2006, p. 20-21).

#### 4.3.2 Cartum

Sobre cartum, Teixeira (2005, p. 103) define-o como um desenho de humor e crítica que provoca ao mesmo tempo o riso e a reflexão, articulando dois níveis simultâneos de leitura: “na forma que provoca o riso como prazer de ver e no texto, que produz consciência como prazer de ler”. Segundo o autor, o objetivo do cartum é problematizar sujeitos e situações reais, através de personagens e temas fictícios. Para ele, o cartum possui objetivos definidos, políticos, existenciais, comportamentais produzindo crítica através de situações imaginárias.

Mesmo propondo uma reflexão política da realidade e da cultura, tal qual a charge, o cartum se difere ao se debruçar sobre um sujeito real para criticá-lo, prioriza a sátira política ou existencial através de personagens fictícios (humanos ou inumanos) cuja principal função é incorporar e problematizar conteúdos alheios e coletivos (TEIXEIRA, 2005).

O principal personagem do cartum é o possível de uma sociedade, de políticas, comportamentos, desejos, fantasias e conteúdos expressos por uma variedade de tipos sem individualidade, “capazes de expressar desejos ‘puros’, sem constrangimentos ou censuras, sem contrapartida ou referência necessária a qualquer sujeito real – o personagem do cartum é um outro absoluto” (TEIXEIRA, 2005, p. 103). No universo do cartum, personagens fictícios são dotados de uma significação coletiva.

Assim, o cartum não visa, de imediato, o particular, mas antes o “sujeito coletivo” passível de uma apropriação consensual como condição de identidade para o sujeito individual (TEIXEIRA, 2005). Aragão (2007) cita também que o cartum não tem precisão temporal, portanto “não se prende aos acontecimentos do momento, principal diferença quanto à charge” (ibid, p. 96). Assim, outra diferença entre o cartum e a charge reside na relação que esta última estabelece com o contexto.

Ao passo que o cartum aborda temas mais gerais, universais, relacionados à condição humana ou ao comportamento de determinados grupos sociais; a charge é mais circunstancial, ilustrando satiricamente acontecimentos político-sociais de determinada conjuntura (ARAGÃO, 2007). Assim, diferente do cartum, a charge é temporal, ou seja, é situada histórica e culturalmente e necessita de uma ancoragem no contexto social para a sua compreensão, como aprofundamos no próximo subtópico.

#### 4.3.3 Charge

De acordo com Motta (2006), o termo charge vem do francês *charger* que significa carga ou exagero (num sentido parecido ao da caricatura). Sua origem remete ao século XIX e

foi criada com o intuito de opor e criticar governos e figuras políticas, representando-os de forma inusitada. Teixeira (2005) cita que o traço caricato da charge é um traço de reflexão que reproduz sujeitos reais e resume conflitos políticos através do humor, que é o principal fundamento de sua narrativa e o instrumento singular de sua linguagem.

Através de seus recursos gráficos, a charge resume e recria situações políticas e problemas sociais de uma sociedade, mergulhando no cotidiano social em busca “do sentido subjacente à sua imediaticidade, fora do que a razão determina como real, além do que ela supõe como verdade única” (TEIXEIRA, 2005, p. 78).

A charge se apresenta como que uma tirada conclusiva, uma réplica de dado evento social, que envolve quem assina, quem narra e seus personagens através de suas instâncias discursivas textuais e extratextuais (FLÔRES, 2002). Flôres (2002) afirma que as temáticas das charges focalizam os universos de referência do público, expondo testemunhos, registrando perplexidades, apontando falhas, satirizando pontos de vista, desvelando movivações ocultas, introduzindo questionamentos.

Seu uso sempre esteve vinculado à realização de algum tipo de reflexão crítica sobre os acontecimentos. Assim, a charge constitui-se, em sua face visível, “de uma amálgama de sentidos, de intenções, de crenças, permitindo-nos captar a dinâmica do encontro entre a população e os ‘dizeres e pensares’ coexistentes no seu entorno social” (FLÔRES, 2002, p. 10).

A charge desvenda, então, o oculto nas ações do sujeito, transgride normas e subverte regras, afrontando o bom-senso, desafiando o senso comum, como portadores exclusivos da inteligibilidade para o real (TEIXEIRA, 2005). “Ela funciona, então, como ‘porta-voz’ da sociedade, interpretando a notícia, expressando um ponto de vista, transformando o fato numa consciência sobre ele” (ibid, p. 79).

Seguindo esta linha, Motta (2006, p. 18) defende que o desenho de humor permitiu uma maior aproximação das classes subalternas em relação à política, ajudando “a traduzir os eventos, conflitos e grandes personagens políticos para a linguagem popular, tornando tais temas mais palatáveis para indivíduos iletrados e/ou socialmente excluídos”. Através de sua linguagem, a charge torna assuntos políticos menos misteriosos e mais próximos do universo de compreensão do público.

Um traço constitutivo desta linguagem, defende Teixeira (2005), é a agressividade. O autor acredita que seu traço busca na política os fundamentos de sua crítica, reproduzindo com agressividade esse universo público de múltiplas e controversas significações,

repercutindo atos, reações públicas, opções partidárias e determinações ideológicas. Assim, Teixeira (2005) afirma que a charge é intrinsecamente agressiva porque:

1 - Seu objeto privilegiado de apropriação é a política, em torno da qual não há neutralidade possível;

2 - Em função desse objeto, sua linguagem gráfica se estrutura no sentido de tomar partido e, com isso, potencializar a eficácia crítica do seu humor;

3 - A natureza interna da linguagem do humor é, por si mesma, mordaz, debochada, sarcástica.

O autor cita também que a charge é uma crítica a razão como produtora única de “realidade”, da verdade como seu atributo exclusivo e da linguagem verbal como única instância capaz de expressá-la.

Portanto, para Teixeira (2005), a charge:

1 - Reproduz a realidade independentemente da razão;

2 - Produz uma verdade independente da realidade;

3 - Incorpora o humor como linguagem que produz uma verdade cujo sentido está fora da realidade e além da razão (discutiremos mais sobre humor e razão no próximo tópico).

Incorporando o humor como linguagem, a charge produz uma verdade cujo sentido está fora da realidade e além da razão, dizendo de outra forma, o humor da charge “transforma a notícia numa consciência sobre ela” (TEIXEIRA, 2005, p. 73). Assim, o autor cita que a charge articula seu discurso na fronteira da realidade, pelas bordas da razão. Em outras palavras, a charge apropria-se do real pelo sentido e não pela razão, que restringe seu campo de possibilidades.

No discurso da charge, cita Teixeira (2005), o sentido produz uma relação de diferença/identidade entre sujeito e personagem, visto que eles se reconhecem através do que os torna diferentes. Seu desafio é reproduzir esse sujeito real num personagem fictício – plausível e verídico –, cuja identidade é fruto de um distanciamento crítico entre ele e o sujeito do qual deriva. O sentido da charge permite que o personagem atue como o outro do sujeito real, “articulando por ele emoções, sentimentos, delírios e fantasias” (TEIXEIRA, 2005, p. 78).

A função do sentido, assim, “é tornar possível que um personagem diferente do sujeito compartilhe com ele uma identidade comum. A função do sentido na charge é produzir identidade por diferença” (TEIXEIRA, 2005, p. 75). Essa identidade pela diferença, fruto do sentido e não da razão, torna o que antes parecia oculto, transparente.

Quanto a isso, Flôres (2002) resalta a importância do contexto enunciativo na produção de sentidos nas charges. Para a autora, uma leitura ancorada no contexto é fundamental, visto que a charge “se caracteriza pela linguagem polêmica, pelo grande número de implícitos que introduz no texto e pelo tanto de atenção que exige do leitor” (ibid, p. 8)).

A leitura da charge é por natureza complexa devido ao caráter tácito de seus discursos, por isso a autora defende que o discurso da charge dirige-se a sujeitos socialmente situados, capazes de decodificar as referências e contribuir na constituição de sentidos de sua mensagem. “A intervenção da charge no mundo cultural inicia-se pelo reconhecimento de significantes já existentes e, após, o estabelecimento de conexões, que atribuem um sentido a determinada mensagem” (FLÔRES, 2002, p. 11).

Dos três gêneros gráficos que se apropriam da realidade para expressá-la através do traço de humor, a charge, de acordo com Teixeira (2005), é o mais sofisticado, pois conta e resume histórias reais de modos e maneiras convicentemente irreais. Enquanto espaço de produção de sentidos, a charge situa o receptor como elemento essencial no processo, e não como simples ponto de chegada da mensagem (FLÔRES, 2002).

A seguir, desenvolvemos a análise discursiva das charges referentes ao atentado Charbie Hebdo selecionadas para compor o capítulo de análise desta pesquisa, com base nas reflexões feitas até aqui. Antes disso, porém, fazemos uma breve contextualização sobre o atentado e suas repercussões.

## 5 ENFRENTAMENTOS E TENSÕES NOS DISCURSOS DE CHARGES: A ANÁLISE

### 5.1 O Humor Face à Maomé

Antes de apresentarmos os procedimentos de análise, fazemos uma breve contextualização do atentado e de alguns dos pontos que consideramos pertinentes a esta discussão. Primeiro, consideramos que embora o texto sagrado dos muçulmanos, o Alcorão, não traga nenhuma proibição explícita quanto a retratação do profeta Maomé ou Alá (o deus islâmico), para a maioria dos muçulmanos representar Maomé ou qualquer outro profeta do islã é uma ofensa grave.

De acordo com transcrições feitas pelo site [www.bbc.com](http://www.bbc.com), alguns trechos, como o verso 11 do capítulo 42 do livro sagrado mulçumano, citam: "(Alá é) o criador dos céus e da terra... (não há) nada semelhante a Ele"<sup>31</sup>. Diante disso, muitos muçulmanos interpretam que Alá, tamanha a sua grandiosidade, não pode ser retratado em uma imagem feita por humanos.

Também, os versos 52, 53 e 54 do capítulo 21 do Alcorão citam: "Abraão disse a seu pai e a seu povo: 'O que são estas imagens a cuja adoração você se apega?' Eles disseram: 'Encontramos nossos pais as adorando'. Ele disse: 'Certamente, você e seus pais vêm cometendo um erro'"<sup>32</sup>. Assim, para a maioria dos mulçumanos, qualquer representação – seja por fotos, desenhos ou mesmo estátuas – encorajam a adoração de ídolos. Neste sentido, a imagem, e não o ser divino, é que se torna o objeto de veneração. O que há, portanto, é uma restrição a idolatria, não à reprodução da imagem do profeta.

Outro ponto é que a lei islâmica – a *sharia* – estabelece que os princípios do islamismo devem ser rigidamente cumpridos tanto por muçulmanos, quanto por não-muçulmanos. Sendo assim, as proibições impostas aos seguidores do Islão, de acordo com o próprio islamismo, também são válidas para todos os demais grupos e credos (discutiremos mais a respeito do islamismo no final deste capítulo).

Aqui, um ponto de tensão pode ser evidenciado pelo posicionamento do editor chefe do jornal na época do atentado, Stéphane “Charb” Charbonnier, morto no ataque do dia 07, em seu livro póstumo: “Os textos ‘sagrados’ só são sagrados para os que acreditam neles. [...] Deus só existe para quem acredita nele. Para insultar ou ultrajar Deus é preciso estar persuadido de que ele existe” (CHARBONNIER, 2015, p. 25).

---

<sup>31</sup> **Por que as charges de Maomé causam tanta revolta?**. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150114\\_publicar\\_charge\\_charlie\\_hebdo\\_rb](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150114_publicar_charge_charlie_hebdo_rb)> Acesso em: 19 nov. 2015.

<sup>32</sup> Ibid.

Vale mencionar que neste contexto, o jornal Charlie Hebdo não é o primeiro a ganhar repercussão na mídia por representar (satiricamente) o profeta islâmico. No dia 30 de setembro de 2005, o jornal dinamarquês *Jyllands-Posten* publicou na primeira página 12 caricaturas com o título “As faces de Maomé”. A publicação gerou descontentamento dos países islâmicos e de parte da comunidade muçumana na Europa. Os integrantes das comunidades muçulmanas da Dinamarca exigiram a retirada das charges e um pedido de desculpas (que só aconteceria em 09 de fevereiro do ano seguinte).

Milhares de pessoas saíram às ruas de Copenhague gritando "Alá é grande e Maomé é o seu profeta". Na ocasião, onze embaixadores de países muçulmanos na Dinamarca protestam contra a publicação das caricaturas. O redator-chefe do jornal recebeu ameaças de morte e um dos autores dos desenhos foi alvo de uma tentativa de assassinato.

Enquanto isso, nos países muçumanos, milhões de pessoas marcharam em protesto à publicação, embaixadas da Dinamarca e da Noruega em Damasco foram incendiadas, uma bomba foi implantada na embaixada de Copenhague no Paquistão, missões diplomáticas europeias sofreram ataques no Líbano, na Síria e no Irã; bandeiras do Ocidente foram queimadas na Faixa de Gaza. Cerca de 100 pessoas foram mortas nos protestos. O então primeiro-ministro dinamarquês, Anders Fogh, caracterizou o episódio como a pior crise internacional escandinava desde a Segunda Guerra Mundial.

O jornal defendeu-se com o argumento da liberdade de expressão, de modo que outras religiões eram comumente alvo de chargistas e, desta forma, não haveria razão para autocensurar suas charges direcionadas ao islamismo. Solidários ao periódico dinamarquês, publicações de 50 países, entre elas o Charlie Hebdo, reimprimiram as caricaturas.

Em 2006, a reimpressão das caricaturas do profeta Maomé pelo Charlie Hebdo gerou o descontentamento da comunidade muçumana. Segundo o site [www.elpais.com](http://www.elpais.com), na época, a Grande Mesquita de Paris processou Philippe Val, diretor de publicação do Charlie, por “injúrias públicas contra um grupo de pessoas em razão de sua religião”. A União das Organizações Islâmicas da França também processou o jornal, argumentando que as caricaturas poderiam incitar a violência racial na França.

Os tribunais franceses deram ganho de causa ao jornal, justificando que as caricaturas denunciavam os extremistas religiosos muçulmanos, portanto, concluindo que sua publicação era legal. Desde então, o jornal passou a ser alvo de ameaças. O editor Stephane Charbonnier já havia recebido ameaças de morte e andava sempre acompanhado de guarda-costas.

Em novembro de 2011, o escritório do jornal francês foi alvo de uma bomba incendiária após mais uma vez publicar charges representando o profeta Maomé, criadas para “celebrar” a eleição de islâmicos afiliados à Irmandade Muçulmana pelo partido *Ennahda* na Tunísia. Na ocasião, não houve vítimas e ninguém assumiu a responsabilidade da bomba. O governo francês, grupos da sociedade civil e a imprensa se manifestaram em defesa do jornal e da liberdade de expressão.

O atentado aconteceu pouco antes de chegar às bancas a edição semanal que tinha como título "Charia Hebdo" – uma das edições mais conhecidas do jornal –, referenciando a lei islâmica da *Sharia*. O jornal estampava na capa uma charge de Maomé, apresentado como editor convidado daquela semana, e acompanhava o balão "100 chicotadas se você não morrer de rir".

No mesmo período, o *website* do Charlie também sofreu um ataque de hackers. O grupo islâmico turco *Akincilar* assumiu a autoria do ataque ao *website*, justificando que o semanário publicava conteúdos que ofendiam valores islâmicos, porém assegurou que não teve envolvimento no atentado que incendiou o escritório do jornal.

Uma semana após o ataque com a bomba incendiária, o jornal publicou uma capa com um cartunista beijando um muçulmano na boca, seguido pelo título "O amor é mais forte do que o ódio". Contextualmente, esta também era a época em que se discutiam o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a França vivia um crescimento da oposição conservadora aos direitos dos homossexuais.

Na época, Charb declarou ao jornal *Le Monde* que não iria suavizar nem o seu discurso nem os seus desenhos: "É preciso continuar até que o islão seja tão banal como o catolicismo". Na mesma ocasião, de acordo com o site [www.publico.pt](http://www.publico.pt), o chefe de redação Gérard Biard explicou a posição do Charlie quando o assunto é religião: "Somos um jornal que é contra as religiões assim que elas entram nos domínios público e político. Não é suposto que uma pessoa se identifique através de uma religião, pelo menos num Estado laico".

No ano seguinte, em setembro de 2012, inspirado no filme francês "*Intouchables*", o Charlie Hebdo publicou uma de suas capas mais controversas. A capa era a caricatura de um judeu empurrando um muçulmano em uma cadeira de rodas, fazendo alusão ao filme, e seguida do balão "*Faut pas se moquer!*" ("Não ria!", em francês). Além da capa, a edição trazia ainda diversas charges que mostravam Maomé nu e em situações constrangedoras. Enquanto isso, ocorria no mundo muçumano uma revolta generalizada com o lançamento do filme "Inocência dos Muçulmanos", gravado nos Estados Unidos e que ridicularizava o

profeta. O filme provocou uma onda de violentos protestos em vários países, vitimando dezenas de pessoas.

Devido ao clima de tensão gerado pelo filme, o governo francês interveio e, um dia antes da publicação do Charlie (que continha publicações que faziam menção ao filme) chegar às prateleiras, o Ministério das Relações Exteriores da França fechou suas embaixadas e escolas em 20 países de maioria islâmica. O episódio desencadeou uma série de discussões que pautou intelectuais, políticos e a própria imprensa parisiense sobre liberdade de expressão e seus limites.

Em depoimento ao *Associated Press*, Charb, já editor do jornal, comentou sobre as caricaturas de Maomé feitas pelo Charlie, “Muhammad isn't sacred to me [...] I don't blame Muslims for not laughing at our drawings. I live under French law. I don't live under Koranic law”<sup>33</sup>. Cerca de três anos após a declaração de Charb, o jornal foi alvo de um novo ataque, mas em proporções bem maiores.

De acordo com a matéria publicada no site da rede BBC News, mesmo quando as ondas de atentados ligados ao Oriente Médio atingiram a França nas décadas de 1970, 80 e 90, nunca, em meio século, o país foi alvo de um ataque terrorista de tamanha proporção quanto o atentado à sede do jornal Charlie Hebdo, sobretudo devido à frieza dos assassinos, a aparência profissional e o desprezo com as vítimas. Na época, boa parte da imprensa francesa nomeava o ataque de “Os três dias de terror”.

Antes de prosseguir, vale lembrar a carga ideológica que carrega a palavra “terror”, em especial, neste tipo de contexto. A expressão “Guerra ao Terror” foi usada pelo então presidente dos Estados Unidos, George Bush, para referir-se a iniciativa militar desencadeada pelos Estados Unidos após os ataques de 11 de setembro, como parte de uma ação global de combate ao terrorismo.

De acordo com o político e teórico David North, em uma matéria para o site World Socialist Web Site ([www.wsws.org](http://www.wsws.org)), datada de 09 de janeiro de 2015, o ataque ao Charlie Hebdo ajuda a reforçar a posição do presidente francês, François Hollande, em tentar transformar o país no principal aliado dos Estados Unidos na “Guerra ao Terror”. Nesta tentativa, ele cita a possibilidade de Hollande apoiar-se na mídia para legitimar essa “Guerra ao Terror” como uma necessidade inevitável, sobretudo através da manipulação noticiosa e da incitação de sentimentos idealistas e democráticos.

---

<sup>33</sup> “Maomé não é sagrado para mim [...] Eu não culpo os muçulmanos por não rirem de nossos desenhos. Eu vivo sob a lei francesa. Eu não vivo sob a lei corânica.” (*tradução nossa*).

## 5.2 “Três dias de Terror”

No dia 07 de Janeiro de 2015, quarta-feira, às 11:30 da manhã, dois homens armados vestidos de preto e usando coletes à prova de balas invadiram a sede do jornal satírico francês Charlie Hebdo, em Paris, depois de ameaçar a cartunista Corinne Rey, funcionária do semanário, obrigando-a a introduzir o código de acesso ao edifício. Os homens dirigiram-se ao escritório do jornal, no segundo andar, onde acontecia uma reunião editorial semanal. No caminho, eles ainda dispararam contra o zelador do prédio Frederic Boisseau, vitimando-o.

Já na redação do Charlie, os atiradores separam homens e mulheres e, gritando os nomes que pretendiam matar, executaram 10 pessoas: o cartunista e o editor do jornal Stéphane “Charb” Charbonnier; os também cartunistas Jean “Cabu” Cabut, Bernard “Tignous” Verlhac, Georges Wolinski e Philippe Honoré (responsável pela produção da última charge publicada pelo Charlie Hebdo nas redes sociais momentos antes do ataque); a psicanalista, colunista e a única mulher morta, Elsa Cayat (morta por ser judia); o economista e colunista do jornal, Bernard Maris, conhecido pelos leitores como o tio Bernard; o jornalista e revisor, Mustapha Ourrad; o jornalista Michel Renaud, que estava na redação como convidado; e Franck Brinsolaro, um oficial de polícia que atuava como guarda-costas de Charb. Outras 11 pessoas ficaram feridas durante o ataque. Os terroristas gritavam em árabe durante as execuções “*Allah Akbar*” (Deus é grande) e o “profeta foi vingado” enquanto saíam do prédio.

A polícia, alertada pelos vizinhos sobre um tiroteio, chegou ao local durante a fuga dos atiradores. Uma troca de tiros aconteceu e os terroristas fugiram para o norte de Paris. Ainda durante a fuga, os dois homens atiraram no policial mulçumano, Ahmed Merabet, que encontrava-se nas proximidades do local. Depois de ferido, o policial foi morto com um tiro a queima roupa. O carro de fuga dos terroristas foi encontrado abandonado após colidir com outro veículo, cerca de 3 km ao norte do escritório do Charlie. A polícia encontrou no veículo coquetéis molotov e bandeiras da  *jihad*.

Em declaração, o presidente francês, Francois Hollande, disse que não havia dúvidas que este foi um ataque terrorista. Mais tarde, em um discurso televisionado, Hollande declarou a quinta-feira, dia 08, como dia de luto nacional. Durante o seu discurso, o presidente francês prestou solidariedade às famílias das vítimas do atentado e disse que o ataque ao Charlie Hebdo representava um ataque à França como um todo – um ataque à

liberdade de expressão, cultura, criação, pluralismo e democracia – e que a melhor arma do país naquele momento era a união.

Durante o depoimento, Hollande pediu aos seus compatriotas a não responder com a violência contra muçulmanos, argumentando que aqueles que cometeram esses atos eram fanáticos e loucos e que não tinham nada a ver com a religião muçulmana. O presidente enalteceu o trabalho do Charlie Hebdo e sinalizou que bandeiras seriam hasteadas a meio mastro durante três dias, em homenagem às vítimas. Hollande também aproveitou para anunciar que a França estava em guerra contra o terrorismo e que o país ia intensificar os bombardeios contra o Estado Islâmico, na Síria.

No mesmo dia, Paris foi colocada em alerta máximo e uma grande operação de segurança foi lançada com um adicional de 500 polícias destacados para as ruas da capital. A segurança foi reforçada em escolas, escritórios e casas de oração. Milhares de pessoas se reuniram por toda França para participar de uma vigília aos mortos.

Um grande número de pessoas concentrou-se na *Place de la Republique* segurando canetas e lápis para protestar contra o ataque. Manifestações similares ocorreram em Londres, Berlim e Madrid. No *Twitter*, surgiu a *hashtag* *#JeSuisCharlie* para expressar solidariedade às vítimas do ataque. O Presidente norte-americano, Barack Obama, também manifestou-se sobre o atentado, caracterizando-o como um covarde ataque à liberdade de imprensa e a liberdade de expressão. Enquanto isso, várias mesquitas em todo o país eram alvo de ataques. Até o dia 12 de janeiro, cerca de 50 ataques contra pontos de concentração muçulmanos ainda seriam registrados.

Ainda no dia 07, a polícia conseguiu a identificação dos três suspeitos. Os dois homens que invadiram o semanário eram os irmãos de nacionalidade francesa, Cherif e Said Kouachi (o primeiro, condenado, em 2008, por ter atuado em um grupo que enviava jihadistas ao Iraque; o segundo, treinado pela Al Qaeda no Iêmen, em 2011). O terceiro suspeito era Hamyd Mourad, cunhado de Chérif, que seria o motorista do carro usado no atentado. Hamyd Mourad se entregaria à polícia mais tarde.

Na manhã da quinta-feira, dia 08, enquanto a polícia continuava a busca pelos suspeitos do ataque Charlie Hebdo, um atirador armado com uma metralhadora e uma pistola disparou contra duas pessoas em Montrouge, zona sul de Paris. O atirador matou uma policial e feriu um civil antes de fugir. As autoridades francesas, que inicialmente descartaram a ligação entre o tiroteio e o atentado ao semanário, mais tarde confirmaram que os dois incidentes estavam ligados.

Enquanto isso, os irmãos Said e Cherif Kouchi eram vistos assaltando um posto de gasolina a 80 km de Paris. Os homens, armados com rifles de assalto Kalashnikov e lançadores de granadas, levaram consigo comida e gasolina. O Primeiro-Ministro, Manuel Valls, colocou a região no nível mais alto de alerta. A esta altura, o governo francês já havia divulgado fotos dos suspeitos na mídia e mobilizado mais de 80 mil policiais franceses e soldados à caça dos terroristas.

Ao meio dia de quinta, o presidente François Hollande e outros funcionários se reuniram no interior da catedral de *Notre Dame*, em Paris, para prestar um minuto de silêncio às vítimas do atentado, enquanto os sinos dobravam, juntamente com as igrejas em todo o país. As luzes da torre *Eiffel* também foram desligadas por alguns instantes às 20h (hora local).

No mesmo dia, o Ministério da Cultura francês prometeu 1 milhão de euros em ajuda à revista. Os grupos de mídia, na França, também se mobilizavam material e financeiramente para garantir a continuidade do semanário, que já anunciava a tiragem de 1 milhão de exemplares. Após o ataque, as vendas semanais do jornal, que passava por dificuldades financeiras, era cerca de 30.000 exemplares.

A primeira edição do Charlie Hebdo pós-atentado, que chegou a 1 milhão de exemplares, subiu para 3 milhões na semana seguinte, e depois para 5 milhões. Fenômeno parecido aconteceu em 2006, com a reprodução das caricaturas da imprensa dinamarquesa, quando o jornal alcançou um recorde de vendas de 400 mil exemplares.

Nas redes sociais, enquanto a *hashtag* #JeSuisCharlie ganhava cada vez mais adesão, outras campanhas relacionadas começavam a ganhar força, como é o caso da *hashtag* #JeSuisAhmed, que fazia referência ao policial muçulmano francês que foi assassinado enquanto tentava impedir os dois terroristas durante sua fuga. No *Twitter*, uma das postagens que mais gerou repercussão foi a do usuário Aboujahjah, que postou: “I am not Charlie, I am Ahmed the dead cop. Charlie ridiculed my faith and culture and I died defending his right to do so. #JeSuisAhmed”<sup>34</sup>.

Na manhã de sexta-feira, 09 de janeiro, a polícia francesa encurralou os responsáveis pelo ataque ao Charlie Hebdo em *Dammartin-en-Goële*, a 35 km de Paris. Centenas de policiais armados cercaram o prédio – uma empresa de impressão na zona industrial da cidade – onde os fugitivos haviam se escondidos, após uma perseguição de carro. Os dois homens mantinham um refém consigo.

---

<sup>34</sup> "Eu não sou Charlie, eu sou Ahmed, o policial morto. Charlie ridicularizou minha fé e minha cultura e ele morreu defendendo seu direito de o fazê-lo". #JeSuisAhmed (tradução nossa).

Durante 8 horas, a força de elite francesa posicionou franco-atiradores, helicópteros e equipamento militar no cerco aos terroristas. Pouco antes das 17:00h (hora local), os dois irmãos saíram do edifício disparando contra a polícia. Os dois suspeitos foram mortos e dois policiais ficaram feridos. O refém mantido pelos irmãos foi resgatado.

Enquanto isso, em Paris, as autoridades francesas confirmaram que havia uma conexão entre os assassinatos no Charlie Hebdo e o tiroteio do policial em Montrouge. A polícia havia cercado um prédio onde um homem armado com um fuzil automático havia feito várias pessoas reféns em um supermercado judeu em Porte de Vincennes, leste de Paris, depois de um tiroteio. Amedy Coulibaly, o sequestrador do supermercado, ameaçou matar os reféns a menos que os irmãos Kouachi fossem libertados.

Às 17:15h (hora local), poucos minutos depois do desfecho do cerco aos irmãos Kouachi, a polícia invadiu o supermercado, atirando fatalmente contra o sequestrador e libertando 15 reféns. Eles encontraram os corpos de outros quatro reféns. A parceira de Coulibaly, Hayat Boumeddiene, ainda é procurada pela polícia. De acordo com as autoridades francesas, Boumeddiene e Izzana Hamyd, esposa de Chérif Kouachi, haviam trocado cerca de 500 telefonemas em 2014.

Ao todo, dezessete pessoas morreram na sequência de ataques na França, de 07 a 09 de janeiro de 2015: doze pessoas no atentado ao Charlie Hebdo; uma policial no município de Montrouge; e quatro reféns no supermercado judeu em Paris. Horas depois do fim ao cerco dos irmãos Kouachi, o ramo da *Al Qaeda*, no Iêmen, reivindicou em um vídeo divulgado pelo grupo a responsabilidade pelos ataques terroristas realizados em Paris, como vingança pelas charges do jornal Charlie Hebdo que ridicularizavam o profeta Maomé.

Após o atentado, chargistas de todo o mundo começaram a produzir material sobre o evento. São destas charges, mais especificamente das charges brasileiras, que é composto o *corpus* desta pesquisa, que será apresentado a seguir.

### **5.3 A Análise**

Como já mencionamos, a ADC tem por objetivo fornecer subsídios científicos para estudos qualitativos que têm como principal material empírico de pesquisa o texto, a fim de prover bases teórico-metodológicas para uma reflexão crítica acerca dos efeitos sociais desencadeados pelos efeitos de sentidos destes textos.

Como ciência crítica, a ADC preocupa-se com os efeitos ideológicos que estes efeitos de sentidos de textos “possam ter sobre relações sociais, ações e interações, conhecimentos, crenças, atitudes, valores e identidades. Isto é, sentidos a serviço de projetos particulares de dominação e exploração, que sustentam a distribuição desigual de poder” (RESENDE; RAMALHO, 2011, p. 23).

O embate ideológico entre os posicionamentos acerca do atentado é uma luta entre aqueles que defendem a manutenção das práticas sociais do jornal (com seu amplo direito à liberdade e crítica religiosa) e os que defendem a transformação destas práticas (em defesa da religião islâmica). Interessa-nos, neste sentido, perceber como os dizeres são mobilizados ideologicamente nos discursos das charges, a fim de perceber as representações que são feitas do atentado ao semanário satírico e de seus atores sociais.

Acreditamos que estes efeitos de sentido nas charges atuam ideologicamente na construção social de representações de indivíduos e grupos, apoiando-se em informações noticiadas por uma mídia também ideologicamente posicionada e disseminando opiniões que irão ajudar a compor o ponto de vista do leitor sobre o assunto.

Vale ressaltar que não nos interessa (diretamente) as representações do profeta Maomé nas charges do Charlie Hebdo, mas sim as representações construídas nos discursos de charges brasileiras acerca do atentado ao semanário francês. A pesquisa tem por objetivo verificar como a produção discursiva (no momento pós-atentado) trabalha na prática social (nas representações do discurso das charges em análise), do ponto de vista de seus efeitos em lutas hegemônicas (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999), isto é, em lutas pelas representações deste evento, bem como dos atores sociais envolvidos.

Considerando isso, neste capítulo, desenvolvemos a análise discursiva com base nas reflexões feitas nos capítulos anteriores. Para isso, adotamos os seguintes passos durante esta pesquisa: 1) identificação das charges brasileiras que abordam a temática do atentado ao semanário satírico francês Charlie Hebdo; 2) coleta das charges disponibilizadas no site [www.chargeonline.com](http://www.chargeonline.com) e [www.folha.uol.com.br](http://www.folha.uol.com.br); 3) agrupamento das charges por temática e seleção das charges para compor a análise; 4) análise crítica textualmente orientada, a partir das categorias adotadas, dos componentes dos discursos das charges.

Foi coletado o total de 160 (cento e sessenta) charges veiculadas em jornais impressos nacionais, disponíveis no site [www.chargeonline.com](http://www.chargeonline.com) e [www.folha.uol.com.br](http://www.folha.uol.com.br), no período de 07 a 22 de janeiro de 2015. As charges foram agrupadas nas seguintes temáticas: (1) Chartistas vs. Terroristas, (2) Religiosidade, (3) Liberdade de Expressão e (4) Nacionalismo.

Como já mencionamos na introdução, essas temáticas foram escolhidas (e nomeadas) a partir de pontos de tensões observados entre as charges e o contexto do atentado, aparecendo como questões mais recorrentes nos discursos das charges.

Vale dizer que essa categorização não é ponto pacífico. Encontramos dificuldades por que algumas dessas charges poderiam se enquadrar em mais de uma categoria ou escapar a categorizações por motivos diversos. A categoria “Religiosidade”, por exemplo, talvez ficasse melhor encaixada como “Islamismo”, visto que é fundamentalmente de ações praticadas por agentes deste universo que estamos tratando.

Porém, entendemos que o acirramento das disputas religiosas travadas por tais agentes põe em cena aquelas religiões que esses agentes renegam. Depois, não podemos correr o risco de confundirmos todos os praticantes da religião islâmica com a prática de grupos fundamentalistas restritos. Embora entendamos que as fronteiras que limitam essas categorias não sejam precisas, satisfazem nossos objetivos de organização do corpus de análise.

Para compor o capítulo de análise, foram selecionadas três (03) charges de cada temática, totalizando doze (12) charges analisadas. As categorias adotadas na análise textual baseiam-se nos três significados do discurso presente em Fairclough (2001; 2003), recontextualizados da Linguística Sistêmica Funcional de Halliday (1991), a saber: intertextualidade, ligada ao significado acional do discurso; metáfora, ligada ao significado identificacional do discurso; e representação dos atores/eventos sociais, ligada ao significado representacional do discurso. Estas categorias possibilitam perceber como os discursos figuram enquanto modo de agir (gênero), modo de representar (discurso) e modo de identificar (estilo) nas práticas sociais.

Também, como forma de dar suporte a análise imagética, adotamos algumas das categorias abordadas na Gramática Visual de Kress e Van Leeuwen (2006), postuladas sob a forma de metafunções, também tributárias da linguística hallidayana. Analisaremos as imagens quanto a sua composição (Metafunção Composicional) e interação estabelecida entre os elementos no discurso imagético (Metafunção Interacional)<sup>35</sup>. Tal compreensão, como já mencionado, auxiliar-nos-á a perceber os efeitos de sentidos nos discursos das charges através do diálogo entre linguagem verbal e visual.

A Metafunção Interacional interessa-se pelas relações que os elementos visuais de determinada imagem estabelecem entre o observador e os personagens/objetos observados. Desta, destacamos a categoria Distância Social e Perspectiva.

---

<sup>35</sup> Não adotamos a Metafunção Representacional, que diz respeito a representação dos participantes no discurso imagético, por considerar que as categorias de Van Leeuwen (2008) já dão o suporte necessário a esta análise.

A Metafunção Composicional, como o próprio nome sugere, interessa-se pela composição do conjunto, ou seja, pela maneira pela qual os elementos de representação e interação são mobilizados de forma a relacionarem-se uns com os outros em um todo significativo. Desta Metafunção, destacamos a categoria de Valor de Informação.

No que tange à análise do funcionamento ideológico, adotamos a concepção proposta por Thompson (1995), que sistematiza sua teoria sob a forma de “modos de operação da ideologia”. Esses modos pelos quais a ideologia opera (por meio de estratégias de construção simbólicas) interessam-se pelas maneiras como os sentidos são mobilizados no mundo social e servem para reforçar pessoas e grupos que ocupam posições de poder. Os modos gerais adotados aqui são: Legitimação, Dissimulação, Unificação, Fragmentação e Reificação. Nossa intenção, neste ponto, é mapear construções ideológicas no discurso das charges.

A Legitimação, cita Thompson (1995), diz respeito a forma como as relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem representadas como legítimas, isto é, como justas e dignas de apoio. A Dissimulação consiste em ocultar, negar ou obscurecer relações de dominação. A Unificação diz respeito às construções simbólicas usadas de forma a interligar indivíduos em uma identidade coletiva, independentemente de suas diferenças. A Fragmentação consiste em segmentar indivíduos e grupos que possam ser capazes de desafiar interesses de grupos dominantes. A Reificação refere-se às relações de dominação que podem ser estabelecidas e sustentadas pela retratação de uma situação transitória, histórica, como se essa situação fosse permanente, natural e atemporal. Cada modo de operação possui categorias próprias que serão apresentadas durante a análise.

Antes de seguirmos com a análise, vale ressaltar que enquadraremos as charges aqui analisadas nas suas respectivas temáticas a partir do tema central de cada ilustração. Porém, é comum que as charges representem/discutam mais de um tema ao mesmo tempo (por exemplo, o tema liberdade de expressão aparece relacionado ao nacionalismo), o que apenas reforça o caráter heterogêneo do discurso da charge (apoiado em elementos dos vários campos sociais) citado anteriormente.

Dito isso, seguimos para análise do material selecionado, a começar pelas charges referentes à temática “Chargistas vs. Terroristas”.

### 5.3.1 Chargistas vs. Terroristas

Como já mencionamos, diversos chargistas em todo o mundo prestaram homenagem aos mortos no atentado a sede do jornal satírico Charlie Hebdo através de seus trabalhos. O

evento gerou grande repercussão, sobretudo porque quatro das vítimas do ataque (Cabu, Tignous, Charb e Wolinski) eram chargistas conhecidos e até mesmo respeitados/admirados (em especial o Wolinski, considerado uma lenda do cartum francês).

O clima de comoção gerado pelas mortes em muitas das charges coletadas se dá através de uma ideia de confronto entre os chargistas e os terroristas. Diante disso, resolvemos nomear esta como uma das temáticas de análise porque, como lembra Resende e Ramalho (2006, p. 78), uma das questões pertinentes à ADC “é investigar como se dá o embate discursivo entre identidades”.



Figura 1. Duke – 08/01/15 – O Tempo (MG)

**Fonte:** chargeonline.com

A primeira charge foi feita por Duke para o Jornal O Tempo e data de 08 de janeiro de 2015, um dia após o atentado. Inicialmente, no que tange às representações de atores sociais em imagens, adotamos aqui a categorização proposta por Van Leeuwen (2008). O autor propõe que a possibilidade de “inclusão” de atores sociais “agentes” ou “pacientes” em determinada representação possa ser “específica” (o ator representa um único indivíduo) ou “genérica” (quando o ator representa um grupo, raça e etnia), esta última subdividida em

termos "culturais" (atributos comuns a um grupo, como roupas, acessórios, penteados) ou "biológicos" (atributos ligados a características físicas).

Considerando a direção da leitura ocidental (da esquerda para direita), temos a representação do primeiro ator, que é apresentado vestindo trajes negros e segurando uma arma (representação genérica do típico terrorista islâmico). Esta representação retoma intertextualmente a imagem dos atiradores que, até a data de publicação da charge, havia sido divulgada através de um vídeo gravado pelo jornalista Martin Boudot, que trabalha em um edifício próximo do escritório do *Charlie Hebdo* e que filmou a saída dos terroristas da sede do semanário francês, pouco depois do ataque.

O conceito de intertextualidade foi cunhado por Kristeva (1974), a partir de suas reflexões sobre a obra de Bakhtin, especificamente, ao dialogismo, ou seja, diz respeito à forma como “todo texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto” (KRISTEVA, 1974, p. 64).

Fairclough (2001), que retoma essa perspectiva em sua análise discursiva, vai usar o termo para referir-se ao modo como os enunciados/textos<sup>36</sup> são moldados por textos anteriores aos quais eles estão “respondendo” e por textos subsequentes que eles “antecipam”. Sendo assim, todos os textos são essencialmente intertextuais, constituídos por elementos de textos outros, seja respondendo-os, reacentuando-os e/ou retrabalhando estes textos.

A partir do pensamento deste autor, Resende e Ramalho (2006) citam que a intertextualidade é uma questão de recontextualização, isto é, o movimento de um contexto a outro que acarreta transformações particulares que variam conforme o material é movimentado, bem como pela forma como ele figura no novo contexto. Desta forma, o chargista retoma ideologicamente uma imagem que já é de conhecimento do leitor (o vídeo circulou nos principais sites de notícia e canais de televisão mundiais), apoiado em uma informação noticiosa (visto que a charge insere-se no campo jornalístico) para atribuir uma representação ao personagem.

Este ator social é apresentado/representado com o corpo manchado de sangue. Quanto a isso, Resende e Ramalho (2006) citam que a recontextualização de determinados textos, bem como as formas pelas quais eles são representados, “dizem muito sobre o posicionamento político de um evento discursivo na rede de práticas sociais” (ibid, 101). O sangue escorre de sua roupa, arma e mãos, remetendo intertextualmente ao momento histórico

---

<sup>36</sup> Fairclough (2001) refere-se tanto a textos quanto a enunciados quando trata da intertextualidade.

em que a charge foi produzida: o ataque havia acontecido no dia anterior à publicação desta ilustração, por isso o sangue ainda estava fresco e escorrendo.

O sangue em sua mão pode produzir um efeito de sentido ideológico à medida que pode remeter à expressão popular “sujar as mãos de sangue”, como efeito de sentido de um ato condenável. A(s) ideologia(s), como lembra Van Dijk (2008), atua(m) através de sistemas socialmente organizados de forma a favorecer determinados tipos de interpretação.

Ao retratar o personagem como alguém com as mãos sujas de sangue, o chargista convida o leitor a associar a figura do terrorista a alguém culpado por um crime: neste caso, a morte de doze pessoas na redação do jornal francês. A metáfora da morte, produzida pela representação do sangue é reforçada pela figura da arma na outra mão, posicionada em simetria à mão ensanguentada, reforçando o efeito de culpa: a arma do crime e o crime são postos indiscutivelmente à vista do leitor.

Do lado oposto ao terrorista, os lápis são o segundo ator social genérico (visto que aparecem representando um grupo) cultural (com atributos comuns ao grupo) apresentado/representado na charge. Com relação à disposição dos elementos nas zonas imagéticas, consideramos a categoria Valor da Informação, que diz respeito à disposição dos elementos nas diversas “zonas” imagéticas (esquerda e direita, superior e inferior, centro e margem) de modo a dotá-las com os valores informativos específicos associados à cada zona.

De acordo com a divisão de zonas de composição imagética propostas por Kress e Van Leeuwen (2006), a posição esquerda corresponde ao dado/familiar, ao conhecido e ao natural, já a posição direita corresponde ao novo, ao desconhecido e ao problemático; a posição superior corresponde ao ideal e a posição inferior corresponde ao real; a posição de centro corresponde ao essencial e as posições de margem correspondem ao periférico.

Kress e Van Leeuwen (2006) lembram também que todas as culturas trabalham com as dimensões de margem e centro, esquerda e direita, superior e inferior, mesmo que seus significados e valores variem em decorrência de sistemas culturais, seja religiosos, filosóficos ou práticos.

A posição dos lápis, no canto superior do quadro (posição ideal, conforme o Valor de Informação), é uma posição cultural que denota poder, produzido por um efeito metafórico de superioridade, em oposição à imagem do terrorista, representado no canto inferior esquerdo (posição real, conforme o Valor de Informação), produzindo um efeito de sentido de inferioridade. Além de estarem em posições ideologicamente opostas, os atores sociais são representados em posições distintas/desiguais de poder.

Este efeito é reforçado pelo tamanho agigantado dos objetos, o que também é uma remissão ao efeito de sentido de força/poder. Os lápis aparecem aqui como uma metáfora da arma dos cartunistas que, após o ocorrido, começaram a produzir charges sobre tema. Mais uma vez a charge retoma intertextualmente informações noticiosas para produzir seu discurso.

Sobre a metáfora, Lakoff e Johnson (2002) afirmam que ela encontra-se inteiramente infiltrada na vida cotidiana, não somente na linguagem, como também no pensamento e na ação. Para eles, nosso sistema conceitual é metafórico por natureza, de modo que as metáforas são os elementos estruturantes do nosso pensamento, do nosso comportamento, da forma como nos relacionamos socialmente, bem como nosso sistema de conhecimento e crenças.

Considerando isso, Fairclough (2001) afirma que as metáforas não são apenas adornos estilísticos superficiais do discurso, elas também são elementos estruturantes do social. “Quando nós significamos coisas por meio de uma metáfora e não de outra, estamos construindo nossa realidade de uma maneira e não de outra” (ibid, p. 241).

Outra informação retomada está marcada no balão de texto da charge, que aparece com o seguinte enunciado: “RENDA-SE!!!”. Até a data de publicação da charge, os suspeitos do ataque ainda não haviam sido encontrados, segundo os noticiários. A perseguição terminou apenas no dia 09 de janeiro de 2015, quando as forças de segurança nacional francesas mataram os irmãos Chérif e Said Kouachi, autores do atentado contra o jornal, em uma cidade no Norte da França.

As cores dos lápis também podem atuar como uma metáfora de identificação dos países dos vários chargistas. Assim, a charge evidencia que chargistas de todos os lugares do mundo e de todos os estilos estão “apontando” na direção do atentado ao jornal Charlie Hebdo, produzindo um efeito de sentido de união.

As figuras dos lápis podem figurar também como uma metáfora de armas. Este efeito de sentido é reforçado pelo “RENDA-SE!!!”, expressão retomada intertextualmente e que remete ao discurso policial. Ao passo em que a metralhadora é a arma do atirador, o lápis é a arma do chargista. Considerando isso, na imagem, é possível perceber que a arma do chargista é mais poderosa (e as exclamações da fala reforçam o efeito de sentido da figura do chargista) que a arma do atirador que, por sua vez, não vê outra escolha a não ser render-se.

Considerando a disposição dos personagens, representar os lápis como atores sociais ativos, que apontam suas “armas” na direção do culpado, busca representar o terrorista como um ator social passivo, que não vê escolha a não ser render-se. Isso também reforça a ideia de posições desiguais de poder.

Os modos de operação ideológicos, a partir dos efeitos de sentidos ofertados na charge, isto é, as estratégias pelas quais o discurso da charge oferta representações dos personagens, é a Racionalização (categoria da Legitimação) e o Expurgo do Outro (categoria da Fragmentação). A Racionalização é, segundo Thompson (1995), o modo pelo qual se constrói uma cadeia de raciocínio de forma a defender ou justificar determinadas relações com o objetivo de conseguir o apoio da audiência. No caso da charge, através do uso ideológico de representações metafóricas, o chargista constrói uma cadeia de raciocínio buscando legitimar sua posição e conseguir o apoio do leitor.

O Expurgo do Outro, conforme explica o autor, consiste na construção de um inimigo comum (os terroristas) contra o qual os indivíduos (os chargistas) são chamados a resistir coletivamente e a expurgá-lo. A seguir, analisaremos a segunda charge na mesma categoria.

### Charge 2



Figura 2. Jarbas – 07/01/15 – Diário de Pernambuco  
Fonte: chargeonline.com

A segunda charge foi feita por Jarbas para o Jornal Diário de Pernambuco e data de 07 de janeiro de 2015, dia do atentado. As zonas de disposição de elementos na charge são parecidas com a anterior (com elementos que ocupam a posição inferior/esquerda e superior/direita), porém, os efeitos de sentidos ofertados são diferentes. Quanto a isso, na representação de atores sociais, Resende e Ramalho (2006, p. 106-107) defendem que a análise deve preocupar-se em comparar “diferentes representações do mesmo evento ou

eventos semelhantes, na perspectiva de como representam, preferencialmente certos atores”. O primeiro ator social de destaque, que ocupa boa parte da posição central e direita/superior do quadro, é o terrorista. Mais uma vez a charge retoma a figura mascarada, armada e de trajes negros veiculada pela mídia momentos após o atentado para construir ideologicamente a representação do personagem (marcas de intertextualidade). Porém, diferente do desenho anterior, agora os personagens são representados em proporções mais próximas aos seus tamanhos reais.

A fumaça branca que sai do cano de sua arma aparece como um índice que remete a seu uso recente. Este efeito de sentido pode designar a proximidade temporal em que a charge foi produzida, isto é, no mesmo dia do atentado. O forte tom de vermelho no fundo da imagem também pode reforçar a ideia de tragédia/morte/sangue derramado, reforçando ideologicamente a relação que os elementos imagéticos têm com a tragédia do dia 7 de janeiro.

O terrorista, que se encontra em movimento (leitura atribuída a sua postura corporal), possivelmente fugindo do local do crime, não percebe que está prestes a pisar na ponta de um lápis, visto que a posição da cabeça e dos olhos sinaliza que ele está olhando para frente. Considerando o Valor de Informação, o terrorista é posicionado no canto superior do quadro (posição ideal), que é, como mencionado anteriormente, uma posição cultural que ideologicamente denota poder, na posição metafórica de superioridade, em oposição à imagem do lápis, representado no canto inferior esquerdo (posição real), na posição metafórica de inferioridade.

Outro elemento perceptível é a Perspectiva. Segundo Kress e Van Leeuwen (2006), a Perspectiva diz respeito ao ângulo na imagem e que implica na possibilidade de expressar atitudes subjetivas em relação aos participantes representados (humanos ou não) e seus espectadores. A Perspectiva figura a partir de três ângulos: frontal (relação de envolvimento entre observador e observado), oblíquo (relação de distanciamento entre observador e observado) e vertical (relações de poder variadas conforme o posicionamento – de cima para baixo, de baixo para cima ou no nível ocular).

Na imagem, a Perspectiva figura no plano *Contra-plongê*, que é usado para representar uma cena de baixo para cima a partir da perspectiva do observador. Este plano geralmente é utilizado para produzir efeito de sentidos associados a poder, grandeza e ameaça em relação ao olhar do observador que é convidado – efeito ideológico – a assumir a perspectiva do lápis.

Tanto a perspectiva de plano, quanto a disposição de elementos nas zonas imagéticas procuram produzir um efeito de sentido de superioridade do terrorista em relação ao lápis para, em seguida, convidar o leitor a desconstruí-la no decorrer da cena.

O terrorista é apresentado com um ator social “agente” e o lápis, o segundo personagem, é representado como o ator social “paciente”. A ação, ainda em movimento (do terrorista de pisar no lápis descalço), é posta como elemento central e de maior destaque na imagem, conforme a categoria Valor de Informação. O lápis, enquanto ator social paciente, apenas aguarda a conclusão da cena, uma espécie de contra-ataque.

Com isso, o enunciador adota como uma estratégia ideológica direcionar o leitor para o desfecho da cena, convidando-o a suprir as lacunas de significação da ação sugerida, de forma a dar coerência à interpretação que faz. Esta escolha do chargista por sugerir uma imagem em movimento (e não apenas a conclusão da ação, como poderia ter feito também) pode remeter à ideia de que até aquele momento os responsáveis pelo ataque ainda estavam em fuga.

Esta representação produz um efeito de sentido de que o terrorista ainda não sofreu por seus atos, isto é, pisar no lápis e ferir-se (na charge) ou, da mesma forma, sofrer as consequências de ter tirado a vida de 12 pessoas (no evento real). Ao passo que produz este efeito de sentido, a charge sugere também que em breve (no momento seguinte) a ação terá seu desfecho, levando às consequências de seus atos.

Tal ação pode remeter também à expressão popular “Não saber onde está pisando”, que comumente significa “Não saber o que lhe aguarda” ou “Não estar preparado para o por vir”. O terrorista, representado descalço, não aparenta ter noção do quão grave será o ferimento causado pela ponta (afiada) do lápis.

Mais uma vez o modo de operação da ideologia presentes na charge é a Racionalização, no qual o uso de metáforas visuais atua na construção argumentativa do enunciador, buscando legitimar sua posição e conseguir o apoio do leitor. A proposição do enunciador parece mostrar que o poder do chargista é o seu instrumento de desenho, portanto, o lápis e, ao mesmo tempo, manifestar seu desejo de que o terrorista “se estrepe”.

Ele faz isto indicando ao leitor através de algo que ainda vai acontecer (neste caso, a possível punição dos terroristas pelo ataque e as mortes) e não propriamente para o acontecido em si, embora alguns elementos sejam retomados de modo a contextualizar o evento (como a fumaça que sai do cano da arma). Fica evidente o efeito de sentido produzido,

compreendendo-se que o lápis (enquanto objeto do chargista), assim como a arma, também é capaz de ferir.

Nas duas charges analisadas, os sentidos são mobilizados ideologicamente através do uso de metáforas, de forma a legitimar simbolicamente o grupo dos chargistas, que ocupa uma posição de poder, ainda quando aparente o contrário (como no caso desta segunda charge), em relação aos terroristas.

### Charge 3

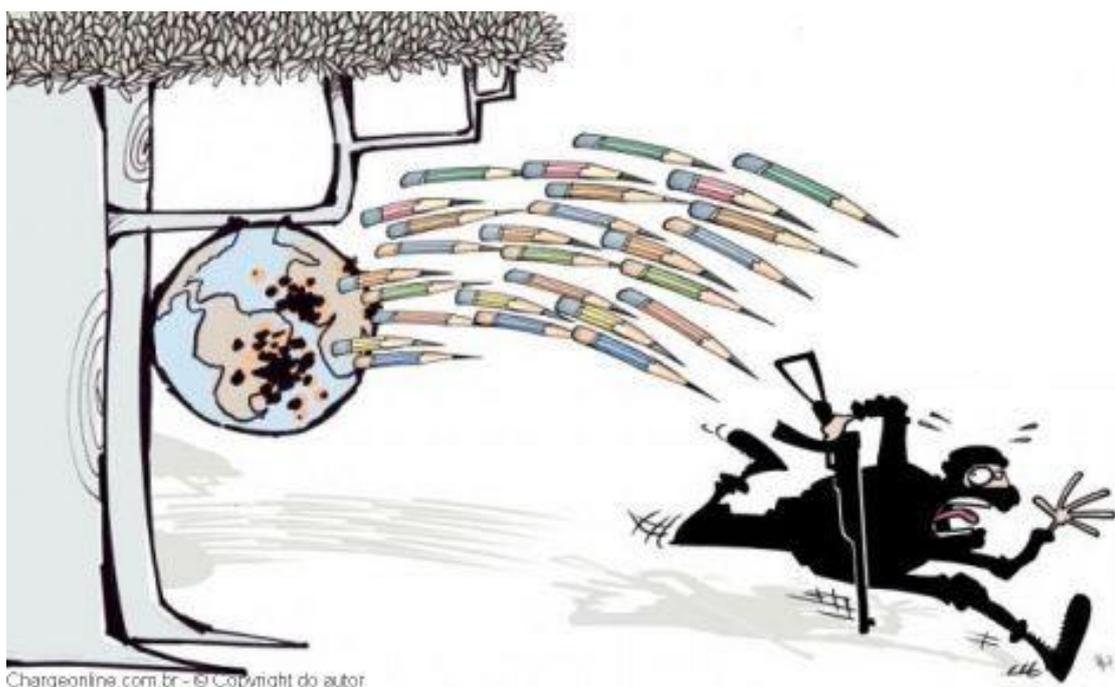


Figura 3. Paixão – 10/01/15 – Gazeta do Povo  
Fonte: chargeonline.com

A terceira charge, de autoria de Paixão, publicada no Jornal Gazeta do Povo, data de 10 de janeiro de 2015. De acordo com a divisão de zonas de composição imagética propostas por Kress e Van Leeuwen (2006), na posição esquerda corresponde ao dado/familiar, representado pela figura do globo terrestre. Ao centro, que corresponde à posição de destaque da imagem (posição essencial), vários lápis, saindo de dentro do globo avançando em direção ao terrorista (também representado caracterizado partir da imagem veiculada pela mídia), na posição direita, correspondente ao problemático.

Ainda com relação ao posicionamento dos elementos nas zonas imagéticas, os lápis também se encontram em uma posição superior em relação ao terrorista. Sobre a representação dos atores sociais, tanto os lápis quanto o terrorista são personagens agentes (visto que ambos desempenham uma ação), porém, a cada um deles é atribuída uma ação com

conotações diferentes, produzindo efeitos ideológicos diversos: ao passo que os lápis avançam/atacam (o que produz um efeito de sentido de força/poder, reforçado pela posição destes elementos na imagem), o terrorista foge desesperado.

O efeito de sentido de desespero do terrorista é produzido através de metáforas comumente usadas em narrativas gráficas, como o uso de riscos alinhados para sinalizar movimento abrupto e o uso de gotas junto à expressão facial para reforçar a ideia de nervosismo. Soma-se a isso sua posição na zona imagética, que reforça ideologicamente o sentido de inferioridade na representação do personagem.

Os lápis assumem o papel de atores sociais genéricos, isto é, estão ali para representar metaforicamente o grupo dos chargistas, mais especificamente dos que voltaram seus trabalhos à crítica do atentado. O uso das várias cores na representação dos lápis aparece mais uma vez como indicativo dos vários lugares de origem dos chargistas, agora mais claramente percebido devido à presença do globo terrestre. Neste sentido, Vieira (2010) ressalta que, assim como nas metáforas verbais, no qual palavras “assumem o lugar” de outras, nas metáforas visuais, imagens podem abrigar outras imagens, funcionando elas mesmas como contexto de outras imagens.

O globo terrestre, que é a representação metafórica de uma colmeia (efeito de sentido reforçado pela árvore que a sustenta), aparece com marcas de tiro supostamente feitas pela arma que o terrorista carrega. As marcas de tiro aparecem como uma metáfora que remete intertextualmente ao atentado contra o jornal Charlie Hebdo.

Os lápis que avançam contra o personagem podem representar tanto uma metáfora dos chargistas, quanto uma metáfora de um enxame de abelhas. Resende e Ramalho (2006) indicam o uso de metáforas como estratégia ideológica para acentuar determinadas características de um indivíduo ou grupo, de forma a atribuir-lhes determinadas qualidades. Abelhas são culturalmente associadas à ideia de coletividade, união e cooperação. Na charge, essas qualidades são ideologicamente associadas à figura dos chargistas.

Neste caso, a união dos trabalhos é voltada para o ataque aos terroristas que perpetraram o atentado ao semanário francês. A imagem também pode remeter à expressão popular “*Mexeu com um, mexeu com todos!*”, que reforça o sentido de coletividade. Contextualmente, este sentimento de coletividade que existia em defesa do semanário francês já estava profundamente marcado, por exemplo, no lema “Eu sou Charlie”.

Mais uma vez, as metáforas são usadas na construção de um inimigo comum (Expurgo do Outro) contra o qual os chargistas são chamados a resistir coletivamente e expurgá-lo.

Também, assim como nas charges anteriores, existe a representação do confronto ideológico entre armas, de um lado a metralhadora e do outro os lápis, onde mais uma vez a arma do chargista é representada como mais forte que a arma do terrorista.

### 5.3.2 Religiosidade

#### Charge 4

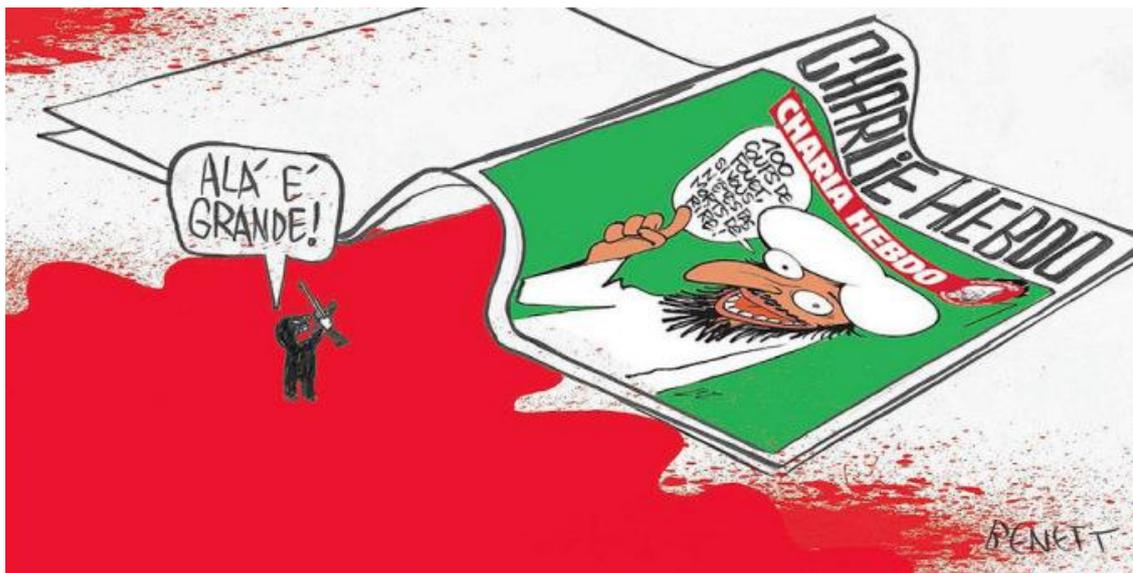


Figura 4. Benett – 08/01/15

Fonte: folha.uol.com.br

A quarta charge foi feita por Benett para o Jornal Folha de São Paulo e data de 08 de janeiro de 2015. O primeiro ator social de destaque na charge, posicionado na zona de disposição central, é um exemplar do jornal Charlie Hebdo. A figura retoma intertextualmente a capa de uma edição veiculada em 2011, tida como uma das mais polêmicas e emblemáticas do jornal.

Na época em que esta capa foi veiculada, horas antes da edição do Charlie Hebdo chegar às bancas, a sede do semanário francês foi alvo de um ataque com bomba incendiária, supostamente em represália a publicação de uma charge lançada pelo jornal nas redes sociais em que o líder do grupo Estado Islâmico, al-Baghdadi, aparecia desejando votos de Ano Novo.

A capa da edição mostrada na charge traz o profeta Maomé, apresentado como editor convidado da semana, e um balão de fala com o texto "100 chicotadas se você não morrer de rir". O jornal traz como título da publicação "Charia Hebdo", em referência à *sharia* que,

como já mencionamos anteriormente, refere-se ao conjunto de leis da religião islâmica que orienta todos os aspectos da vida de um muçulmano.

Quanto a isso, Resende e Ramalho (2006, p. 106) lembram que “as maneiras como os atores sociais são representados em textos podem indicar posicionamentos ideológicos em relação a eles e suas atividades”. A capa então pode figurar como um representativo metafórico da linha editorial, voltada à crítica religiosa e ao humor ácido, adotada pelo jornal. Da mesma forma, a charge procura evidenciar que esta mesma linha editorial polêmica (como no caso da capa representada) foi a responsável pela morte das vítimas do atentado à sede do jornal.

A imagem parece remeter também ao incidente que aconteceu no dia anterior à data de publicação desta charge. Na charge, o jornal figura como uma metáfora do prédio do semanário francês, de modo que a dobradura das páginas representa a entrada do edifício.

De frente ao jornal, na zona inferior esquerda, encontra-se o segundo ator social, o terrorista, representado tal qual nas charges anteriores. O terrorista, de frente ao jornal, grita: “ALÁ É GRANDE!”. De acordo com o relato da jornalista Sigolène Vinson<sup>37</sup>, que era uma das reféns no prédio, após o ataque os terroristas saíram gritando “*Allahu akbar!*”, que significa “ALÁ É GRANDE!”. Assim, a charge apoia-se no discurso noticioso/jornalístico para construir seu relato acerca do atentado (intertextualidade).

Essa expressão é comumente associada ao fundamentalismo muçumano, visto que muitos extremistas muçulmanos gritam “*Allahu Akbar*” antes de seus atos de barbárie, semelhante a um grito de guerra (embora o sentido original da expressão não seja este). A postura agressiva do personagem, tanto no gestual quanto na fala, produzem ideologicamente um efeito de sentido de radicalismo religioso.

O terrorista é apresentado como o ator social agente, que aparece empunhando sua arma após o ataque, enquanto o jornal é apresentado como um ator social paciente, que aparece tomado por uma grande quantidade de sangue, metáfora das muitas vítimas do ataque. Ao passo que o terrorista representa um ator social específico, o jornal representa um ator social genérico, representando o corpo editorial do semanário.

A Perspectiva da imagem figura no plano *Plongê*, que é usado para representar uma cena de cima para baixo a partir da perspectiva do observador. Este plano geralmente é utilizado para transmitir efeito de sentidos ideológicos associados, dentre outras coisas, à ideia de inferioridade em relação ao olhar do observador, em posição de aparente superioridade.

---

<sup>37</sup>Ver: <http://www.mirror.co.uk/news/world-news/charlie-hebdo-journalist-spared-death-4944154>

Esse efeito de sentido de inferioridade gerado em relação ao personagem é reforçado ideologicamente pelo tamanho reduzido do personagem e pelo distanciamento (físico e figurativo) que o observador tem em relação ao observado, como é comum em imagens que utilizam o Plano Aberto como enquadramento, conforme explica a categoria da Distância Social, que diz respeito ao plano em que a imagem figura (close-up, plano médio e plano aberto).

Essa relação de inferioridade pode ser associada também ao ato cometido pelo personagem. Tirar a vida de alguém, mesmo que este zombe de sua opção religião, é retratado como pequeno/covarde praticado por uma pessoa pequena/covarde. Com isso, tirar a vida de alguém em nome de Deus “GRANDE”, não é retratado como um ato de grandeza, ao invés disso, o efeito de sentido produzido é justamente o inverso. Com isso, mais uma vez, o modo de operação da ideologia é a Racionalização.

#### Charge 5



Figura 5. Jarbas – 10/01/15 – Diário de Pernambuco  
Fonte: chargeonline.com

A quinta charge foi feita por Jarbas para o Jornal Diário de Pernambuco e data de 10 de janeiro de 2015, um dia após os responsáveis do atentado terem sido encontrados e mortos

em um confronto com a polícia francesa. Diferente das outras, esta charge constrói sua narrativa a partir de dois quadros<sup>38</sup>.

Na charge, o primeiro quadro divide a imagem em dois planos. No primeiro plano estão representadas as figuras de uma mulher e um menino (na posição de maior destaque da imagem). A personagem usa uma burca, que é uma vestimenta utilizada por mulheres muçulmanas para cobrir-se dos pés à cabeça. Seu objetivo é esconder o corpo como um todo, incluindo o rosto. A sua única abertura é uma rede de malha que condiciona o campo de visão feminino. Outro personagem em primeiro plano é o garoto, que usa em sua cabeça um *tarbush*, isto é, um pequeno chapéu de feltro usado por muçulmanos.

O enunciador retoma intertextualmente elementos da cultura/identidade muçulmana para caracterizar os atores sociais na cena. Aqui, o modo de operação da ideologia é a Unificação, usadas de forma a interligar indivíduos em uma identidade coletiva, independentemente de suas diferenças, através de estratégias de construção simbólica. A categoria deste modo de operação presente nessa representação é a Simbolização da Unidade, que é a construção de símbolos coletivos de unidade, identidade e identificação.

Na imagem, eles são representados como atores pacientes (ninguém pratica uma ação na cena), genéricos (representam o muçulmano, como veremos adiante) e culturais (utilizam vestimentas comuns aos muçulmanos). As demais zonas imagéticas marginais são ocupadas por personagens em segundo plano: atores sociais com características grupais, em que nenhum personagem se destaca dos demais (homogeneização). A Distância Social da imagem figura em um Plano Médio (dos joelhos à cabeça), que possibilita uma contextualização média, ao passo que gera uma aproximação intermediária com os personagens na cena.

O primeiro quadro é utilizado para contextualizar os personagens na cena, onde a expressão predominante é de tranquilidade. Já no segundo quadro, o atirador (representação intertextualizada) aparece com um lápis na mão desenhando cifres e uma boca com dentes pontudos na burca da mulher. Aqui, o personagem é representado como um ator social agente.

No desenho feito pelo atirador, o enunciador retoma ideologicamente elementos do discurso/campo religioso, mais especificamente, da mitologia cristã, em que cifres e dentes pontudos são característicos da figura do diabo – personagem representativo do mal (intertextualidade). Assim, o atirador “demoniza” metaforicamente a figura da mulher muçulmana, e, como consequência, os personagens em segundo plano fogem.

---

<sup>38</sup> Embora este tipo de narrativa gráfica seja comumente associado a tirinhas de humor, consideramos que esta figura, mesmo dividida em dois quadros, ainda se caracterize como uma charge. Tirinhas são narrativas de humor que contam histórias atemporais, com personagens fictícios, geralmente em três quadros – não é o caso desta figura.

A charge aparenta representar nos dois quadros dois momentos temporais distintos. No primeiro quadro temos o momento pré-atentado, no qual a população (ocidentalizada através das vestes) convive tranquilamente (como é perceptível nas metáforas das expressões faciais) com os personagens mulçumanos. No segundo quadro, temos o momento pós-atentado, caracterizado pela figura do atirador (e sua ação na cena), que leva a população a demonizar os personagens mulçumanos.

A representação da mulher e da criança também pode remeter a outro efeito de sentido ideológico no discurso do chargista. Suas imagens são culturalmente associadas, no imaginário popular, à representação da pureza, da fragilidade e inocência. Porém, por mais que sejam inocentes, a charge evidencia a “demonização” (na representação dos chifres e dentes) da figura mulçumana (representação genérica dos personagens) após a ação do atirador.

Outras metáforas constituem as expressões faciais dos personagens: a mulher e a criança esboçam uma reação de surpresa/espanto (representado nos três riscos de ação próximo ao rosto). Os olhos destes personagens também expressam apreensão/tristeza, já os olhos do atirador, pelo franzir da sobrancelha, denotam maldade/raiva.

A burca pode também figurar como uma representação do islamismo (já que é um símbolo representativo desta religião), no qual o terrorista é mostrado como o responsável por demonizar (coletivamente) aqueles que adotam esta religião, mesmo que estas sejam pessoas inocentes. Aqui, mais uma vez o modo de operação da ideologia é a Simbolização da Unidade.

Contextualmente, após o atentado, uma das principais preocupações por parte de organizações muçulmanas é que a islamofobia e a xenofobia possa se generalizar na França, sobretudo devido aos discursos da direita conservadora da política francesa, em especial Marine Le Pen, a líder do Frente Nacional, incitando o país a combater o fundamentalismo islâmico que estaria profundamente “infiltrado” na sociedade. A mesma preocupação se estende às charges feitas em “homenagem” aos chargistas e que representaram o atentado.

Mais uma vez, o lápis aparece como um elemento de produção de sentido na construção discursiva da charge, podendo dialogar intertextualmente à preocupação pós-atentado que as organizações muçulmanas tinham para com as charges que “homenageavam” o Charlie Hebdo. Esta preocupação era que estas charges ajudassem a propagar o discurso de ódio contra a religião islâmica, algo já propagado (e intensificado no pós-atentado) nos discursos da direita conservadora xenófoba da política francesa (em especial do partido Frente

Nacional), que incitava o país a combater o fundamentalismo islâmico “infiltrado” na sociedade.

A charge pode sugerir uma resposta a esta preocupação, demonstrando que os responsáveis por incitar a islamofobia não seriam as homenagens feitas pelos chargistas, mas sim a própria ação do atirador mulçumano, visto que é ele quem está com o lápis na mão e é ele que usa o lápis para “demonizar” o islamismo.

### Charge 6



- Calma, a culpa não é sua. Eles não sabem o que fazem...

Figura 6. Jacobsen – 08/01/15

Fonte: chargeonline.com

A sexta charge foi feita por Jacobsen para o site [chargeonline.com](http://chargeonline.com) e data de 08 de janeiro de 2015. Na zona imagética essencial, temos os atores sociais que interagem (agentes) ao centro da imagem. Inicialmente podemos perceber a intertextualidade do discurso da charge com o campo religioso, no qual elementos são retomados na construção dos dizeres acerca do evento referido, isto é, do atentado ao Charlie Hebdo.

Os personagens representados, considerando suas fisionomias e vestimentas, são Jesus, Maomé e Buda, líderes espirituais do cristianismo, islamismo e budismo. Estes personagens tanto podem figurar como atores sociais específicos, representando a si mesmos enquanto indivíduos, quanto atores genéricos/culturais, como representativos de suas respectivas religiões.

A imagem se apresenta em Plano Aberto (Distância Social) com foco para a contextualização dos atores no cenário. Nas zonas periféricas/marginais da imagem, as nuvens e os tons de azul e branco do cenário indicam que os personagens estão no céu (metáfora) da tradição cultural cristã (o que permite inferir que a charge é dirigida para cristãos).

Jesus e Buda aparentam consolar Maomé, que cobre o rosto com a mão, em aparente tom de lamento/choro. Esta forma de representar Maomé (com a face coberta) é uma referência a algumas representações da arte islâmica que retratam o profeta Maomé<sup>39</sup> com o rosto encoberto (intertextualidade).

O elemento verbal da imagem é um intertexto do discurso religioso: “- Calma, a culpa não é sua. Eles não sabem o que fazem...”. A frase remete a passagem da bíblia cristã "Pai, perdoai-os porque eles não sabem o que fazem." (Lucas, 23:34), que foi dita em forma de prece por Jesus Cristo para que Deus perdoasse a ignorância daqueles que o crucificavam.

Jesus retoma essa passagem para consolar Maomé (“Calma, a culpa não é sua.”) diante da ignorância “deles”, referindo-se aos responsáveis pelo massacre à sede do semanário francês e que saíram do prédio gritando “O Profeta foi Vingado!” (intertextualidade).

O enunciado “Eles não sabem o que fazem” produz um efeito de sentido ideológico de que os responsáveis pelo ataque não aprenderam corretamente os ensinamentos do profeta islâmico, o que deixa também a entender que a violência não é um preceito da religião islâmica. Ao passo que a charge critica o fanatismo religioso radical, ela evidencia que esta postura não é condizente com o comportamento do religioso islâmico que segue os ensinamentos do profeta Maomé.

O modo de operação da ideologia percebível na charge é a Eufemização, categoria da Dissimulação, e que diz respeito ao modo como ações, instituições ou relações sociais são descritas ou redescritas de forma a assumir uma valorização positiva (THOMPSON, 1995). Na imagem, a ação do terrorista de matar os chargistas em nome de Maomé é (re)descrita ideologicamente por outra perspectiva, atribuindo-lhe ao profeta (e sua religião) uma valorização positiva e à ação do terrorista, uma valorização negativa.

O efeito de sentido mais forte, neste caso, é isentar a religião islâmica de responsabilidade pelo atentado e, deste modo, enfatizar que tal fato resulta da ação de pessoas isoladas, “que não sabem o que fazem”. Assim, destaca-se a preocupação contra a generalização e contra a islamofobia gerada pelo atentado.

---

<sup>39</sup> Algumas vertentes menos tradicionalistas da religião islâmica aceitam representações do profeta Maomé, utilizando-as inclusive como artigo de decoração.

### 3.3.3 Liberdade de Expressão

#### Charge 7



Figura 7. Lailson – 08/01/15

Fonte: chargeonline.com

A sétima charge foi feita por Lailson para o site [chargeonline.com](http://chargeonline.com) e data de 08 de janeiro de 2015. A imagem retoma intertextualmente o quadro intitulado *La Liberté guidant le peuple* (em francês, A Liberdade Guiando o Povo), de Delacroix, em que uma mulher, como símbolo da liberdade, guia o povo por cima dos corpos dos derrotados, conduzindo a bandeira da França em uma mão e um mosquete na outra.

O quadro representa os valores da Revolução Francesa, cujo lema "liberté, égalité, fraternité" (liberdade, igualdade, fraternidade) passou a ser associado à imagem da França (cuja bandeira é carregada pela "Liberdade") e tornou-se a base do pensamento dos regimes democráticos no mundo.

Resende e Ramalho (2006) lembram que o movimento de recontextualização (intertextualidade) produz transformações particulares, dependendo da forma como estes elementos são movimentados, bem como da forma que eles figuram no novo contexto. A

seleção de vozes nessa recontextualização, citam as autoras, e as maneiras como elas são representadas sinalizam o posicionamento político/ideológico do autor no texto, inserido-o em determinada conjuntura: as lutas de poder. Com isso, essa representação histórica é recontextualizada ideologicamente pelo chargista com o intuito de construir sua argumentação.

Na charge, a mulher (na zona essencial da imagem) carrega um pincel de pelo na mão (instrumento muito usado por ilustradores/artistas) ao invés do mosquete, assim como o personagem que aparece em segundo plano. O instrumento artístico pode servir como uma metáfora para a Liberdade de Expressão, retomando e ressignificando o efeito de sentido de Liberdade atribuído à mulher no quadro de Delacroix. Com isso, o chargista apresenta/representa a Liberdade de Expressão como uma bandeira francesa.

Nas zonas secundárias (periféricas) da imagem estão presentes outros atores sociais, os terroristas do atentado ao Charlie Hebdo (intertextualidade), que disparam suas armas contra os personagens no centro da imagem. Com isso, o quadro de Delacroix também é uma reprodução metafórica do atentado ao jornal francês, no qual as vítimas mortas pelos terroristas no ataque são (re)contextualizadas (Plano Aberto – Distância Social) no lugar das pessoas mortas na pintura original.

As expressões nos olhos dos terroristas, bem como as expressões de sofrimento no rosto dos personagens de centro reforçam o efeito violência/crueldade do ataque. Observa-se também que a mulher, como símbolo da liberdade, apresenta marcas de tiros no peito. Assim, o chargista produz um efeito de sentido metafórico a partir do qual o ataque contra o Charlie Hebdo é também um ataque contra a Liberdade de Expressão e, por isso, contra a própria França.

Fairclough (2001, p. 241) cita que “todos os tipos de metáforas realçam ou encobrem certos aspectos do que se representa”. Para ele, as representações metafóricas de determinados elementos possibilitam acentuar ou mesmo alterar ideologicamente características dos discursos nas quais figuram, contribuindo para a reprodução, manutenção (naturalização) ou transformação de determinados dizeres circulantes em sociedade.

Ao representar estes atores sociais envolvidos (da maneira como os apresenta) em uma situação de confronto, em que a figura do terrorista leva vantagem sobre a figura da mulher (atacada/baleada), o chargista posiciona-se ideologicamente em favor daqueles que defendem o posicionamento do semanário francês, procurando reproduzir/legitimar socialmente (através dessa remissão histórica) este posicionamento na luta hegemônica.

O modo operante é a Reificação, no qual o enunciador retoma um evento histórico para justificar que o ataque ao semanário francês foi um ataque à Liberdade de Expressão. Por meio da Naturalização, que consiste em uma criação social e histórica ser tratada como um acontecimento natural ou resultado inevitável de características naturais (THOMPSON, 1995), a Liberdade de Expressão é posta como algo inerente a identidade francesa e, como tal, o Charlie Hebdo teria todo o direito de ridicularizar a religião islâmica sem sofrer retaliações.

### Charge 8



Figura 8. Santiago – 10/01/15  
Fonte: chargeonline.com

A oitava charge foi feita por Santiago para o site [chargeonline.com](http://chargeonline.com) e data de 10 de janeiro de 2015. A imagem representa vários atores sociais genéricos (representando mulçumanos) e culturais (representação feita através das vestimentas e barbas). Os personagens, que disparam (agentes) contra uma nuvem, ocupam a posição inferior da imagem, o que pode produzir efeitos de sentidos negativos/de inferioridade.

Observe-se que os atiradores não alvejam pessoas, mas um balão de fala, típico das histórias em quadrinhos. O balão de fala representa a Liberdade de Expressão, tema bem recorrente nas discussões de posicionamentos sobre o ataque ao Charlie Hebdo (intertextualidade). Considerando o contexto na qual está inserida, a charge enuncia também,

em última instância, o alvo do ataque aos chargistas do jornal Charlie Hebdo, a Liberdade de Expressão.

A imagem figura em Plano Aberto (Distância Social), permitindo a contextualização do leitor com o cenário. As dunas de areia ao fundo, somadas às vestimentas dos personagens, remetem intertextualmente a um país árabe, culturalmente associado à imagem do mulçumano.

O modo operante da ideologia na charge é a Unificação, que diz respeito, como já mencionamos, às construções simbólicas usadas de forma a interligar indivíduos numa identidade coletiva, independentemente de suas diferenças. A Unificação figura nesta charge como Simbolização da Unidade, através da construção de uma identidade mulçumana atrelada a valores negativos.

Neste sentido, as expressões faciais dos personagens produzem uma ideia de maldade/violência/agressividade, reforçando os efeitos de sentidos atribuídos às suas ações. Os personagens são também ideologicamente representados como extremamente intolerantes, vistos que eles disparam com violência contra algo com uma fisionomia parecida a um balão de ideia.

Ainda sobre a inclusão dos atores sociais na cena, ela é feita a partir de uma representação grupal por homogeneização. Van Leeuwen (2008) lembra que este tipo de representação pode servir de estratégia para mostrar as pessoas como grupos homogêneos, negando-lhes assim características e diferenças individuais ("eles são todos iguais"), ou também como estratégia para atribuir conotações culturais negativas aos personagens.

Uma questão que também é pertinente à análise intertextual, conforme afirmam Resende e Ramalho (2006), é perceber que enunciados são excluídos (embora esse processo não seja facilmente perceptível) na constituição de determinados textos. Aqui, a exclusão ideológica da figura do terrorista (adotada nas charges anteriores), em prol da figura do mulçumano, identificada genericamente da mesma forma (como mau, violento e intolerante), atribui efeitos de sentidos negativos não apenas ao fundamentalismo islâmico, mas também a religião islâmica como um todo.

Neste sentido, Hall (2005) lembra que os sujeitos assumem identidades diferentes em diferentes momentos, conforme são representados ou interpelados ideologicamente nos sistemas culturais que os rodeiam. Também, por meio da construção discursiva da charge, o chargista posiciona-se indiretamente no lado daqueles que defendem que o ataque ao Charlie Hebdo foi um ataque à Liberdade de Expressão.

## Charge 9



Figura 9. Genildo – 08/01/15  
Fonte: chargeonline.com

A nona charge foi feita por Genildo para o [chargeonline.com](http://chargeonline.com) e data de 08 de janeiro de 2015. A charge traz na zona central da imagem um bloco de notas com o lema da Revolução de 1789: “LIBERTÉ”, “ÉGALITÉ”, “FRATERNITÉ” (liberdade, igualdade, fraternidade). Como dito anteriormente, esse foi o lema da Revolução Francesa (1789-1799) e que se transformou nos princípios que regem a República Francesa (intertextualidade).

O lápis, com o qual supostamente foi escrito o lema “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” carrega as cores da bandeira francesa. Através da relação ideológica com as cores, o lápis atua como uma metáfora representativa da França, procurando reforçar a relação entre os três princípios e o país.

Vieira (2010) cita que as metáforas visuais são constituídas pela sua similaridade na aparência. “As imagens representam objetos porque apresentam similaridades que se apoiam em qualidades específicas” (VIEIRA, 2010, p. 54). Assim, as metáforas visuais estabelecem

um paralelo entre o caráter representativo do signo, seu significado e algo diferente dele (convencionado culturalmente).

As cores da bandeira francesa também estão presentes no branco do papel, no azul das palavras e no vermelho do sangue, que aparece riscando o princípio da Liberdade (“LIBERTÉ”). Através destas ações ideológicas, a imagem retoma um discurso histórico para evidenciar que o princípio da Liberdade foi riscado com o sangue derramado pelas vítimas do atentado ao Charlie Hebdo, aqui referenciado mais uma vez pela metáfora do lápis (comumente associado ao desenhista).

Com isso, o enunciador aparenta produzir um efeito de sentido de coletividade, postulando que o ataque não foi apenas à sede do semanário francês, mais sim a um princípio francês garantido constitucionalmente. O evento social, isto é, o ataque ao jornal Charlie Hebdo, é representado a partir de uma ideia de nacionalismo.

Na charge, o modo operante é a Reificação, no qual o enunciador retoma elementos de valor histórico para argumentar que o ataque ao semanário francês foi um ataque a Liberdade de Expressão. Mais uma vez, por meio da Naturalização, a Liberdade de Expressão é posta como algo inerente a identidade francesa e, por consequência, o Charlie Hebdo teria todo o direito de ridicularizar a religião islâmica sem restrições.

#### 5.3.4 Nacionalismo

### **Charge 10**

A décima charge foi feita por Ed. Carlos para o site [chargeonline.com](http://chargeonline.com) e data de 08 de janeiro de 2015. A representação do ator social na charge também remete intertextualmente à figura da personagem no quadro “A Liberdade Guiando o Povo” do artista Delacroix, citado anteriormente. Contudo, nesta charge, a personagem aparece destacada do contexto da obra, mas ainda sendo caracterizada (na zona central da imagem) pelos seus elementos de identificação retomados do quadro: traços físicos, vestimentas e a bandeira francesa.

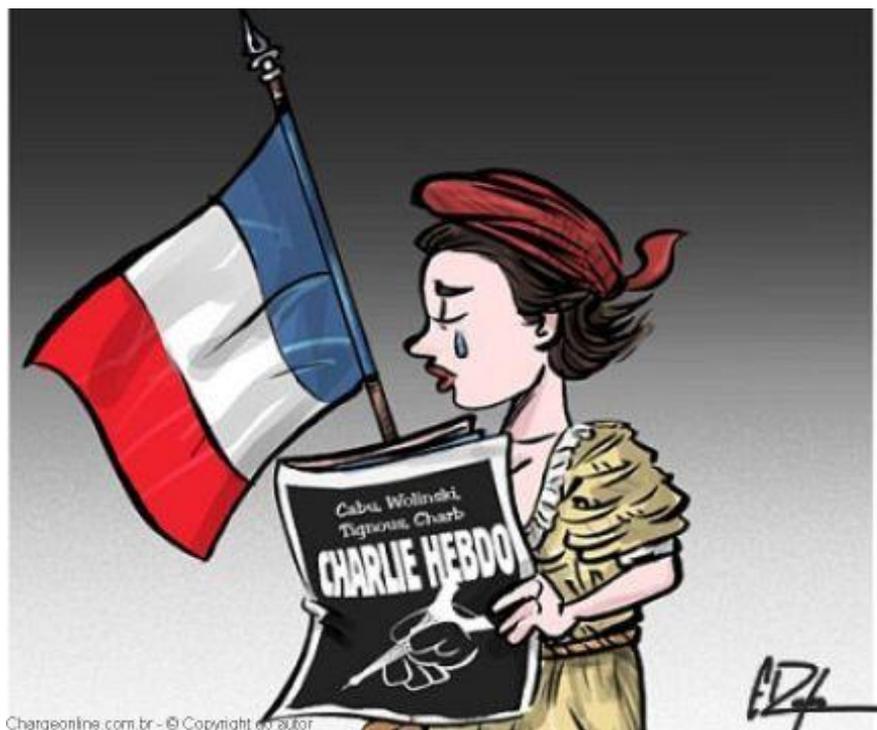


Figura 10. Ed. Carlos – 08/01/15

Fonte: chargeonline.com

A personagem aparece chorando (metáfora da lágrima que escorre de seu olho), supostamente por ler no jornal a notícia sobre as mortes no ataque do dia anterior (a charge data de um dia após o atentado). A capa do jornal apresenta o fundo preto, cor culturalmente atrelada ao luto e traz estampado o nome do semanário francês e dos chargistas mortos, permitindo ao leitor inferir a razão da tristeza da personagem.

A capa do jornal ainda traz o desenho de uma mão segurando a Torre Eiffel, símbolo de Paris e da França, como uma metáfora representativa dos chargistas franceses. Contextualmente, muitos jornais impressos ao redor do mundo adotaram a capa preta (e outras homenagens) no pós-atentado em solidariedade às vítimas do atentado<sup>40</sup> (intertextualidade).

Nesta charge, a figura da mulher retomada do quadro de Delacroix, pela ausência de elementos de contexto, não parece representar a figura da Liberdade. Sua representação aparenta estar mais atrelada à figura da França (isto é, do francês), que descobre sobre o ataque ao ler o jornal do dia seguinte (mais uma vez referindo-se à data de publicação da charge).

---

<sup>40</sup> Ver: <http://veja.abril.com.br/multimedia/galeria-fotos/as-capas-dos-jornais-ao-redor-do-mundo-sobre-o-ataque-a-revista-charlie-hebdo/>

O chargista adota uma representação genérica (a mulher representa a França) e cultural (a pintura de Delacroix é um elemento da cultura francesa facilmente associável à sua identidade) para caracterizar o ator apresentado. O Plano Médio (Distância Social) é usado para estabelecer uma relação de proximidade/identificação com o personagem da charge. O uso dos tons de preto no fundo (Saliência) também pode servir ideologicamente para reforçar o sentimento de pesar, mostrando que a França está de luto com a notícia do atentado ao jornal francês.

Na charge, o modo operante é a Unificação, através das quais certas construções simbólicas são mobilizadas de forma a construir um referencial padrão compartilhado (Padronização), isto é, o sentimento de luto pela morte dos chargistas.

### Charge 11



Figura 11. Edgar Vasques – 12/01/15 – Diário Popular de Pelotas

Fonte: chargeonline.com

A décima primeira charge foi feita por Edgar Vasques para o Jornal Diário Popular de Pelotas e data de 12 de janeiro de 2015. Seguindo a direção da leitura ocidental – da esquerda para a direita, de cima para baixo –, o primeiro elemento de destaque é o texto, em tom de questionamento, sublinhado e em uma fonte maior: “TODOS ‘CHARLIE’?”

Este questionamento retoma intertextualmente a expressão que ganhou destaque nas redes sociais através da *hashtag* #JeSuisCharlie (do francês, #EuSouCharlie) e que se espalhou rapidamente pela internet. De acordo com informações do Jornal Folha de São Paulo<sup>41</sup>, oito horas após o ataque, a *hashtag* #JeSuisCharlie já havia sido utilizada mais de 570 mil vezes no Twitter. Celebridades, políticos e órgãos políticos, como a Embaixada dos EUA na França adotaram a imagem com slogan em seus perfis nas redes sociais.

A *hashtag* também foi usada nas manifestações de rua de diferentes cidades da Europa e do mundo, tornando-se slogan de homenagem às vítimas do atentado. Pouco depois, a expressão “*Je Suis Charlie*” se tornou o slogan daqueles que defendiam o direito à Liberdade de Expressão (nos moldes do humor feito pelo semanário francês).

Em contrapartida, como já mencionamos, logo depois surgiu também o movimento “*Je ne suis Charlie*” (do francês, “Eu não sou Charlie”), que representava o posicionamento daqueles que eram contra o humor produzido pelo Charlie Hebdo, por considerá-lo uma ofensa religiosa. Embora exista esse segundo slogan – aqui citado para fins de contextualização –, o questionamento da charge direciona-se para aqueles que supostamente dizem que são em defesa do semanário francês e dos ideais que o slogan carrega.

Na posição central da imagem, posto como o elemento de destaque, está a representação do caixão com uma coroa de flores que remete intertextualmente ao dia do ataque ao jornal francês, dando a entender que o evento social representado é o velório das vítimas do ataque – o Plano Aberto é aqui mais uma vez para a contextualização do leitor no evento representado. No canto esquerdo da imagem, na zona imagética atribuída ao familiar/natural (usada para distribuir afetos de identificação), duas pessoas conversam. O primeiro personagem diz: “NOSSA, PRÁ QUE TANTA ALÇA NO CAIXÃO?!”, e o segundo responde “MUITOS OPORTUNISTAS PRÁ ATENDER...”.

A reticência ao final da segunda frase é utilizada para deixar o sentido da frase em aberto, permitindo uma interpretação pessoal do leitor. O olhar cerrado e a expressão da boca do personagem aparecem como uma metáfora de indignação/descontentamento dele por parte daqueles que ele olha, isto é, os “MUITOS OPORTUNISTAS”.

A Perspectiva adotada pela disposição dos elementos na imagem é reforçada pelas linhas de direção no chão produzindo um efeito de sentido ideológico de distanciamento entre o leitor e os personagens representados no canto direito, na posição desconhecida/problemática da imagem; e superior, devido às representações atribuídas a eles

---

<sup>41</sup> Ver: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/01/1571762-frase-em-solidariedade-ao-charlie-se-espalha-pela-internet-e-ganha-as-ruas.shtml>

(são pessoas postas como poderosas). A estes atores sociais são atribuídas representações genéricas (de grupos políticos e ideológicos): XENOFÓBICOS (Xenofobia), POLÍTICOS, GOVERNOS, GRANDE MÍDIA, ULTRADIREITA e DIREITA.

Contextualmente, no dia 11 de janeiro, um dia antes da publicação desta charge, de acordo com informações do site Globo, uma manifestação realizada em Paris reuniu pelo menos 1,2 milhão de pessoas em defesa da liberdade e da democracia e em solidariedade às vítimas do atentado. Durante a marcha, o Arco do Triunfo e estátua de Marianne, que é a personificação dos valores da República Francesa, foram iluminados pela frase “*Je suis Charlie*” (Eu sou Charlie), que tornou-se o slogan das manifestações.

Como mencionamos anteriormente, a frase, que surgiu nas redes sociais e, em seguida, ganhou repercussão fora do universo da internet, servindo de slogan para as manifestações em favor das vítimas do ataque ao jornal francês, logo passou a ser um símbolo da defesa pela liberdade de expressão e tornou-se lema defendido tanto pela direita, quanto pela esquerda política francesa, que se aproveitaram da comoção mundial em prol de seus próprios interesses, convenientemente endossados pela grande mídia francesa e mundial.

Durante o evento, que contou com a presença de 21 líderes mundiais e defensores da liberdade de imprensa e da liberdade de expressão, o presidente francês François Hollande afirmou "Paris hoje é a capital do mundo", referindo-se ao momento em que todos os países voltaram-se para a França e acompanharam atentamente o desenrolar dos fatos a todo instante noticiado pela grande mídia.

Dentre essas personalidades presentes na marcha, destacam-se o Rei da Jordânia, Abdullah, que em 2014 sentenciou um jornalista palestino a 15 anos na prisão com trabalhos forçados; o Primeiro-Ministro Turco, Davutoglu, cujo país prende mais jornalistas do que qualquer outro país no mundo; o Ministro das Relações Exteriores da Rússia, Lavrov, que em 2014 prendeu um jornalista por “insultar um funcionário do governo”; o Ministro das Relações Exteriores da Argélia, Lamamra, que prendeu um jornalista por 15 meses sem julgamento; o Primeiro-Ministro da Eslovênia, Cerar, que em 2013 condenou um blogueiro a seis meses de prisão por “difamação”, entre outras figuras políticas com o histórico semelhante<sup>42</sup>.

Além destes, representados de forma genérica pelos atores sociais na charge (intertextualidade), outros personagens como os partidos de direita e extrema-direita franceses, que adotam discursos contra a imigração (a grande maioria dos mulçumanos na

---

<sup>42</sup> Ver: <http://www.revistaforum.com.br/2015/01/12/charlie-hebdo-21-motivos-hipocrisia>

França são imigrantes e não convertidos) e discursos xenofóbicos como bandeira política são contextualizados na cena.

Dentre estes partidos políticos de extrema-direita cabe mencionar a Frente Nacional, comandada por Marine Le Pen, que se posicionou publicamente a favor do Charlie Hebdo e contra o “fundamentalismo religioso” na época do ataque, e, após os recentes atentados de novembro de 2015, em Paris, perpetrados por terroristas islâmicos, alcançou a liderança do primeiro turno nas eleições de dezembro com seu discurso anti-imigração e anti-islâmico.

Na charge, cada um quer “SEGURAR UMA ALÇA” para conseguir “CARREGAR O CAIXÃO” que, neste contexto, pode remeter ideologicamente a “ter visibilidade”, aproveitando-se da morte das vítimas, considerando que o mundo inteiro se volta para o atentado, amplamente noticiado pela mídia global.

A charge evidencia que estes atores sociais “OPORTUNISTAS” estão aproveitando-se da comoção popular e da atenção mundial em defesa de interesses próprios e não por solidariedade às vítimas ou em defesa da liberdade de expressão e liberdade de imprensa, considerando que muitos deles atuam de forma contrária a isso.

Na charge, o modo operante é a Fragmentação através do Expurgo do Outro, que consiste na construção de um inimigo comum, isto é, os oportunistas políticos. Aqui, à ideia de nacionalismo são atribuídos valores negativos, evidenciando que este é evocado para o ganho pessoal de determinados grupos.

### **Charge 12**

A décima segunda charge foi feita por Jottas para o site [chargeonline.com](http://chargeonline.com) e data de 09 de janeiro de 2015. A charge traz a representação da bandeira francesa hasteada em um lápis que serve de mastro, projetando uma cruz em sua sombra, com o fundo branco. Contextualmente, um dia após o ataque ao jornal Charlie Hebdo, as autoridades francesas declaram dia de luto nacional e bandeiras foram hasteadas em edifícios públicos pela manhã.

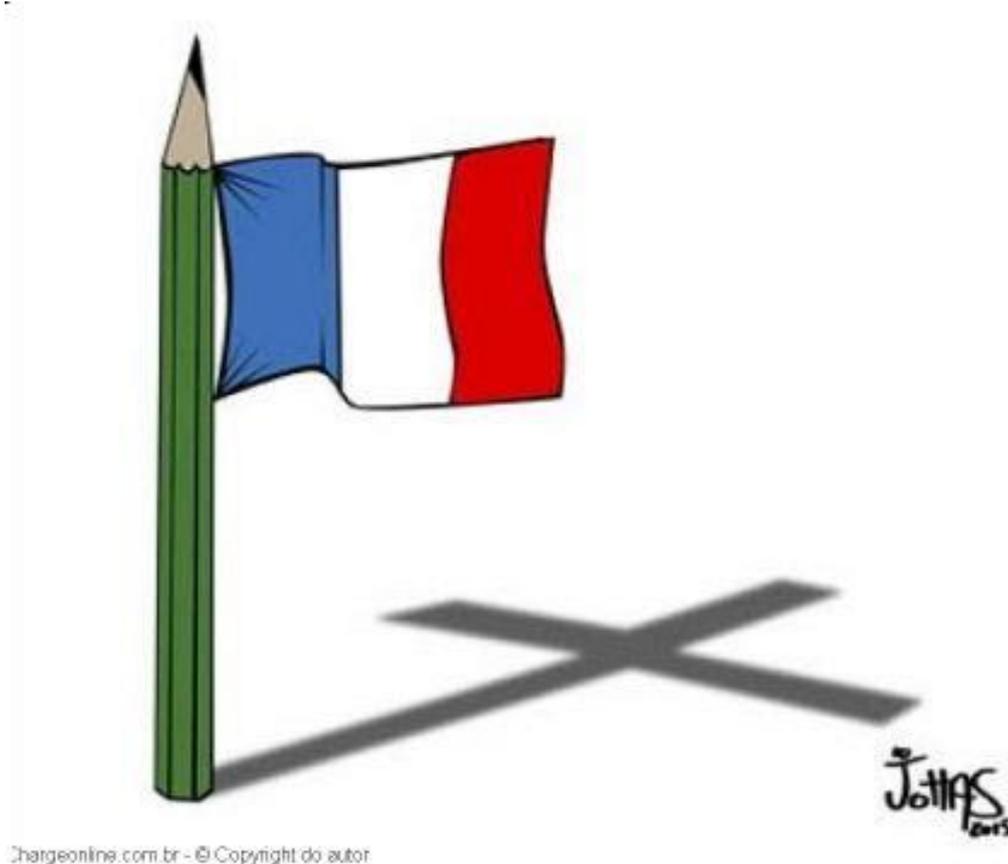


Figura 12. Jottas – 09/01/15  
Fonte: chargeonline.com

A representação da charge é feita através das várias metáforas que exigem do leitor as conexões entre os elementos culturais e os elementos retratados na imagem como forma de preencher as lacunas de entendimento e dar coerência à sua leitura. Aqui, o lápis remete metaforicamente à figura do chargista. A bandeira francesa pode atuar metaforicamente como uma representação do país (de sua população).

A cruz projetada no chão produz um efeito de sentido metafórico de morte/luto, possibilitando ao leitor fazer as conexões necessárias à contextualização (e compreensão) dos sentidos ofertados na imagem. A cruz é apresentada como se fosse a sombra da bandeira francesa. Isto representa a França como um país Cristão, portanto, não islâmico.

Com isso, a charge enuncia que o país (a bandeira da França) está de luto pela morte (a figura da cruz) dos chargistas (o lápis) no atentado ao semanário francês. Outra leitura possível é que após o atentado que vitimou os chargistas, a sombra da morte paira (no sentido de “vir à tona”) sob a França. Na charge, o modo operante é a Unificação, através do uso de formas simbólicas que objetivam a construção de uma identidade coletiva (Simbolização da Unidade).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ADC é uma abordagem crítica, textualmente orientada, que contempla duas etapas: a primeira é a interpretação, embasada na aplicação do arcabouço teórico-metodológico sobre o texto, a fim de observar os efeitos ideológicos desencadeados por eles sobre ações, posições e relações sociais, representações, valores e identidades, isto é, como a linguagem influencia ideologicamente nas práticas sociais dos sujeitos.

A segunda etapa é a reflexão crítica sobre a análise (explanação). Neste ponto, a análise discursiva auxilia a prática explanatória acerca de constrangimentos sociais sobre o texto, por um lado; e, por outro, acerca de efeitos sociais desencadeados por sentidos de textos (RAMALHO, 2005).

Sobre a análise discursiva do material selecionado, em “Chargistas vs Terroristas”, as charges analisadas postulam de forma mais evidente uma luta ideológica, isto é, um embate de forças travado entre os dois grupos de personagens (os chargistas e os terroristas), que são apresentados em posições antagônicas, reforçando este efeito de sentido. O confronto de posições é apresentado através de metáforas cuja associação remete intertextualmente às respectivas figuras dos personagens, o chargista com o lápis e o terrorista com a arma.

Neste embate de forças, as metáforas são também usadas para reforçar a posição de poder que o lápis e o chargista têm em relação ao terrorista. Este poder ao qual o chargista procura associar sua imagem junto ao leitor, sobretudo através da construção de uma argumentação imagética, é um poder simbólico. O lápis, também associado à ideia de Liberdade de Expressão, partilha destas mesmas estratégias de legitimação, posicionando-se sempre em uma relação de superioridade em relação ao terrorismo.

Nas charges relacionadas a “Religiosidade”, o chargista adota estratégias enunciativas com o intuito deslegitimar ideologicamente a postura radical do fundamentalismo islâmico, retomando elementos/personagens do campo religioso (intertextualidade) para construir sua argumentação. O terrorista que mata em nome da fé é representado como alguém pequeno/baixo (charge 4), cuja atitude, também pequena/baixa, é tanto o motivo de vergonha/tristeza para o fundador de sua religião, Maomé (charge 6), quanto a razão da “demonização” do islamismo (charge 5).

Embora as charges dessa temática aparentem uma preocupação em separar a figura do muçumano da figura do terrorista, a crítica feita por elas é unilateral, voltada para o ataque ao fundamentalismo islâmico, ao passo que silenciam diante da postura ridicularizadora que o

jornal Charlie Hebdo tinha com a religião islâmica, dissimulando o conflito de posicionamentos existente sobre o tema. Desta forma, as charges posicionam-se ideologicamente em defesa do semanário, omitindo-se e omitindo o outro lado da discussão.

É possível notar essa postura mais visivelmente marcada nas charges da temática “Liberdade de Expressão”, que fazem o uso de elementos históricos e culturais (intertextualidade) de conhecimento comum para produzir efeitos de sentidos associativos que reforçam a relação entre o tema e a identidade francesa (como o quadro de Delacroix, na charge 6, e as cores da bandeira da França, na charge 7). A ação ideológica, nestes casos, é para ressignificar um acontecimento particular (o ataque ao Charlie Hebdo, identificado através de metáforas como o lápis e o pincel) como algo de importância nacional/coletiva, objetivando a adesão o leitor.

A estes efeitos de sentido, acrescenta-se a representação da Liberdade de Expressão, nas três imagens analisadas, em associação a representação da morte, seja com a figura da Liberdade de Delacroix e o balão de ideia sendo alvejado a tiros, seja com o uso metafórico do sangue.

Através dessas associações, os discursos das charges ofertam efeitos de sentidos que reforçam/legitimam ideologicamente o posicionamento em defesa das práticas do jornal. No caso da charge 8, a crítica do chargista é estendida não apenas aos terroristas, mas sim ao mulçumano, impondo-lhes genericamente conotações de intolerância e maldade, buscando reforçar sua posição.

Essa relação de identificação criada entre a Liberdade de Expressão e a França também é perceptível nas charges da temática “Nacionalismo”, que mobiliza elementos culturais/identitários franceses (como no caso da charge 10 e 12), como forma de construir um referencial padrão compartilhado. Associam-se também a este referencial os efeitos de sentido ideológicos de tristeza/luto pela morte dos chargistas, convidando o leitor a solidarizar-se com a tragédia e assumir sua posição.

Uma exceção a isto é a charge 11 que, embora não se posicione abertamente a favor ou contra a Liberdade de Expressão e o Islamismo, assume uma postura crítica em relação aos “oportunistas” que se aproveitavam da visibilidade da tragédia em benefício próprio. Diferente de outras charges, que construíam ideologicamente no inimigo comum a figura do terrorista fundamentalista islâmico (charge 1,2,3,4,5,6,7 e 9) ou mesmo do mulçumano (charge 8), esta charge sinaliza as falsas intenções daqueles que defendiam a Liberdade de Expressão.

Através do humor e/ou do apelo emocional, as charges aqui analisadas constroem suas representações ideológicas do evento: 1) O ataque terrorista foi um ataque à Liberdade de Expressão (símbolo da identidade francesa); 2) A França e o mundo estão de luto (coletivamente); 3) A Liberdade de Expressão é mais forte que o Terrorismo/Fundamentalismo Islâmico; 4) O Terrorismo/Fundamentalismo Islâmico é perigoso (mas silenciam sobre o perigo que é a Liberdade de Expressão sem limites).

Com isso, nas charges, a articulação de elementos retomados dos diversos campos (intertextualidade) é usada para legitimar e sustentar o posicionamento, em grande parte, de defesa à Liberdade de Expressão. O discurso da Liberdade de Expressão – cujo discurso neoliberal defende como valor primordial das sociedades modernas civilizadas ocidentais –, que neste caso postula-se a partir de um posicionamento contrário ao discurso da Islamofobia, é reforçado e defendido por grupos políticos (até mesmo de posições contrárias) e midiáticos, isto é, a força hegemônica, em defesa de interesses pessoais ou de uma minoria que detém o poder, para a manutenção/perpetuação da estrutura dominante.

Com relação a nossa hipótese inicial, neste caso, as charges perdem seu potencial de crítica às estruturas dominantes (isto é, seu potencial de desarticulação e rearticulação de hegemonias), como defendia Motta (2004), ao referir-se ao desenho de humor. Ao omitir-se de discussões mais aprofundadas e que perpassam o tema, as charges legitimam indiretamente a desigualdade social e reforçam o preconceito que existe contra o muçumano e a religião Islâmica, visto que sua preocupação é em defender seu posicionamento, constituindo-se como um discurso social circulante que é parte importante da hegemonia (muitas vezes sem que o chargista tenha conhecimento ou controle disso).

Tomar consciência do seu lugar/papel social, enquanto chargista, bem como das possibilidades que este gênero jornalístico opinativo de humor encontra em relação às limitações do jornalismo tradicional, aparece, nesse caso, como o primeiro passo para a superação do quadro na luta ideológica/hegemônica e, por conseguinte, para a contribuição da mudança social.

## REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, V. P. S. **O não-dito construído pelo viés do humor nas charges**. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Letras. Niterói, 2007. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=123639](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=123639)>. Acesso em: 10 jun. 2015.
- AUMONT, J. **A imagem**. São Paulo: Papyrus, 1993.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BERGER, C. **Campos em confronto: jornalismo e movimentos sociais. As relações entre o Movimento Sem Terra e a Zero Hora**. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- BHASKAR, R. **The possibility of naturalism**. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1989.
- BOURDIEU, P. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.
- \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papyrus, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Sobre a televisão - a influência do jornalismo e os Jogos Olímpicos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- CHARBONNIER, E. **Carta aos escroques da islamofobia que fazem o jogo dos racistas**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2015.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis**. Edinburgh: Edinburgh University, 1999.
- COPE, B.; KALANTZIS, M. Gramática de la multimodalidad. **Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios**, n. 98-99, p. 93-152, enero/junio, 2009.
- DEBRAY, R. **Vida e Morte da Imagem**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- DEMANT, P. **O Mundo Muçulmano**. São Paulo: Contexto, 2004.
- DIAS, J.F. Analistas de discurso e sua prática teórica e metodológica. In: **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 12, n. 2. Brasília: UnB, 2011, p. 213-246.
- EAGLETON, T. **Ideologia – Uma Introdução**. São Paulo: Boitempo, 1997.
- Fairclough, N.; Wodak, R. Critical discourse analysis. In: VAN DIJK, T. (Org.). **Discourse Studies: a Multidisciplinary introduction**. Londres: Sage, p. 258-284, 1997.

FAIRCLOUGH, N. Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012. Disponível em: <[www.revistas.usp.br/linhadagua/article/download/47728/51460](http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/download/47728/51460)>. Acesso em: 12 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

\_\_\_\_\_. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. Discurso, mudança e hegemonia. In: PEDRO, E. R. (Org.). **Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional**. Lisboa: Caminho, 1997, p. 77-104.

FREITAS, R. S.; CASTRO, M. F. Liberdade de expressão e discurso do ódio: um exame sobre as possíveis limitações à liberdade de expressão. In: **Sequência: estudos jurídicos e políticos**. v. 34, p. 327-355, 2013. In: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2013v34n66p327/25072>>. Acesso em: 31 out. 2015.

FLÔRES, O. **A leitura da charge**. Canoas: Ulbra, 2002.

FOWLER, R. Sobre a linguística crítica. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**. Tubarão, v. 4, n. esp., p. 207-222, 2004. Disponível em: <[http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem\\_Discurso/article/view/296/310](http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/296/310)>. Acesso em: 12 jun. 2015.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GOUVEIA, C. A. M. Análise Crítica do Discurso: Enquadramento Histórico. In MATEUS, M. H.; CORREIA, C. N. (Org.). **Saberes no Tempo: homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos**. Lisboa: Colibri, 2001, p. 335-351.

GRAMSCI, A. **A Gramsci reader: selected writings, 1916-1935**. London: Lawrence and Wishart, 1988.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

\_\_\_\_\_. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T.; HALL, S.; WOODWARD, K. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000, p. 103-133.

HALLIDAY, M. **Introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold, 1985.

JOLY, M. **Introdução à análise da imagem**. São Paulo: Papiros, 2001.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. **Reading images: the grammar of visual design**. London; New York: Routledge, 2006.

KRISTEVA, Julia. **Introdução à semanálise**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

KOURY, M. G. P. Imagem e narrativa ou, existe um discurso da imagem? In: **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 5, n. 12, p. 59-68, 1999.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **As metáforas da vida cotidiana**. São Paulo: Mercado de Letras, 2002.

MAGALHAES, I. Introdução: a análise de discurso crítica. **DELTA**. vol. 21, n. esp., p.1-9. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-44502005000300002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502005000300002)>. Acesso em: 09 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Teoria crítica do discurso e texto. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD. Tubarão, v. 4, n. esp., p. 113-131, 2004. Disponível em: <<http://www.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0403/05.htm>>. Acesso em: 09 jun. 2015.

MAGALHÃES, Laerte. **Veja, Isto é, leia**: produção e disputas de sentido na mídia. Teresina: EDUFPI, 2003.

MELO, I. F. Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções. **Letra Magna** - Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura, ano 5, n. 11, v. 2, set. 2009. Disponível em: <<http://www.letramagna.com/adeacd.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

MINOIS, G. **História do riso e do escárnio**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOTTA, R. P. S. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

OLIVEIRA, S. C. C. A prática da violência no campo religioso brasileiro. In.: PERETTI, C. (Org.) **Congresso de Teologia da PUC-PR**, 2011, Curitiba. Anais eletrônicos. Curitiba: Champagnat, 2011. Disponível em: <<http://www.pucpr.br/eventos/congressoteologia/2011/>>. Acesso em: 31 out. 2015.

ORO, A. P. Modernas formas de crer. In: **Revista Eclesiástica Brasileira** - REB, Petrópolis, n. 225, p. 39-56, 1997.

PINTO, M. O jornalismo como campo social e como domínio de formação. In: **Comunicação e Sociedade**. n. 1, p. 75-95, 1999. Disponível em: <[http://old.comunicacao.uminho.pt/doc/mpinto/jornalismo\\_campo\\_social.htm](http://old.comunicacao.uminho.pt/doc/mpinto/jornalismo_campo_social.htm)>. Acesso em: 31 out. 2015.

RAMALHO, V. Constituição da Análise de Discurso Crítica: um percurso teórico metodológico. **SIGNÓTICA** - vol. 17, n. 2, p. 275-298, 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/sig/article/view/3731/3486>> Acesso em: 17 jun. 2015.

RESENDE, V. M. **Análise de discurso crítica e realismo crítico**: implicações interdisciplinares. São Paulo: Pontes, 2009.

RESENDE, V. M., RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso (para a) crítica**: o texto como material de pesquisa. São Paulo: Pontes, 2011.

RODRIGUES, A. D. **Estratégias da comunicação**: questão comunicacional e formas de sociabilidade. Lisboa: Presença, 2004.

ROMUALDO, E. C. **Charge jornalística: intertextualidade e polifonia**. Maringá: UEM, 2000.

SANTAELLA, L.; NÖRTH, W. **Imagem: cognição, semiótica e mídia**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

SCHWARZ, P. **1968: A greve geral e a revolta estudantil na França**. 2008. Disponível em: <[https://www.wsws.org/pt/2008/jun2008/port-j23\\_prn.shtml](https://www.wsws.org/pt/2008/jun2008/port-j23_prn.shtml)>. Acesso em: 31 out. 2015.

SENNA, J. Formação dos subcampos do comics norte americanos. In: Maria Carmem Jacob; Rodrigo Ribeiro Barreto. (Org.). **Bourdieu e os estudos de mídia: campo trajetória e autoria**. Salvador: Edufba, 2014, p. 81-98.

SILVA, J. O. Bourdieu. In: OLIVEIRA, L. A. **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola Editorial, p. 153-183, 2013.

STEIL, C. A. Pluralismo, modernidade e tradição. Transformações do campo religioso. In: **Ciencias sociales y religión/Ciências Sociais e Religião**. Porto Alegre, ano 3, n. 3, 2001, p. 115-129. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/19418/000301876.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 31 out. 2015.

STEVANIM, L. F. F. As charges do profeta: dilemas da liberdade de imprensa na era da globalização. In: MELO, José Marques de; PAIVA, Raquel (Org.). **Ícones da sociedade midiática: da aldeia de McLuhan ao planeta de Bill Gates**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2007, p. 88-102.

TEIXEIRA, L. **Sentidos do humor, trapaças da razão: a charge**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2005.

THIRY-CHERQUES, H. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 27-55, jan-fev. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n1/v40n1a03.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

THOMPSON, J. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 1995.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005.

VAN DIJK, T. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. Semântica do discurso e ideologia. In: PEDRO, E. (Org.). **Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional**. Lisboa: Editorial Caminho, 1997, p. 105-168.

VAN LEEUWEN, T. **Discourse and practice: new tools for Critical Discourse Analysis**. New York: Oxford University Press, 2008.

VIEIRA, J. A. Discursos nas práticas sociais. In: **Perspectivas em multimodalidade e em gramática sistêmica-funcional**. São Paulo: Annablume, 2010, p. 107-127.

VILCHES, L. **La lectura de la imagen**. Barcelona: Paidós, 1984.

\_\_\_\_\_. **Teoría de la imagen periodística**. Barcelona: Paidós, 1997.

WODAK, R. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso** - LemD, Tubarão, v. 4, n. esp., p. 223-243, 2004. Disponível em: <<http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0403/11%20art%2010.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

## MATÉRIAS EM SITES

#JeSuisAhmed: a crucial message that everyone should hear. 2015. Disponível em: <<http://www.vox.com/2015/1/9/7521151/charlie-hebdo-jesuisahmed>>. Acesso em: 31 out. 2015.

10 Incendiary Moments In The History Of ‘Charlie Hebdo’. 2015. Disponível em: <<http://listverse.com/2015/01/09/10-incendiary-moments-in-the-history-of-charlie-hebdo>>. Acesso em: 31 out. 2015.

Al-Qaeda do Iémen reivindica ataque ao Charlie Hebdo. 2015. Disponível em: <<http://www.publico.pt/mundo/noticia/alqaeda-do-iemen-reivindica-ataque-ao-charlie-hebdo-1682153>>. Acesso em: 31 out. 2015.

Charlie, um jornal contra todos há 45 anos. 2015. Disponível em: <<http://www.publico.pt/mundo/noticia/charlie-um-jornal-contra-todos-ha-45-anos-1681527>>. Acesso em: 31 out. 2015.

Charlie Hebdo attack: Three days of terror. 2015. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-europe-30708237>>. Acesso em: 31 out. 2015.

‘Charlie Hebdo’, uma revista humorística e polêmica. 2015. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/07/internacional/1420631281\\_086604.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/07/internacional/1420631281_086604.html)>. Acesso em: 31 out. 2015.

Charlie Hebdo foi atacado em 2011 por satirizar Islã. 2015. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,charlie-hebdo-foi-atacado-em-2011-por-satirizar-isla,10687,0.htm>>. Acesso em: 31 out. 2015.

Charlie Hebdo: sátiras escrachadas são marca de revista atacada. 2015. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150106\\_perfil\\_revista\\_ru](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150106_perfil_revista_ru)>. Acesso em: 31 out. 2015.

Charlie Hebdo defende “liberdade de expressão”. 2015. Disponível em: <[http://www.cmjornal.xl.pt/mundo/detalhe/dez\\_mortos\\_em\\_tiroteio\\_em\\_jornal\\_frances.html](http://www.cmjornal.xl.pt/mundo/detalhe/dez_mortos_em_tiroteio_em_jornal_frances.html)>. Acesso em: 31 out. 2015.

Conheça a revista Charlie Hebdo, ameaçada pelas charges de Maomé. 2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/01/conheca-a-revista-charlie-hebdo-ameacada-pelas-charges-de-maome-4676557.html>>. Acesso em: 31 out. 2015.

De Hara-Kiri à Charlie: plus de 40 ans de provocations. 2015. Disponível em: <<http://www.ladepeche.fr/article/2011/11/03/1207143-de-hara-kiri-a-charlie-plus-de-40-ans-de-provocations.html>>. Acesso em: 31 out. 2015.

Diário da Dinamarca foi primeiro a publicar caricaturas: 2015. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,diario-da-dinamarca-foi-primeiro-a-publicar-caricaturas-imp-,793932>>. Acesso em: 31 out. 2015.

Edição do 'Charlie Hebdo' se esgota rapidamente em bancas de Paris. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/01/1574804-edicao-do-charlie-hebdo-se-esgota-rapidamente-em-bancas-de-paris.shtml>>. Acesso em: 31 out. 2015.

França tem mais de 50 atos antimuçulmanos desde atentado contra "Charlie". 2015. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2015/01/12/franca-tem-mais-de-50-atos-islamofobicos-desde-atentado-contra-charlie.htm>>. Acesso em: 31 out. 2015.

Obama chama ataque em Paris de 'covarde' e oferece ajuda à França. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/01/obama-chama-ataque-em-paris-de-covarde-e-oferece-ajuda-franca.html>>. Acesso em: 31 out. 2015.

Obituary: Defiant Charlie Hebdo editor 'Charb'. 2015. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-europe-30710545>>. Acesso em: 31 out. 2015.

Perdida na tradução: Charlie Hebdo, liberdade de expressão e a esquerda monolíngue. 2015. Disponível em: <<http://www.passapalavra.info/2015/01/101964>>. Acesso em: 31 out. 2015.

Perguntas e respostas sobre a sequência de atentados na França. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/01/o-que-se-sabe-e-o-que-falta-esclarecer-sobre-o-ataque-charlie-hebdo.html>>. Acesso em: 31 out. 2015.

Próxima edição da 'Charlie Hebdo' terá 1 milhão de exemplares, diz advogado. 2015. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2015/01/08/proxima-edicao-da-charlie-hebdo-tera-um-milhao-de-exemplares-diz-advogado.htm>>. Acesso em: 31 out. 2015.

Por que as charges de Maomé causam tanta revolta? 2015. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150114\\_publicar\\_charge\\_charlie\\_hebdo\\_r\\_b](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150114_publicar_charge_charlie_hebdo_r_b)>. Acesso em: 31 out. 2015.

Suspeitos por atentado à revista constam em listas antiterrorismo dos EUA. 2015. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2015/01/08/suspeitos-por-atentado-a-revista-constavam-em-listas-antiterrorismo-dos-eua.htm>>. Acesso em: 31 out. 2015.

Timeline: How three days of terror unfolded in Paris. 2015. Disponível em: <<http://www.usatoday.com/story/news/world/2015/01/09/timeline-charlie-hebdo-paris-terror-attack/21509927>>. Acesso em: 31 out. 2015.

Turcos dizem ter atacado site do 'Charlie Hebdo'. 2015. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,turcos-dizem-ter-atacado-site-do-charlie-hebdo-imp-,794350>>. Acesso em: 31 out. 2015.

## **CHARGES**

- BENETT. Charge. **Folha de São Paulo**. 08 de jan. de 2015. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 15 jan. 2015.
- CARLOS, Ed. Charge. **Charge online**. 08 de jan. de 2015. Disponível em: <<http://www.chargeonline.com.br>>. Acesso em: 15 jan. 2015.
- DUKE. Charge. **O Tempo**. 08 de jan. de 2015. Disponível em: <<http://www.chargeonline.com.br>>. Acesso em: 15 jan. 2015.
- JARBAS. Charge. **Diário de Pernambuco**. 07 de jan. de 2015. Disponível em: <<http://www.chargeonline.com.br>>. Acesso em: 15 jan. 2015.
- JARBAS. Charge. **Diário de Pernambuco**. 10 de jan. de 2015. Disponível em: <<http://www.chargeonline.com.br>>. Acesso em: 15 jan. 2015.
- JACOBSEN. Charge. **Charge online**. 08 de jan. de 2015. Disponível em: <<http://www.chargeonline.com.br>>. Acesso em: 15 jan. 2015.
- JOTTAS. Charge. **Charge online**. 09 de jan. de 2015. Disponível em: <<http://www.chargeonline.com.br>>. Acesso em: 15 jan. 2015.
- LAILSON. Charge. **Charge online**. 08 de jan. de 2015. Disponível em: <<http://www.chargeonline.com.br>>. Acesso em: 15 jan. 2015.
- PAIXÃO. Charge. **Gazeta do Povo**. 10 de jan. de 2015. Disponível em: <<http://www.chargeonline.com.br>>. Acesso em: 15 jan. 2015.
- SANTIAGO. Charge. **Charge online**. 10 de jan. de 2015. Disponível em: <<http://www.chargeonline.com.br>>. Acesso em: 15 jan. 2015.
- VASQUES, Edgar. Charge. **Diário Popular de Pelotas**. 12 de jan. de 2015. Disponível em: <<http://www.chargeonline.com.br>>. Acesso em: 15 jan. 2015.